

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS
LINGÜÍSTICOS

A TRANSITIVIDADE: DA VISÃO TRADICIONAL AO FUNCIONALISMO

VITÓRIA
2009

ALINE MORAES OLIVEIRA

A TRANSITIVIDADE: DA VISÃO TRADICIONAL AO FUNCIONALISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Lingüísticos, na área de concentração em Estudos Analítico-descritivos da Linguagem.

Orientadora: Professora Doutora Lúcia Helena Peyroton da Rocha.

VITÓRIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Oliveira, Aline Moraes, 1982-
O48t A transitividade : da visão tradicional ao funcionalismo / Aline
Moraes Oliveira. – 2009.
161 f.

Orientadora: Lúcia Helena Peyroton da Rocha.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Lingüística. 2. Funcionalismo (Lingüística). 3. Gramática
comparada e geral - Transitividade. I. Rocha, Lúcia Helena
Peyroton da. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro
de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

ALINE MORAES OLIVEIRA

A TRANSITIVIDADE: DA VISÃO TRADICIONAL AO FUNCIONALISMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de Grau de Mestre em Estudos Lingüísticos, na área de concentração em Estudos analítico-descritivos da Linguagem.

Aprovada, em ____ de _____ de 2009.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª Drª Lúcia Helena Peyroton da Rocha
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Profª Drª Hilda de Oliveira Olímpio
Universidade Federal do Espírito Santo

Profª Drª Mariângela Rios de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Todos os que realizam um trabalho de pesquisa sabem que não o fazem sozinhos, embora seja solitário o ato da leitura e o do escrever. O resultado de nossos estudos foi possível apenas pela cooperação e pelo esforço de outros antes de nós, pelos autores que li, pelos professores com quem tive aulas desde os tempos do ensino fundamental, pelos colegas - de mestrado - que me fizeram aprender com as discussões.

Inicio agradecendo ao grande possibilitador de todas essas realizações, Deus.

Agradecimento especial, faço à minha orientadora à Professora Doutora Lúcia Helena Peyroton da Rocha, por ter me inserido nos estudos lingüísticos, pela sua capacidade de ensinar, bem como pelos seus conselhos amigos. A minha gratidão pelas numerosas críticas e sugestões ao longo de toda a Graduação e do Mestrado, e ainda, pela confiança em mim depositada no desenvolvimento desse tema há algum tempo idealizado. Agradeço a paciência que teve comigo, os ensinamentos, as dicas de pesquisa e as horas de leituras gastas no meu trabalho. Suas sugestões nunca soaram arrogância de quem detém o título de Doutor, mas foram sempre úteis, sempre bem-vindas e acabaram por constituir-se neste trabalho. Agradeço o incentivo de sempre e a orientação que tem oferecido a mim, não só no Mestrado, mas também e, **sobretudo**, na vida.

Agradeço a Professora Doutora Hilda de Oliveira Olímpio, quem ministrou a primeira aula que assisti no Mestrado, exemplo de pessoa e de profissional. Um verdadeiro “espelho” que temos dentro do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo. Professora Hilda, muito obrigada pela confiança em mim depositada no seu processo de aposentadoria. Aquelas aulas foram um grande presente no ano de 2007. Nunca me esquecerei dessa oportunidade.

A Professora Doutora Maria da Penha Pereira Lins, pelas aulas, pelas sugestões pelos conselhos e dicas informais e pela participação, juntamente com a Professora Hilda de Oliveira Olímpio, na minha banca de qualificação. Boa parte das sugestões dessas duas professoras está aqui incorporada. Manifesto minha gratidão à

Professora Doutora Maria da Penha Pereira Lins pelos momentos de estudos aliados à descontração. Ela é a senhora do humor.

O meu agradecimento à Professora Doutora Aucione Smarsaro, pelo investimento intelectual feito em mim nos dois anos da Iniciação Científica e aos demais professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Lingüísticos; aos meus companheiros do Curso, de uma forma especial ao Carlos Roberto de Souza Rodrigues, que é meu parceiro desde a época da Graduação.

Sou muito grata à Professora Doutoranda Carmelita Minélio da Silva Amorim, pelas longas conversas, de cunho pessoal e acadêmico, a caminho de Niterói. Pelas leituras atentas e pelas sugestões, que muito contribuíram para a concretização deste trabalho.

Agradeço a PETROBRÁS e a CAPES pelo incentivo financeiro.

Agradeço aos profissionais do CEVES e do CESAM-ES por acreditarem em mim.

Minha família merece as palavras que me são mais caras. Obrigada por vocês existirem. Obrigada por depositarem em mim a confiança para todas as horas. Aos meus pais, Mayron Olivier Ferreira de Oliveira e Carolina de Fátima Moraes Oliveira, por toda dedicação, apoio, presença, em todos os momentos da minha vida. Muito obrigada por todos os princípios humanos que me ensinaram. Ao meu irmão Aristóteles Calazans Moraes Oliveira, à Nina, ao Assis e *in memoria* ao meu Sheik, peças fundamentais no meu “quebra-cabeça”.

Eu não poderia deixar de agradecer aos meus avós, em especial o Senhor Sebastião Gomes de Moraes, pelo exemplo de vida humilde e por, através de suas conversas, ensinar-me a buscar os meus sonhos, por acreditar no meu crescimento pessoal e profissional. Ele sempre dizia: “essa menina vai longe”. Eu gostaria muito que ele estivesse entre nós para presenciar mais esta conquista, que não é só minha. E o Senhor Olivier Oliveira, por ensinar-me a ler (verdadeiramente) e por, através de suas atitudes, mostrar-me que eu poderia alcançar os meus ideais. Agradeço as discussões sobre obras em comuns que lemos, os seus comentários

foram de grande valia.

Ao Rafael Silva Almeida, o primeiro presente que o Espírito Santo ofereceu-me. Obrigada por ser meu amigo.

E ao Klayson Sesana Bonatto, que sempre me incentivou, sempre me apoiou e, o melhor de tudo, sempre me cobrou para que eu continuasse e concluísse mais esta etapa. Obrigada pelas leituras atentas e pelas sugestões. Obrigada pelo carinho de sempre.

A todas as pessoas que de algum modo me apoiaram neste trabalho, os meus agradecimentos.

Aline Moraes Oliveira

À Prof^a. Dr^a Lúcia Helena Peyroton da Rocha,
literalmente orientadora.

A Mayron e Carolina, razões de minha vida.

O estudo da língua é algo essencial às ciências humanas. A Lingüística dá conta dessa tarefa. Nós, enquanto seres sociais e lingüistas vivemos e estudamos esse universo que é a língua.

Se "no princípio era o Verbo", parece-nos prudente começar por ele nesta nossa extensa jornada.

RESUMO

Esta dissertação versa sobre o fenômeno da transitividade. Inicialmente apresenta, de uma forma geral, os estudos lingüísticos e um breve panorama histórico. Trabalha com a perspectiva funcionalista de linguagem e de transitividade. Neste trabalho, busca-se fazer um contraponto da abordagem tradicional, valencial e funcional – norte-americana - no tratamento da transitividade, ressaltando-se a relevância desta última, na análise dos excertos e nos estudos lingüísticos, como um todo. A perspectiva norte-americana considera a transitividade não como uma propriedade intrínseca do verbo enquanto item lexical, mas como um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes (HOPPER & THOMPSON, 1980), que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da oração. O objeto de análise é constituído por relatos de opinião escritos por informantes de ensino superior e ensino médio, ou seja, informantes com idade igual ou superior a 18 anos. Os relatos fazem parte do material coletado e organizado pelo Grupo de Estudos Discurso & Gramática (D&G). Os estudos do grupo contemplam as localidades do Rio de Janeiro, do Rio Grande, de Natal, de Juiz de Fora e de Niterói; no entanto, focaliza-se, neste trabalho, as produções referentes ao Rio de Janeiro. Discute-se a noção de tipo/gênero textual e sua relação no processo de construção da significação do texto e da alta ou baixa transitividade, ou seja, do *status* informacional. Percebe-se que as sentenças de textos narrativos, analisados por Hopper e Thompson (1980) apresentam comportamento diferente do apresentado pelos relatos de opinião trabalhados nesta dissertação.

Palavras-chave:

Transitividade; funcionalismo; gênero textual; relatos de opinião.

ABSTRACT

This dissertation reports on the transitivity's phenomenon. At first, it presents, on the whole, the studies in linguistic and a brief historic overview. It operates with on the language and transitivity functionalist perspective. On at this work, we intend to do a counterpoint between the tradicional, valencial and functional (north-american) approaches on transitivity treatment, we highlight the relevance of the last one, by passages analysis and studies in linguistic, as one. The north-american perspective considers the transitivity not as a intrisec property of the verb like a lexical unit, but as a complex consisting of ten regardless semantic-sintatic parameters (HOPPER & THOMPSON,1980), that focuses on diferent views of the transference of the action on a different part of the sentence. The object in analysis is formed by opinion reports written by highschool's and college's informants, e.o., the informants are eighteen years old or over. The reports are part of the collected and organized texts by the Dicourse and Grammar Studies (D&G). The studies of that group include the cities of Rio de Janeiro, Rio Grande, Natal, Juiz de Fora and Niterói; however, in this work, we focus on the texts that are made by the informants of the Rio de Janeiro. The idea of type/genre of the text and its relation during the process of text's meaning construction and the low or high transitivity, e.o., of the informational *status*. The sentences of the narratives that were analyzed by Hopper and Thompson (1980) were noticed like they represent a different behavior from the opinion reports reported at this dissertation.

Key words:

Transitivity; funcionalism; text genre; opinion reports.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relato de opinião do Informante 01 (André).....	85
Quadro 2 – Relato de opinião do Informante 02 (Daniel)	89
Quadro 3 – Relato de opinião do Informante 03 (Érica)	93
Quadro 4 – Relato de opinião do Informante 04 (Jorge Luis).....	96
Quadro 5 – Relato de opinião do Informante 05 (Mônica).....	102
Quadro 6 – Relato de opinião do Informante 06 (Rafaela).....	106
Quadro 7 – Relato de opinião do Informante 07 (Regina).....	111
Quadro 8– Relato de opinião do Informante 08 (Valéria)	115
Quadro 9 – Relato de opinião do Informante 09 (Carlos).....	119
Quadro 10 – Relato de opinião do Informante 10 (Claire).....	121
Quadro 11 – Relato de opinião do Informante 11 (Cristina)	125
Quadro 12 – Relato de opinião do Informante 12 (Dario).....	127
Quadro 13 – Relato de opinião do Informante 13 (Fábio)	129
Quadro 14 – Relato de opinião do Informante 14 (Flavia).....	133
Quadro 15 – Relato de opinião do Informante 15 (Flávia Regina)	136
Quadro 16 – Relato de opinião do Informante 16 (Isabel).....	138
Quadro 17 – Trecho do Relato de opinião do Informante 5 (Mônica).....	142
Quadro 18 – Trecho do Relato de opinião do Informante 12 (Dario).....	142
Quadro 19 – Cláusulas com menos traços de transitividade	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Transitividade em Gramáticas e Dicionários	50
Tabela 2 - Parâmetros de transitividade propostos por Hopper e Thompson (1980).	55
Tabela 3 - Propriedades da individuação do objeto.	57
Tabela 4 - Tipos e gêneros textuais.	77
Tabela 5 - Informante 27: José Augusto	83
Tabela 6 – Informante 01: André.....	88
Tabela 7 – Informante 02: Daniel	92
Tabela 8 – Informante 03: Erica	95
Tabela 9 – Informante 04: Jorge Luis.....	101
Tabela 10 – Informante 05: Mônica.....	105
Tabela 11 – Informante 06: Rafaela	110
Tabela 12– Informante 07: Regina.....	114
Tabela 13 – Informante 08: Valéria	118
Tabela 14 – Informante 09: Carlos	121
Tabela 15 – Informante 10: Claire	124
Tabela 16 – Informante 11: Cristina	126
Tabela 17 – Informante 12: Dario.....	128
Tabela 18 – Informante 13: Fabio	132
Tabela 19 – Informante 14: Flavia.....	135
Tabela 20 – Informante 15: Flávia Regina	137
Tabela 21 – Informante 16: Isabel.....	139
Tabela 22 – Marcação de parâmetros nas cláusulas	145
Tabela 23 – Informante 17: Dario.....	148
Tabela 24 – Informante 18: Fabio	150
Tabela 25 – Informante 19: Flávia Regina	151
Tabela 26 – Ocorrências dos parâmetros	152

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

- Af. Obj. = afetamento do objeto
Ag. Suj. = agentividade do sujeito
Asp. V. = aspecto do verbo
cap. = capítulo
Cin. = cineses
D&G = Grupo de Estudos Discurso & Gramática
f. = folha (s)
GV = gramática de valências
Ind. Obj. = Individuação do objeto
Inf. = informante
Int. suj. = intencionalidade do sujeito
Mod. Or. = modalidade da oração
NGB = Nomenclatura Gramatical Brasileira
Ocor. = ocorrência
Par. = parâmetro
Part. = participantes
PCNs = Parâmetros Curriculares Nacionais
Polar. Or. = polaridade da oração
Punct. V. = punctualidade do verbo
V1 = valência um
VØ = avalente

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Um histórico dos estudos lingüísticos	21
1.2 As diferentes concepções de língua e linguagem	24
1.3 Formalismo (x) Funcionalismo	25
1.3.1 Características do Formalismo.....	27
1.3.2 Características do Funcionalismo	31
1.4 Gramática de Valências	35
2. TRANSITIVIDADE E SUAS ABORDAGENS	38
2.1 Verbo: definições.....	40
2.2 Transitividade verbal: gramáticas tradicionais.....	46
2.3 Transitividade verbal: ciência lingüística	51
2.4 Transitividade verbal: gramática de valências.....	52
2.5 Transitividade verbal: funcionalismo	53
2.6 Transitividade verbal: livros didáticos.....	58
2.7 Transitividade verbal: a relevância da perspectiva funcionalista.....	65
3. OS DIFERENTES FUNCIONALISMOS.....	68
3.1 O funcionalismo lingüístico europeu.....	70
3.2 O funcionalismo lingüístico norte-americano.....	73
3.3 Funcionalismo.....	75
4. METODOLOGIA	76
4.1 Tipo e gênero textual: concepções.....	76
4.2 Caracterização do <i>corpus</i>	78
4.3 Procedimento de análise.....	81
5. ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	84
5.1 Descrição e análise de dados	84
5.2 Análise dos relatos – ensino superior.....	85
5.3 Análise dos relatos – ensino médio.....	119
5.4 Discussão dos dados	140

6. CONCLUSÃO	153
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa estabelecemos um paralelo de abordagens sobre a transitividade - contrapomos as perspectivas tradicional, valencial e funcionalista. O nosso objetivo de trabalho é mostrar que a vertente funcionalista norte-americana, a partir de sua concepção de língua, apresenta um tratamento diferenciado à questão da transitividade, levando em consideração aspectos relacionados à intencionalidade discursiva. Além disso, objetivamos aplicar a textos opinativos, os parâmetros trabalhados por Hopper e Thompson (1980) em textos narrativos, observando os graus de transitividade e as ocorrências de figura e fundo.

A nossa hipótese é que os textos opinativos, relatos de opinião do *corpus* Discurso e Gramática (D&G), não apresentam o mesmo comportamento que os textos narrativos, ou seja, os textos narrativos trazem a marca de figura nas cláusulas que apresentam maior grau transitividade e a marca de fundo, nas que apresentam menor grau de transitividade. Isso se justifica por uma série de fatores, por exemplo, por conta do aspecto do verbo.

Esta dissertação está organizada em sete capítulos. No capítulo 1, apresentamos a razão deste estudo e elencamos algumas teorias que nortearam o seu desenvolvimento; no capítulo 2, tratamos da transitividade e de suas abordagens – nas gramáticas tradicionais, na gramática de valências, na perspectiva funcionalista, nos livros didáticos – e, apontamos a relevância de trabalhar dentro dos pressupostos funcionalistas. No capítulo 3, de uma forma mais pormenorizada, discutimos os diferentes funcionalismos, ou seja, apresentaremos o funcionalismo, enquanto teoria, e também apresentaremos a teoria funcionalista norte-americana, âncora teórica deste trabalho. No capítulo 4, apresentamos os pressupostos metodológicos que serviram de base para a realização desta pesquisa. No capítulo 5, fazemos a análise do *corpus*, composto de relatos de opinião – D&G – produzidos por informantes do ensino superior e do ensino médio da cidade do Rio de Janeiro; neste capítulo apresentamos também as discussões dos resultados encontrados. E, no capítulo 6, redigimos a conclusão desta dissertação; por fim, no capítulo 7, disponibilizamos as referências bibliográficas.

A transitividade verbal *lato sensu* é uma questão bastante controversa em manuais de gramática da língua portuguesa. É um fenômeno rico e complexo, por isso continua sendo alvo de grandes reflexões ainda hoje. O estudo de verbos vem sendo desenvolvido ao longo de muitos anos por gramáticos e lingüistas, e mesmo assim percebemos que existem muitos problemas no que tange ao ensino de língua materna e a uma descrição ou análise mais criteriosa de verbos. Para tanto, tornou-se extremamente importante fazer uma revisão da literatura. Com essa revisão, busca-se fundamentar a pesquisa registrando a proposição de gramáticos, autores de livros didáticos e também de lingüistas.

Dessa maneira, o verbo não deve ser estudado fora de uma ambiência de uso, sem levar em consideração as categorias semânticas por ele expressas: o tempo, o aspecto e o modo.

O imbricamento de diferentes teorias – até chegarmos ao direcionamento funcionalista - se faz necessário para que se consigam alcançar os objetivos propostos neste estudo. Em consequência disso, acredita-se que a semântica, a pragmática e as teorias textuais sejam possíveis tendências para a melhoria dos estudos verbais, assim como, as teorias que vêem a linguagem como uma forma de interação do falante com o mundo. Discorreremos sobre cada uma dessas tendências nos próximos parágrafos.

Elucidamos que, neste trabalho, entende-se semântica como sendo os tempos, aspectos e os modos verbais bem como suas implicações no texto. A reflexão sobre o tratamento do tempo na língua faz-se necessária ao tratar a categoria lingüística de aspecto, por conta de uma tendência natural do falante a distribuir e organizar no tempo e no espaço os fatos e os objetos de que fala, tomando como ponto de partida ao momento e o local em que o falante encontra-se a noção de dêixis.

Para Rocha¹ (2006), “o fenômeno da dêixis (etimologicamente associado ao gesto de apontar) tem sido tradicionalmente descrito como o uso de certas expressões

¹ Disponível em http://www.unincor.br/recorte/artigos/edicao5/5_artigo_luizfernando.htm. Acesso em: 11 de novembro de 2007.

lingüísticas com o intuito de localizar entidades no contexto espaço-temporal, social e discursivo”. De acordo com Houaiss (2001), a dêixis - ou díxis - é

característica da linguagem humana que consiste em fazer um enunciado referir-se a uma situação definida, real ou imaginária, que pode ser: a) quanto aos participantes do ato de enunciação (1ª pessoa - o que fala; 2ª pessoa - aquele a quem se dirige a fala; 3ª pessoa - todo assunto da comunicação, que não sejam a 1ª e 2ª pessoas); b) quanto ao momento da enunciação (díxis temporal); c) quanto ao lugar onde ocorre a ação, estado ou processo (díxis espacial) [Além da díxis lingüística, existe a díxis não lingüística, feita com gestos, mímica, expressões faciais, ruídos etc.)

A pragmática é a relação entre língua e seus usuários, a ação que se realiza na linguagem e pela linguagem. A partir desse campo de estudo, percebe-se que o falante possui intenções específicas e pretende que as mesmas sejam reconhecidas. Lins (2002), em seu artigo *Mas, afinal, o que é mesmo pragmática?*, trabalha alguns conceitos de pragmática e conclui dizendo que

conforme Green, Pragmática refere-se ao fato de que a produção e interpretação de uma língua depende das suposições mútuas e inferências de seus usuários, uns sobre os outros, variando apenas sobre, visões de mundos particulares e mesmo sobre a língua que compartilham. Isso significa que, para entender um sistema de língua natural, é necessário refletir sobre a dimensão dos modelos compartilhados dos falantes e os sistemas de crenças que afetam o que é dito. (...) Assim, a interpretação de enunciados, de textos ou discursos incluem, entre outros fatores, a pressuposição, a força ilocucionária, a implicatura, a referência e o gerenciamento das relações interpessoais (LINS, 2002: 64 - 65).

“A Pragmática estuda a relação entre a estrutura da linguagem e seu uso (...). O estudo do uso é absolutamente necessário, pois há palavras e frases cuja interpretação só pode ocorrer na situação concreta de fala” (FIORIN, 2002:166). Nessa tarefa, faz-se necessário trabalhar com os fenômenos da enunciação, incluindo aí a inferência; dos atos de fala; dos pressupostos e subtendidos; todos abordados e comentados de maneira entrelaçada.

A enunciação, muitas vezes, só é compreendida a partir de certos fatos lingüísticos. Dentre eles merecem destaque a dêixis, já mencionado antes, e a inferência. Vale acrescentar que a dêixis, segundo Levinson (2007), é “um modo pelo qual a relação entre língua e contexto se reflete nas estruturas das próprias línguas de maneira mais evidente” (LEVINSON, 2007: 65). Assim, esse elemento lingüístico indica o lugar ou o tempo em que um enunciado é produzido.

A dêixis diz respeito às maneiras pelas quais as línguas codificam ou gramaticalizam traços do contexto da enunciação ou do evento de fala, e, portanto, também diz respeito a maneiras pelas quais a interpretação de enunciações depende da análise desse contexto de enunciação (LEVINSON, 2007: 65).

A inferência está ligada ao fato de certos enunciados terem a propriedade de implicar outros, ou seja, à capacidade de as pessoas entenderem uma expressão não literalmente dada, de compreenderem mais do que as expressões significam, de perceberem por que um falante utiliza ora a maneira direta, ora a indireta de dizer algo (FIORIN, 2002).

A teoria que abarca esses dois fenômenos lingüísticos – a dêixis e a inferência – que muito nos serão úteis, é a pragmática. Ela também elenca outros conhecimentos como os de implícitos e de referenciação, que são tratados pela Teoria dos Atos de Fala, de Austin e Searle.

De acordo com Lins (2002),

As ações praticadas via enunciados são de modo geral chamadas de atos de fala e, mais especificamente, de pedido, cumprimento, desculpa, convite, promessa, resposta, e outros. Esses diferentes tipos de atos de fala estão relacionados à intenção comunicativa do falante, quando produz um enunciado (LINS, 2002:56).

Mateus *et al.* (1989) discorrem sobre a necessidade de se fazer uma gramática que englobe fatores pragmáticos, ou seja, a gramática deverá mostrar “as regras” a partir da incidência de uso e ainda, justificar o uso de uma ou de outra estrutura. Imprescindível para uma gramática seria, então, considerar fatores que intervêm na atividade lingüística, para que a análise gramatical, de modo a descrever adequadamente uma língua, seja, no mínimo, satisfatória; além disso, não pode ter exclusivamente como unidade básica de análise a frase. Dessa maneira, nota-se que semântica e pragmática encontram-se bastante próximas, sendo difícil dissociá-las.

A origem do termo *lingüística textual* pode ser encontrada em Coseriu (1955), segundo Fávero e Koch (1988), mesmo que no sentido que lhe é atualmente atribuído tenha sido empregado pela primeira vez por Weinrich (1966,1967). As autoras (1988) observam que as principais causas do surgimento das gramáticas

textuais são as lacunas das gramáticas de frase no tratamento de fenômenos tais como a co-referência, a pronominalização, a seleção dos artigos (definidos ou indefinidos), a ordem das palavras no enunciado, a relação tópico - comentário, a entoação, as relações entre sentenças não ligadas por conjunções e a concordância dos tempos verbais. Elas ainda acrescentam que a gramática textual surgiu com a finalidade de refletir sobre fenômenos lingüísticos inexplicáveis por meio de uma gramática de enunciado.

No final da década de setenta, o enfoque deixa de ser a competência textual dos falantes e passa a ser a noção de textualidade, como categoriza Marcuschi (1998). Uma nova concepção de língua acaba por gerar essa nova etapa no desenvolvimento da lingüística do texto - antes a língua era considerada um sistema virtual autônomo e com essa fase, surge um novo conceito de texto; e texto passa a ser encarado como uma unidade em construção. Com essa nova visão, a análise e a explicação da unidade do texto em funcionamento passam a ser prioridade em oposição a um sistema formal abstrato. Assim, ainda de acordo com Marcuschi (1998), a lingüística textual assume nitidamente uma feição interdisciplinar, dinâmica, funcional e processual, que não considera a língua como entidade autônoma ou formal.

As teorias textuais passam a dispensar maior importância para o tratamento dos textos no seu contexto pragmático, dando margem, dessa forma, a novas reflexões sobre vários fenômenos lingüísticos, dentre eles o estudo da transitividade.

Numa visão funcionalista, a própria língua é concebida como um *continuum* de sentidos em construção, cuja codificação lingüística se motiva através de intenções comunicativas. Somente por meio da união entre a descrição lingüística e a tradição gramatical é que o estudo e a reflexão da língua tende a contemplar os fenômenos lingüísticos existentes. Conforme categoriza Castilho (2007: 102), a língua é constitutivamente heterogênea e sua gramática é sensível a essa propriedade. Segundo o autor ainda acrescenta que

nessa abordagem, os sistemas discursivo, semântico e gramatical são vistos em sua convivência nas expressões lingüísticas, o que exclui a possibilidade de selecionar um deles como o sistema central da língua. Por outras palavras, postula-se que a natureza da língua não está apenas em

dispor de uma estrutura, mas sim em ancorar essa estrutura na necessidade de cumprir certas funções. A correlação não biunívoca entre funções e estruturas explica a natural heterogeneidade das línguas naturais.

Com o objetivo de apresentar uma contribuição teórica baseada no funcionalismo lingüístico norte-americano para o estudo da transitividade, analisaremos as definições dos principais gramáticos acerca do fenômeno da transitividade e exporemos o modelo teórico adotado. Posto que o nosso trabalho busca confrontar as visões do formalismo e do funcionalismo acerca do fenômeno, fizemos um levantamento em gramáticas, em livros didáticos e em obras desenvolvidas à luz da lingüística. Depois dessa etapa, verificaremos a possibilidade de aplicação dos dez parâmetros postulados por Hopper & Thompson (1980) no gênero textual² relato de opinião.

Para o tratamento das questões de textualidade, é preciso considerar toda a contribuição das recentes pesquisas sobre gênero. Nos PCNs (2000: 26), em suas primeiras linhas, já se destaca essa necessidade, inclusive com a menção da base teórica adotada, inspirada em Bakhtin, Bronckart e Schneuwly. As pesquisas da corrente funcionalista podem contribuir para a prática das propostas dos PCNs em relação ao ensino-aprendizagem de língua materna.

Pretendemos, contrapondo a visão tradicional ao modelo funcionalista, tornar compreensível a reflexão que leva ao questionamento do formalismo, em sua versão tradicional, que considera a transitividade como tão somente uma propriedade verbal. Tal propriedade pode e deve ser definida de maneira mais abrangente, sobretudo pelo fato de que, para o funcionalismo norte-americano, a transitividade é uma propriedade que se verifica no *continuum* de sentidos sustentados por dez parâmetros sintático-semânticos, postulados por Hopper e Thompson (1980).

Ressalta-se ainda a necessidade de englobar na abordagem da transitividade os aspectos semânticos e pragmáticos, além dos que já são abordados como os morfossintáticos.

Até chegarmos ao direcionamento funcionalista foi necessário percorrer diversas

² No capítulo 4 discutiremos as terminologias tipo e gênero textual.

teorias. Destacamos de cada uma delas o(s) aspecto(s) que nos interessam para esta pesquisa. Fizemos um breve estudo sobre os estudos lingüísticos, com o objetivo de ampliar o nosso arcabouço teórico. Dialogamos sobre as diferentes concepções de língua e linguagem, para enfatizarmos a perspectiva funcionalista. Trabalhamos as características gerais do formalismo, do funcionalismo e da gramática de valências, ou seja, fizemos um contraponto entre essas maneiras de trabalhar a língua.

1.1 Um breve histórico sobre estudos lingüísticos

As primeiras descrições lingüísticas conhecidas, segundo Mira Mateus e Villalva (2006: 31), foram produzidas em obras de gramáticos hindus, no I milênio a.C. Segundo as autoras, o mais conhecido dos gramáticos hindus é Panini, cujo trabalho, assim como os dos demais gramáticos daquela época, é caracterizado pela preocupação com a pureza da língua, ou seja, com as conseqüências de mudanças lingüísticas. Essa visão, retomada ao longo dos séculos, ainda persiste nas chamadas gramáticas normativas.

As gramáticas latinas foram as primeiras a serem sistematicamente elaboradas para o ensino de uma língua estrangeira, o latim. As primeiras gramáticas do português escritas em língua portuguesa foram a *Gramática da Linguagem Portuguesa*, que Fernão de Oliveira publicou em 1536, e a *Gramática da Língua Portuguesa* (1540), de João de Barros. Elas oferecem informações sobre a construção das palavras e das frases, mas a área que mais se sobressaiu foi a fonética, em conseqüência da importância que deu à língua falada.

A par da perspectiva prática de ensino e do estudo da língua, surgiram em várias línguas as gramáticas filosóficas que procuravam os fundamentos da capacidade humana de falar e interpretavam as estruturas das línguas de acordo com aspectos lógicos do pensamento. A *Grammatica Philosophica da Lingua Portuegeza* (1822), de Jeronymo Soares Barbosa, é bastante conhecida neste domínio.

Seguindo o interesse contemporâneo pela descoberta das origens do pensamento e

da religião, ao estudo das línguas os lingüistas estenderam essa visão, estabelecendo sistematicamente a comparação entre elas. Destacam-se obras de Rask (1787 – 1832), filólogo dinamarquês, e Bopp (1791 – 1867), filólogo alemão, que estabeleceram princípios e métodos para o estudo comparado das línguas a partir da análise filológica de textos.

Acrescenta-se a esses nomes, Humboldt (1767 – 1835), lingüista e político alemão que se interessou pela relação entre homem e linguagem – a língua é o órgão que forma o pensamento – e associou a essas reflexões o conceito de que a superioridade de uma língua estaria relacionada com a superioridade do povo que a falava.

Posteriormente, o entendimento da língua como um organismo vivo que nasce, cresce e morre aproximou o seu estudo das hipóteses formuladas por Darwin sobre as origens das espécies e sua evolução por meio de uma seleção natural. No entanto, foi em consequência da descrição sistemática, comparada das unidades fonéticas e morfológicas das línguas em análise que houve o nascimento da lingüística como ciência. As línguas, inicialmente, eram estudadas por si mesmas, como objeto e não como meio de conhecimento. Não se tratava de estudar aspectos históricos ou filosóficos através da língua.

Durante a segunda metade do século XIX, duas importantes orientações manifestaram-se. A primeira resulta de um crescente interesse pela descrição de línguas vivas, faladas pelas populações contemporâneas. E a segunda está relacionada com o desenvolvimento da fonética. A geração seguinte, a geração dos neogramáticos, cujas perspectivas se desenvolveram entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, contestou aquelas visões e introduziu a hipótese da existência de leis fonéticas de caráter absoluto.

Na primeira metade do século XX, surgiu na Europa a corrente que se baseava na importância que a forma vinha assumindo na perspectiva de que a linguagem era uma atividade que funcionava em sistema, o estruturalismo. Enquanto, na Europa, essa vertente das teorias psicológicas influenciou a Lingüística, nos Estados Unidos da América foi a teoria do comportamento, que relacionava estímulo e resposta, o

instrumento que os lingüistas norte-americanos usaram para explicar o funcionamento da linguagem. Assim registram as obras de Mira Mateus e Villalva (2006) e de Martelotta (2008), dentre outras.

Saussure (1857 – 1913), na Europa, e Bloomfield (1887 – 1949), na América do Norte, são nomes importantes para a corrente, que trabalha com a idéia de que estrutura significa um conjunto de elementos que constituem um sistema pelas relações que estabelecem entre si.

O *corpus*, na perspectiva estrutural, deve ser recolhido junto dos falantes para atestar as particularidades e os elementos que pertencem à língua em estudo. A essa forma de conceber os estudos lingüísticos também são incluídos os nomes dos russos Trubetzkoi (1890 – 1938) e Jakobson (1896 – 1982), do português Jorge de Moraes Barbosa (com a obra publicada em 1965), e do brasileiro, que também publicou nos anos 60, Joaquim Mattoso da Câmara Jr.

A Lingüística não se prende apenas ao estruturalismo, ela recorre também a outros domínios do conhecimento, como a lógica, a estatística e a computação, para encontrar instrumentos de análise. Dado o exposto, na interação da matemática com a lógica foram adaptados sistemas formais, que influenciaram os estudos lingüísticos a partir de meados do século XX – os lingüistas passaram a representações formais das unidades e dos processos lingüísticos. Um modelo de análise lingüística, que utiliza a representação, destaca-se por sua capacidade explicativa e pela melhoria da classificação das estruturas complexas.

No início da segunda metade do século XX, surge a teoria gerativa, uma teoria de grande relevo que está ligada à publicação, em 1957, do livro *Aspects of the theory of Syntax*, de Chomsky. Essa proposta teórica retoma e desenvolve a hipótese da existência de uma capacidade específica do homem, denominada faculdade da linguagem – que tem sido entendida como uns dos fatores principais na distinção entre o homem e os outros animais. É ainda dentro dessa perspectiva que surge a Gramática Universal, ou seja, todas as línguas do mundo compreendem um mesmo conjunto de princípios. O gerativismo não é a única abordagem teórica disponível, mas apresenta, segundo os seus seguidores, um alto teor de relevância por conta da coerência e do dinamismo das hipóteses que coloca, e ainda pelo volume de

trabalho produzido sobre um grande número de línguas, num grande número de países.

Mais tarde, o imbricamento do funcionalismo, da lingüística cognitiva, da lingüística textual, da sociolingüística, da lingüística sociointerativa “alarga o escopo dos estudos lingüísticos para além de fenômenos estruturais” e surge a gramática cognitivo-funcional, que “analisa a estrutura gramatical, assim como as gramáticas estrutural e gerativa, mas também analisa a situação de comunicação inteira: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo”. (MARTELOTTA, 2008: 63).

Dentro dessa concepção, a situação comunicativa motiva a estrutura gramatical, portanto, a gramática não pode ser vista como independente do uso concreto da língua.

1.2 As diferentes concepções de língua e linguagem

Existem diversas acepções para os termos língua e linguagem. As abordagens ora são contrastivas, ora complementares, cada uma com sua validade e contribuição para os estudos lingüísticos. Fazendo-se uma opção por uma das maneiras de tratamento, faz-se, automaticamente, a adesão de determinadas práticas e metodologias.

O enfoque estruturalista vê a língua como um sistema virtual, abstrato, apartado das influências das condições interacionais. A visão gerativista trabalha com a perspectiva de que a gramática das línguas é um processo mental e inato, fundado num conjunto de princípios universais. Essas duas correntes assumem uma concepção formalista da linguagem, ou seja, consideram a linguagem uma entidade capaz de encerrar e veicular sentidos por si mesma, de expressar o pensamento.

Uma outra abordagem trata o fenômeno lingüístico como produto e processo da interação humana, da atividade sociocultural. “Nesse tipo de abordagem entendem-

se os diversos usos lingüísticos como contextos reveladores da pluralidade e diversidade de lugares sociais ocupados pelos membros de uma comunidade.” (OLIVEIRA; WILSON, 2008: 238). A visão em questão é a funcionalista. Dentro desse panorama, a gramática é entendida como conjunto de regularidades fixadas e definidas pela comunidade lingüística como as formas ritualizadas de uso.

1.3 Formalismo (X) Funcionalismo

Antes mesmo de adentrarmos às discussões acerca das duas correntes que o tópico contempla, cabe dizer que tanto os formalistas quanto os funcionalistas se inscrevem na tradição naturalista. Dessa maneira, Oliveira afirma que

Um estudo naturalista da linguagem a enxerga como um objeto natural, da mesma ordem que a gravidade, as combinações químicas, a evolução biológica, o aquecimento da Terra... O lingüista naturalista procura explicar um rede de problemas que se desenham ao redor do “fato” línguas naturais (...). Lingüistas procuram descrever e explicar este objeto através de uma metodologia científica que permite a construção de um modelo em que se formulam, através de uma linguagem precisa hipóteses explicativas que possam ser testadas e refutadas (OLIVEIRA, 2004: 223).

A diferença entre os objetivos das teorias formalistas e funcionalistas está estritamente relacionada ao modo como cada corrente concebe a linguagem, a saber:

(I) os formalistas asseguram que a linguagem surge de uma mutação genética que permitiu ao indivíduo a possibilidade de organizar melhor sua vida mental. De acordo com essa concepção, o fato de a linguagem servir à comunicação não se trata de um fenômeno essencial;

(II) os funcionalistas postulam que a linguagem começou como um meio precário de comunicação que foi se aperfeiçoando. Sob esse ângulo, a comunicação e a interação social são a principal função da linguagem.

Numa visão menos dicotômica, Neves (1997: 39) assegura que

pode-se distinguir dois pólos de atenção opostos no pensamento lingüístico, o *funcionalismo*, no qual a função das formas lingüísticas parece

desempenhar um papel predominante, e o *formalismo*, no qual a análise da forma lingüística parece ser primária, enquanto os interesses funcionais são apenas secundários.

Para os funcionalistas, o enfoque da linguagem como um instrumento de interação social tem por objetivo revelar a instrumentalidade da linguagem em termos de situações sociais. Na linha de Dik (1989: 2), Pezatti (2004: 168) ressalta que “o compromisso principal do enfoque funcionalista é descrever a linguagem não como um fim em si mesmo mas como um requisito pragmático da interação verbal”.

Na tentativa de definir ou de delinear as correntes lingüísticas que nos serviram de apoio, ancoramo-nos na visão de Dillinger (1991). O autor assegura que o formalismo se refere ao estudo das formas lingüísticas; e que o funcionalismo se refere ao estudo do significado e do uso das formas lingüísticas em atos comunicativos, ou seja, o formalismo trabalha com a perspectiva de que a língua é um sistema autônomo, enquanto o funcionalismo trabalha com a perspectiva de que a língua é um sistema não-autônomo, inserido em um contexto de interação social.

Uma gramática na perspectiva formal trata da estrutura sistêmica das formas de uma língua, ou seja, os formalistas “estudam a língua como objeto descontextualizado, preocupando-se com suas características internas” (NEVES, 1997: 40 - 41). Uma gramática funcional, entretanto, analisa a relação sistêmica entre as formas e a função em uma língua. Os funcionalistas

se preocupam com as relações (ou funções) entre a língua como um todo e as diversas modalidades da interação social, e não tanto com as características internas da língua; frisam assim a importância do papel do contexto, em particular do contexto social, na compreensão da natureza das línguas (NEVES, 1997: 41).

Dentro desse panorama geral que versa sobre os dois modelos teóricos, podemos ainda acrescentar que os formalistas estudam os fenômenos lingüísticos dentro do próprio sistema da língua e que criticam os funcionalistas por incluírem em seus estudos fenômenos psicológicos e sociológicos. Os formalistas entendem que esse método de trabalho fere o princípio da autonomia da Lingüística em relação às outras ciências, pois eles acreditam que se estudarem os fenômenos dentro do próprio sistema da língua e se deixarem os fenômenos psicológicos e sociais que estejam relacionados com os fenômenos lingüísticos para psicólogos e sociólogos

estudarem, alcançam a cientificidade e a autonomia da lingüística enquanto ciência. Do mesmo modo que os formalistas não aceitam a proposição dos funcionalistas, estes contra-argumentam e dizem que os formalistas estudam a língua como objeto descontextualizado, sem considerar os falantes-ouvintes ou as circunstâncias nas quais a língua é usada, porque para eles, a língua não pode ser desvinculada de suas relações com as diversas maneiras de interação social.

1.3.1 Características do formalismo

O formalismo, assim como outras correntes, não teve como influência pensamentos análogos. Por esse motivo, surgiram grupos díspares com concepções distintas dentro do próprio movimento. Conforme mostra Mendes (2007),

Na Europa, os formalistas organizaram-se em dois grupos: o Círculo Lingüístico de Moscou, fundado em 1915, e o OPOJAZ (Sociedade para o Estudo da Linguagem Poética), fundado em 1916 na cidade de São Petersburgo. O Círculo Lingüístico de Moscou tinha como objetivo sistematizar as descobertas sobre os problemas da linguagem prática e linguagem poética, enquanto o OPOJAZ visava elaborar princípios de descrição sincrônica e definir os dispositivos específicos da língua poética. Os lingüistas do OPOJAZ, tendo à frente Viktor Shklovsky e Roman Jakobson, adotaram o método mecanicista ou formal, focado na técnica e no dispositivo centrado nos procedimentos técnicos de análise lingüística. (...) As deficiências desse método motivaram a elaboração de outro modelo: orgânico, criado pelos teóricos que se mantinham em atitude de discordância. Tal método, orientado pelos princípios da Biologia, ocupou-se dos estudos das similaridades entre as formas literárias, tratadas como organismos individuais que conservam entre si traços comuns aos gêneros da literatura. A recorrência de determinados traços lingüísticos e a forma como os mesmos se apresentam definem os diferentes estilos dos literários. No entanto, mecanicistas e orgânicos não explicaram as mudanças que, ao longo do tempo, afetam o sistema literário, seu código lingüístico e os dispositivos de análise de seus organismos.

As idéias já estavam propagadas por todo o mundo e os lingüistas norte-americanos se depararam com uma realidade lingüística significativamente distinta do paradigma europeu e, então, desenvolveram uma Teoria da estrutura das línguas. Eles, de acordo com Mendes (2007),

adotaram o método descritivo para o conhecimento das línguas ameríndias. (...) Sob o argumento de que os estudiosos da linguagem não dispunham de meios para definir a maior parte das significações, Bloomfield propôs uma organização das formas lingüísticas, que considerasse o caráter específico e estável de uma língua, a exemplo de algumas comunidades, nas quais alguns enunciados são semelhantes pela forma e significação. As formas

lingüísticas, como unidades de sinal, suscitam respostas a uma situação entre os interlocutores, o significado é apenas um estímulo e uma reação verbal. (...) Na década de 60, Chomsky propôs uma teoria transformacional e gerativa, ou Gerativismo. Elaborou uma teoria geral, através da qual introduziu conceitos fundamentais de sua lingüística. Sua concepção de língua considera a capacidade do falante de exprimir pensamentos através das frases.

Pensar o gerativismo é pensar também o formalismo, mas não necessariamente pensar o formalismo é pensar o gerativismo, reflete Oliveira (2004)

Gerativistas são certamente formalistas porque além da autonomia da sintaxe enxergam a linguagem como um cálculo, mas nem todo formalista é gerativista. Não é possível traduzir formalismo na lingüística por gerativismo (= defensor da autonomia da sintaxe), porque há formalistas descrevendo línguas naturais que não coadunam com a tese da autonomia (OLIVEIRA, 2004: 220).

Os formalistas atêm-se ao princípio de que a linguagem é concebida como um sistema autônomo, que permite análises produtivas sem levar em consideração a dimensão social e comunicativa. Isso não quer dizer que os formalistas excluam a idéia de que a comunicação lingüística é um processo complexo que implica a intervenção de fatores externos à estrutura lingüística. Como exemplo, podemos citar fenômenos como a metáfora, que implica dimensões de conhecimento de mundo, valores e princípios pragmáticos de comunicação e interação social, entre outros, para que a compreensão da linguagem em uso se concretize.

Para os formalistas, é necessário estabelecer uma distância entre o conhecimento lingüístico do falante – a competência – e o uso efetivo deste conhecimento em situações comunicativas dadas – a atuação. Dessa maneira, a investigação lingüística deve centrar-se na caracterização da competência, relegando a um segundo plano a atuação lingüística, que está submetida a múltiplas variáveis difíceis de precisar e que, de alguma maneira, dependem da competência.

Dada a centralidade da linguagem em nossa espécie, a compreensão do seu componente nuclear permitirá iluminar na base sua organização interna, sobretudo, a maneira com que a mente humana se estrutura: a arquitetura da cognição. Neste sentido, a linguagem poderá ser concebida como um domínio privilegiado cujas análises são concernentes à psicologia humana.

A perspectiva formalista apóia-se na pressuposição de que a ciência lingüística deva conceber a linguagem com um tipo de conhecimento que não considera as inúmeras manifestações desse conhecimento no mundo. E ainda, fundamenta-se na proposta de que esse conhecimento constitui um sistema representacional, que se pode modelar formalmente.

Durante muito tempo, a lingüística estrutural – enfoque predominante durante as três décadas que precederam o surgimento do paradigma formalista – limitou-se a analisar a linguagem produzida, isto é, a estudar as línguas existentes, tentando determinar as estruturas – preferencialmente morfológicas e fonológicas – aparentes nas expressões. Diversos estudiosos, no entanto, questionaram severamente a viabilidade desse método. Por exemplo, levantou-se a possibilidade de que a atividade lingüística é eminentemente criativa; que fatores muito diversos, como o cansaço ou a ansiedade, incidem em nossa conduta; e que esse enfoque não é capaz de dar conta nem do conhecimento implícito que temos da linguagem, nem do uso, nem da sua aprendizagem.

Os formalistas concebem a língua como um objeto mental, um estado de conhecimento que alguém alcança. Sobretudo os gerativistas, subscrevem um enfoque mentalista da linguagem, segundo o qual é constituída uma capacidade singular da mente humana. Em síntese, para os teóricos dessa linha, os seres humanos possuem a capacidade de adquirir línguas, nelas produzindo e compreendendo orações. Nesse sentido, a capacidade para adquirir línguas e compreender e produzir orações é uma característica da espécie humana, um fenômeno da natureza e não da cultura. O idioma é, nessa perspectiva, um objeto natural, não cultural, e a lingüística é uma ciência destinada a elucidar a estrutura da linguagem, não pertence ao campo das humanidades, e sim ao das ciências da natureza, como postula Chomsky (1985).

A idéia de que a mente humana contém sistemas inatos de conhecimento específico obteve grande repercussão no pensamento psicológico e, em geral, nas ciências cognitivas. Desde a publicação de *Estruturas Sintáticas*, em 1957, texto fundador da lingüística gerativa, vem-se propondo a existência de diversas correntes destinadas a tarefas de, por exemplo, reconhecer a cognição espacial ou emocional.

Dessa forma, a hipótese da mente modular alcança grande popularidade, sobretudo a partir da publicação, em 1980, de *La modularidad* da mente por parte do filósofo Jerry Fodor, para quem os sistemas modulares eram sistemas de processamento de domínio específico, encapsulados, inatos, velozes, de processamento superficial, com padrões ontogenéticos definidos, situados em regiões cerebrais determinadas. De acordo com os estudiosos que defenderam essa teoria modular, todas essas propriedades estavam presentes na linguagem. E ainda, trabalhavam com a perspectiva de que existem padrões em diversas línguas; de que a compreensão e a produção lingüística ocorrem à grande velocidade; de que se tem identificado áreas do cérebro especializadas em seu processamento; e de que existem problemas específicos como os distintos tipos de afasia, entre outros. Na versão tradicional, os aspectos mais complexos da compreensão lingüística (por exemplo, o reconhecimento de um ato de falar indiretamente) se processaram em sistemas centrais de domínio geral capazes de considerar informação proveniente de diversas modalidades: o módulo lingüístico se limitara a um processamento de soma das orações.

O aspecto mais notável do debate atual a respeito da modularidade e do inatismo é que este tem se apoiado em dados aportados por diversas ciências da mente e da conduta, abrindo um campo multidisciplinar definido antes pela natureza dos problemas que pelas fronteiras disciplinares. Jackendoff (1993) e Pinker (1994), principalmente, apresentam sínteses dessa discussão, com um viés favorável ao formalismo.

Os estudos de aquisição da linguagem vêm descobrindo a existência de períodos críticos diferenciados para a aprendizagem do nível fonológico e sintático; em outras palavras, a presença de certos períodos relativamente fixos na vida da criança durante os quais ela pode aprender o sistema fonológico e o sistema sintático de sua língua materna (Jackendoff, 1993; Pinker, 1994; Carroll, 1994; entre outros). O interessante é que o período é muito mais breve para o “aprendizado” da fonologia que da sintaxe. No entanto, mesmo se as crianças tivessem um período geral de aprendizagem, os dados parecem centrar-se na idéia de que esses períodos são sensíveis ao domínio do conhecimento e se ligam a processos biológicos mais

gerais no desempenho das crianças.

Por conta de divergências de teorias e de metodologias adotadas pelos formalistas russos surge uma forte “ramificação” de estudo lingüístico: o estruturalismo funcional. Essa “ramificação” se dá a partir do Círculo Lingüístico de Praga, fundado por Trubetskoy e Jakobson, em 1926, dentre outros. É o que destaca Mendes (2007):

As formulações teóricas que ali foram esboçadas disseminaram-se a partir do Congresso Internacional de Lingüística de Haia, em 1928, e da elaboração das Teses de Praga. Das referidas Teses, emana o princípio básico do funcionalismo, segundo o qual a natureza das funções lingüísticas determina a estrutura da língua.

No pólo funcionalista, aparecem nomes como Saussure, Bally, Tesnière, Martinet, Jakobson, Halliday, Dik, dentre outros. E é justamente esse pressuposto teórico que buscaremos delinear no próximo tópico.

1.3.2 Características do funcionalismo

Dos desdobramentos das idéias dos formalistas e de suas oposições desenvolveram-se os trabalhos do funcionalismo. Propomo-nos a delinear essa corrente teórica, conscientes de que é uma tarefa árdua, sobretudo porque

os rótulos que se conferem aos estudos ditos “funcionalistas” mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam. Prideaux (1994) afirma que provavelmente existem tantas versões do funcionalismo quantos lingüistas que se chamam funcionalistas, denominação que abrange desde os que simplesmente rejeitaram o formalismo até os que criam uma teoria. A verdade é que, dentro do que vem sendo denominado – ou autodenominado – “funcionalismo”, existem modelos muito diferentes (NEVES, 1997: 01).

As palavras de Neves (1997) e a sua interpretação de Prideaux (1994) permitem-nos dizer que há “funcionalistas” e “funcionalistas”, isso porque existem lingüistas que se dizem “funcionalistas”, em virtude de apenas rejeitarem o formalismo. Oliveira (2004: 167) mostra que Bates, a partir do que propõe (NEWMAYER, 2000: 13) define a situação do funcionalismo, de uma forma “generalizante”, ao dizer que “o funcionalismo é como o protestantismo: um grupo de seitas antagônicas que

concordam somente na rejeição à autoridade do Papa”. “Generalizante” porque entendemos que o pensamento de Bates não considera o desenvolvimento da teoria funcionalista e suas contribuições à compreensão do funcionamento da linguagem.

Tomemos emprestadas as orientações de Neves, Martinet, Givón, Bates, na tentativa de chegarmos a um denominador comum na questão da definição do funcionalismo. Podemos dizer que os trabalhos funcionalistas pautam-se na concepção de que a língua é um instrumento de interação social, e que ao lingüista compete a tarefa de investigar o modo como os falantes se comunicam pela língua. Conforme Martinet (1994:14), registrado por (NEVES, 1997: 2), a competência comunicativa deve nortear a investigação lingüística, visto que “toda língua se impõe (...), tanto em seu funcionamento como em sua evolução, como um instrumento de comunicação da experiência”. Entende-se por experiência “tudo o que [o homem] sente, o que ele percebe, o que ele compreende em todos os momentos de sua vida”.

Dessa forma, o funcionalista estuda a língua na interação social, fato que o leva a rejeitar a autonomia da língua em face ao discurso. Por conseguinte, a função comunicativa da língua exerce influência sobre sua forma, ou, mais radicalmente, a forma da língua “deriva” do uso que dela se faz. No que tange à rejeição de uma autonomia da língua, os funcionalistas defendem a idéia de que a compreensão satisfatória do mecanismo gramatical depende da consideração de fatores como “cognição”, “comunicação”, “processamento mental”, “interação social”, “cultura”, “mudança” e “variação”, “aquisição” e “evolução”.

Neves (1997: 15) assegura que a gramática funcional se configura em “uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social”. Trata-se de uma gramática que não só se ocupa da análise da estrutura interna da língua, mas também, da análise da situação comunicativa, a qual encerra o propósito do evento de fala, os participantes desse evento e o contexto discursivo. A principal tarefa de uma gramática funcional é, conforme aponta Beaugrande (1993, cap. III), também registrado por Neves (1997: 03), “fazer correlações ricas entre forma e significado dentro do contexto global do discurso”.

A teoria funcionalista é tão antiga quanto a proposição formal, a qual encerra o estruturalismo saussuriano, que por sua vez influenciou também o funcionalismo. Dessa maneira, os funcionalistas mantêm vínculos com a Lingüística de Saussure e com outras correntes. Segundo Paveau e Sarfati (2006: 115), “não constituem corpos teóricos completos e autônomos, mas correntes imbricadas umas nas outras, ligadas por relações de filiação ou de oposição e por escolhas teóricas complexas”.

Segundo Pezatti (2004: 166), o funcionalismo moderno retoma de alguma maneira à concepção de lingüistas anteriores a Saussure, entre os quais citem-se Whitney, Von der Gabelentz e Hermam Paul, representantes da escola neogramática no final do século XIX. Esses autores “assentaram o enfoque lingüístico em fenômenos sincrônicos e diacrônicos”, bem como reconheceram a importância de a descrição lingüística ser baseada em parâmetros psicológicos, cognitivos e funcionais.

Os trabalhos responsáveis pelo desenvolvimento da teoria funcionalista estão baseados nas concepções dos estudiosos da Escola Lingüística de Praga, que tem trabalhos anteriores a 1930. A grande sincronia entre os envolvidos nesse movimento era a rejeição da dicotomia Chomskyana entre “competência” e “desempenho” – rejeição que pode ser contemplada também nos modelos de Halliday e Dik. Outro nome que merece destaque nos estudos funcionalistas é o de Martinet.

Segundo Mendes (2007), Martinet defende, como princípio teórico, a definição de língua como “instrumento de comunicação duplamente articulado e de manifestação vocal”; e Halliday defende uma abordagem sócio-funcional que incorpora a dimensão social à lingüística e ainda postula que a linguagem depende da cultura. Martinet, em seu trabalho, reflete sobre a diversidade das línguas e as diferenças entre línguas, dessa forma ancora-se numa lingüística objetiva e generalista.

Conforme a conceituação de Martinet, os quatro domínios que consistem disciplinas autônomas compreendem: a Função, na qual “os traços languageiros” são apreendidos e classificados em referência ao papel que desempenham na comunicação da informação; a Pertinência Comunicativa que advoga o fundamento de cada ciência em sua pertinência. Na lingüística funcional, estimamos que a pertinência é a pertinência comunicativa; a dupla articulação: fonemas e monemas, cada uma das

unidades que resultam de uma primeira articulação está articulada a outras unidades; e a Lingüística geral funcional, dividida em fonologia – o estudo da forma com que cada língua utiliza os recursos fônicos para assegurar a comunicação entre seus usuários, monemática – distingue os monemas lexicais e os monemas gramaticais; c) sintemática – estuda os sintemas (...) um segmento de enunciado que comporta vários monemas lexicais combinados entre si; d) sintaxe – estuda as relações de dependência dos monemas e as funções que eles assumem em um dado enunciado. (PAVEAU; SAFARTI, 2006: 136 -138).

“Halliday tem destaque com a elaboração de uma Gramática Funcional” (MENDES, 2007), pois a partir de sua abordagem sobre linguagem atrelada à função social estabeleceu o modelo sistêmico-funcional. Para ele, ainda de acordo com Mendes (2007), “a linguagem é uma parte do processo social e ao mesmo tempo metáfora de tal processo. (...) Ele propõe os seguintes tipos de função: a) ideacionais (ou cognitivas); b) interpessoais (ou modais); c) textuais”. Discorreremos sobre essas funções no capítulo 3, no tópico 3.1 – o funcionalismo europeu.

Acrescentamos que a gramática funcional proposta por Dik foi inspirada na teoria pragmática da Escola de Oxford e no Interacionismo Simbólico de G. H. Mead. Ele postula que uma gramática funcional deve dar conta da natureza da linguagem, portanto, deve trabalhar com: adequação pragmática, psicológica e tipológica. O lingüista funcionalista se interessa por investigar como falante e destinatário se comunicam satisfatoriamente mediante as expressões lingüísticas. Sua gramática funcional apresenta diferenças de outros modelos funcionalistas, isso porque visa à análise da estrutura da sentença, levando em consideração a representação semântica e a estrutura fonética superficial.

Ressaltamos que existe uma subdivisão para o funcionalismo, sendo este classificado como conservador, que aponta a inadequação do formalismo ou do estruturalismo, sem propor uma análise de estrutura; moderado, que aponta essa inadequação e propõe uma análise funcionalista da estrutura; e extremado, que nega a realidade da estrutura e considera que as regras se baseiam internamente na função, não havendo restrições sintáticas.

De acordo com a concepção de Van Valin (1990), lida na obra de Neves (1997: 56), os modelos de Dik e Halliday podem ser incluídos entre os trabalhos funcionalistas “moderados”, pois admitem que a noção de estrutura proposta pelos formalistas é

válida de alguma maneira, mas propõem uma análise funcionalista da estrutura lingüística, enfatizando a relevância do componente semântico e pragmático na descrição lingüística.

Para Mendes (2007), de modo geral,

o Funcionalismo tem um denominador comum, porém podem ser distinguidos, pelo menos, dois tipos de funcionalismo: um funcionalismo direcionado a um modelo abstrato de uso da língua e outro, direcionado à língua tal como ela se manifesta em seu uso efetivo. Resumindo, formalismo e o funcionalismo são correntes teóricas da Lingüística do século XX através das quais os estudiosos da Língua buscam explicar os fenômenos lingüísticos. Embora estas correntes se ocupem do mesmo objeto de estudo e possuam entre si pontos convergentes, apresentam divergências quanto à forma de abordagem dos referidos fenômenos.

Vale ressaltar que pesquisas individuais listadas em obras de Neves (1998/1999); a polêmica arrolada por Votre e Naro (1989, 1996) x Nascimento (1990); e em seguida as observações de Dillinger (1991), deram maior visibilidade ao entrelaçamento formalismo x funcionalismo na lingüística brasileira contemporânea, registro de Castilho (2007: 03). E ainda que, conforme Nichols (1984), há diferentes modelos funcionalistas, o que abordaremos no capítulo 3, dando ênfase ao modelo norteador desta pesquisa: o funcionalismo norte-americano.

1.4 Gramática de Valências

O termo “valência” está consignado no dicionário de Houaiss (2001) como um

conjunto dos argumentos que entram na construção de um sintagma ou sentença, e cujo número, tipo e função são determinados por um predicador, ger. o verbo; assim, *chover* tem valência zero, ao passo que *correr* é monovalente, *ver* é bivalente, e *dar* é trivalente

E “argumento” é concebido da seguinte maneira:

na oração, cada um dos termos requeridos por uma palavra que exerce predicação, em relação com sua função sintática (p.ex., para o verbo *dar* em *Carlos deu o livro a Maria* há três argumentos: um agente [sujeito], um tema [objeto direto] e um alvo [objeto indireto]; *chorar* em *Marta chorou* requer apenas um argumento: um agente [sujeito])

A teoria de valências funda-se no pressuposto de que o verbo é o elemento central da oração. Meiner já postulava a centralidade do verbo na frase em 1781. Tesnière (1969) concretizou, de fato, esse princípio de centralidade e se justifica na medida em que é o verbo que determina a estrutura base da oração, tanto no nível morfossintático, quanto semântico. É exatamente esse dinamismo que adquiriu a denominação de valência verbal.

Dessa maneira, atribuir ao verbo a posição central da estrutura frasal implica dizer que há uma regência por parte do verbo que estabelece relações de dependência com os seus regentes. Essa rede de relações estabelecida pelo verbo com seus regentes é o que chamamos de *valência verbal*. Os regentes são, então, denominados os actantes do verbo.

Borba (1996: 19) concorda que

As primeiras idéias sobre valência se devem a Tesnière, que é quem parte do verbo como núcleo oracional, tomando-o como uma espécie de pólo imantado, capaz de atrair pólo imantado, capaz de atrair um número (...) variável de pontos de atração capazes de manter esses actantes sob a sua dependência.

Ignácio (2002: 110) convida-nos a lembrar que Tesnière

Propôs uma nova nomenclatura para os constituintes da oração, chamando ACTANTES os que, segundo ele, funcionam como **complementos** do verbo (Sujeito, Objeto Direto e Objeto Indireto), e de CIRCUNSTANTES aos Adjuntos Adverbiais. Ao agente da Passiva chamou Contra-Sujeito. Embora coloque o Sujeito no mesmo nível sintático do Objeto, reconhece a sua predominância semântica, por isso o denomina de actante de **primeiro grau**, seguido do Objeto Direto (Actante de **segundo grau**) e do Objeto Indireto (Actante de **terceiro grau**).

Porém, a proposta de gramática de valências de Borba (1996), a ser usada como suporte para descrição sintático-semântica do léxico, diferencia-se da de Tesnière (1969) já na própria conceituação dada ao termo valência.

Assim, valência é a propriedade que tem uma classe de elementos, de poder ligar-se com classes específicas de outros elementos, sendo que esta mesma classe se distingue de outras de mesmo nível sintagmático. Isso amplia o sentido da expressão *gramática de valências* abrangendo também o regime dos nomes, dos

adjetivos e de alguns advérbios.

A gramática de valências (de agora em diante GV) é uma gramática de dependências, que se baseia na relação estabelecida entre categorias de níveis diferentes, entre elementos básicos (palavras) ou categorias básicas correspondentes aos elementos básicos que (co) ocorrem num contexto.

Uma GV se constrói considerando que os itens lexicais da língua ora têm valor absoluto, como *lápis*, *cachorro* e são semanticamente auto-suficientes, tendo necessidade de vinculação nula; ora têm valor relativo, como *filho*, *saudade* e são semanticamente incompletos necessitando, portanto, ligar-se a outros para que se realizem plenamente. Uma palavra como **lápis** vale por si mesma e tem um valor semântico específico; já uma palavra como **filho** implica outra que completa a expressão *filho de*. Por isso se diz que itens como **filho**, **primo**, **tio**, **avô**, **amigo** são semanticamente incompletos, por conter uma casa vazia destinada a ser preenchida por outro elemento.

Dependendo do número de casas vazias (ou argumentos = As) exigido pelo significado de um item lexical, podemos ter itens avalentes ($V\emptyset$), como é o caso de *cachorro*, ou ter itens de valências um, dois...n, como é o caso de **filho** que tem valência um (V1). Nesses termos, uma GV só atinge as palavras lexicais -nomes, verbos, adjetivos e alguns advérbios.

Uma GV, na visão de Borba (1996), aplica-se também àquelas relações intrafrasais que, mesmo não fazendo parte da matriz valencial, são necessárias para que os fatos de valência sejam mais bem compreendidos.

2. TRANSITIVIDADE E SUAS ABORDAGENS

Conceituar a transitividade verbal é tarefa tão árdua quanto a de definir o funcionalismo. Isso pode ser justificado pelos vieses adotados por aqueles que se dedicaram a esse assunto. É sabido que mesmo as abordagens dos gramáticos de orientação tradicional apresentam divergências. Portanto, uma compreensão e descrição do fenômeno da transitividade exige de qualquer lingüista adoção de critérios claros para a análise que se pretende empreender.

Nessa perspectiva, optamos por historiar os estudos sobre a transitividade verbal com vistas a evidenciar as diferentes abordagens que vêm recebendo. No final deste capítulo, no item 2.7, apresentaremos a relevância da perspectiva funcionalista no tratamento lingüístico da transitividade.

Há muito tempo a transitividade verbal vem sendo pesquisada. Desde os gramáticos alexandrinos se estuda a transitividade verbal. No entanto, o tempo não foi suficiente para sanar as dúvidas que esse tema suscita.

É sabido que as gramáticas dos alexandrinos deram início a toda tradição gramatical do Ocidente. Os primeiros estudos da língua grega surgiram com a tentativa de evitar que as chamadas “línguas bárbaras” poluissem o grego clássico. Dessa forma, teve origem a chamada gramática tradicional.

Um dos primeiros e mais importantes gramáticos alexandrinos foi Dionísio, o Trácio, (170 a 90 a.C.). Ele preocupou-se com o estudo e sistematização da fonética e da morfologia do grego clássico, como o utilizado nos poemas de Homero. De acordo com Neves (2002: 52), “a obra (de Dionísio, o Trácio) abriga apenas a fonética e a morfologia, desconhecendo a sintaxe”. Somente no século II d.C. apareceria a preocupação com a sintaxe com Apolônio Díscolo. “O importante lugar que Apolônio Díscolo ocupa na história das idéias gramaticais no Ocidente assenta-se, especialmente, no seu tratamento da sintaxe” (NEVES, 2002: 63).

Se o estudo da sintaxe nasce com Apolônio Díscolo, pois ele foi o primeiro alexandrino a preocupar-se com a relação que as palavras estabeleciam entre si, é

com ele também que nasce o estudo das primeiras noções de transitividade verbal no Ocidente. Ele demonstrou preocupação com o estudo das relações de passividade e atividade. Segundo Neves (2002), para Apolônio Díscolo:

Nas relações oracionais, é fundamental a diátese, a “disposição” dos corpos em relação à ação: o ser como agente ou como paciente [...]. Atividade e passividade marcam, pois, as relações dos nomes com os verbos: à primeira corresponde o nominativo como caso do sujeito (agente); à segunda corresponde o acusativo como caso do objeto (paciente). Essa relação se mantém mesmo que a diátese (a “disposição”) seja mudada, isto é, mesmo que se passe da construção passiva para a ativa (NEVES, 2002: 66).

O princípio latino de transitividade – herdado dos gregos – tem sua origem na idéia de atividade e passividade e no reconhecimento de que essa relação não pode ser alterada nem mesmo mudando a disposição dos componentes da oração, ou seja, nem mesmo com a transformação da oração ativa para a passiva. Kury (2000) mostra-nos que

Este é o sentido etimológico de “transitividade”: chamavam os gramáticos latinos de *transitiva* a oração que podia “transitar” para a voz passiva, e, por extensão, *transitivo* ao verbo que lhe formava o predicado (KURY, 2000: 30).

Sendo assim, podemos dizer que, antes mesmo de haver a definição de transitividade, os gregos já perceberam que alguns verbos exigiam um complemento que seria atingido pela ação expressa pelo verbo. Não podemos deixar de comentar que a generalização na língua portuguesa do termo *transitivo* acabou por gerar uma certa divergência na concepção da transitividade no que tange à transitividade. O predicado verbal em latim, por exemplo, poderia apresentar padrões especiais; é o que aponta Câmara Júnior (1976):

Havia a esse respeito em latim três esquemas formais, que dependiam da significação da palavra verbal: 1) Verbo, concentrando em si toda a significação verbal, ou seja, “intransitivo”, de maneira absoluta, porque a significação verbal não passa além do verbo (ex.: *Ambulo* “Ando”); 2) Verbo articulado com um substantivo no acusativo, ou seja, “transitivo”, porque a significação verbal só assim se completa (ex.: *Vídeo puerum* “Vejo o menino”); 3) Verbo articulado com um substantivo no dativo, ou seja, “intransitivo”, mas de maneira “relativa”, porque a significação verbal se relaciona com esse substantivo designando um ser nela interessado (ex.: *Loquor puero* “Falei ao menino”) (CÂMARA JÚNIOR, 1976: 235).

Podemos inferir que a complementação verbal estava bem definida no latim clássico, visto que os casos representavam funções sintáticas e eram formados com

o acréscimo de desinências ao final das palavras. Acrescentamos ainda que havia o caso acusativo, para expressar o que hoje chamamos de objeto direto, que era afetado pelo verbo e, que, o caso dativo era um objeto indireto que se referia a pessoas.

Com a diminuição da frequência de uso da língua latina³, a língua portuguesa passou a expressar o objeto indireto por meio da preposição “a”, causando um problema de classificação dos complementos verbais, pois todas as expressões preposicionadas que complementam o sentido dos verbos foram classificadas como objeto indireto, perdendo a idéia original do caso dativo. Conforme palavras de Said Ali (1964: 95), “o nome de *objeto indireto* aplica-se, por extensão, também às expressões preposicionadas que complementam o sentido de verbos intransitivos”. Fato é que os estudos alexandrinos e latinos sobre a transitividade verbal nos influenciam até hoje. É exatamente isso que veremos adiante.

2.1 Verbo: definições

No início deste capítulo apresentamos um breve panorama histórico dos estudos sobre a transitividade verbal com o objetivo de retratar as diferentes abordagens que o tema vem recebendo, conforme já dito. Neste tópico, apresentaremos algumas definições de verbo, dentro da tradição gramatical, para melhor fundamentar a nossa pesquisa. Compreender as definições elucidadas - pelas diversos autores aqui elencados - para verbos é parte do processo de compreensão da divergência de tratamento que a transitividade recebe. Para iniciar o nosso estudo de definições de verbos, faz-se necessário compreender o termo *gramática tradicional*.

³ O Latim, por exemplo, embora seja a língua oficial do Vaticano, não pode ser considerado “vivo”, mas por estar disseminado nas línguas neolatinas e, portanto, ter deixado vestígios na morfologia e na prosódia, não pode ser classificado como língua morta. (...) o mais adequado seria classificar a Língua Latina como uma “língua clássica”, por ter servido de esteio para as línguas neolatinas. Infelizmente, o analfabetismo científico de alguns “pseudo-lingüístas”, faz com que seja cômodo utilizar o rótulo língua morta, o que é problemático e contribui cada vez mais para o empobrecimento do saber global em Língua Portuguesa.

Disponível em <http://www.paratexto.com.br/document.php?id=2658>. Acesso em: 09 de março de 2008.

Gramática tradicional é assim caracterizada por Houaiss (2001)

modelo de descrição gramatical que tem origem nos estudos do grego e do latim feitos pelos antigos gramáticos gregos e latinos, prolongando-se pela Idade Média e Moderna até nossos dias [Foi a base do ensino escolar do grego e do latim e, com o surgimento das línguas vernáculas no final da Idade Média, foi adaptada a estas para fins pedagógicos, daí imputar-se-lhe o defeito de querer moldar todas as línguas pela estrutura do latim.]

Diante disso, podemos dizer que a noção de gramática tradicional é estruturada segundo o modelo deixado pelos gregos, em especial aquele organizado por Aristóteles. Dessa forma, pode-se dizer que a filosofia grega não só estabeleceu as bases do raciocínio moderno, como também os princípios fundamentais da linguagem até os dias atuais, ou seja, as definições atrelam-se à lógica formal aristotélica que subsiste no vocabulário lingüístico descritivo de nossos dias, desde o final do século XIX até agora.

O maior número possível de gramáticas que pudessem ser analisadas sob a perspectiva das definições foi reunido. Recorremos às gramáticas de João de Barros (1957), de Jeronymo Soares Barbosa (1861), de Napoleão Mendes de Almeida (1952), de Celso Cunha (1972), de Evanildo Bechara (2004), de Rocha Lima (2004), dentre outras. Acrescentamos que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (1958) foi consultada, mas que, como já é sabido, ela não aponta definições e sim, classificações (sem se ater a explicações). Iniciemos o nosso passeio pelas gramáticas.

Registramos que não tivemos a oportunidade de pesquisar as primeiras edições de algumas gramáticas e que, em alguns casos, por questão de atualização de dados contidos nas obras, optamos por trabalhar com edições outras, assim como com duas edições da mesma obra. Por exemplo, utilizamos a gramática João de Barros que foi publicada em 1957, apesar de a primeira edição ser de 1950. Da mesma maneira acontece com a de Jeronymo Soares Barbosa, que tem sua primeira edição em 1822, embora tenhamos utilizado para consulta a quinta edição, publicada em 1861. De Napoleão Mendes de Almeida esteve em nossas mãos a sexta edição, publicada em 1952, de Celso Cunha a edição de 1972, de Evanildo Bechara trabalhamos com duas edições, a saber: a de 1975 e uma mais recente que é de 2004. Para finalizar os gramáticos listados no parágrafo anterior, acrescentamos que

trabalhamos com a edição de 1974 e com a quadragésima terceira edição que saiu em 2003, de Rocha Lima. Cabe dizer que ao longo da dissertação acrescentaremos dados dessa mesma ordem quando se fizer necessário, ao citarmos outras obras.

Jeronymo Soares Barbosa (1861:132) conceitua o verbo como

uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para o attributo da proposição com seu sujeito debaixo de todas suas relações pessoais e numeradas, enunciando por diferentes modos a coexistência e identidade de um com outro, por ordem aos diferentes tempos e maneiras de existir.

(...)

D'esta breve analyse do verbo se vê, que sua essência consiste propriamente na enunciação da coexistência de uma idéia, que já para isso tem palavras destinadas nos substantivos e adjectivos que se nomeiam.

Em 1930, Gomes, em sua vigésima edição, considera o verbo como “a palavra que exprime acto, phenomeno ou estado em realização passada, presente ou futura”.

Cândido Jucá Filho (1945: 41 - 42), na segunda edição da *Gramática Brasileira do Português Contemporâneo*, assegura que “na noção de verbo está contida está noção de relação”. A relação a qual o autor faz menção é a relação dos seres com outros seres.

Almeida (1952: 158 – 89) trabalha com critérios semântico-morfológicos para definir verbo, como:

Sabemos ser o verbo toda palavra que indica ação. Quem escreve, quem desenha, quem pinta, quem anda, quem quebra, quem olha, quem abre, quem fecha pratica ações diversas: ação de escrever, ação de desenhar (...), ações expressas por palavras que se denominam verbos.

(...)

os verbos possuem quatro tipos de flexão: flexão temporal, flexão modal, flexão numérica e flexão pessoal.

(...) conjugar um verbo é, pois, recitá-lo em todos os tempos, modos, números e pessoas.

Para João de Barros (1957: 25), o verbo, “segundo definição de todos os gramáticos, é ua voz ou palavra que demonstra obrar alguma coisa, o qual não se declina como o nome e pronome per casos, mas conjuga-se per modos e tempos”. Para o gramático, o verbo é a palavra que demonstra um fazer. De acordo com a gramática de Maciel (1922: 135), cuja primeira edição é de 1910, o verbo se define como

uma palavra de tempo que serve para afirmar e exprimir simultaneamente um fato (...) e cuja descrição deve atender às condições de:

- a) predicação (...);
- b) personalidade (...);
- c) conjugação, isto é, a sistematização de suas formas regulares e irregulares.

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), de 1958, a partir da comissão formada por estudiosos renomados por suas obras e pela posição que ocupavam na hierarquia de estudos sobre língua e gramática (entre eles, Antenor Nascentes, Rocha Lima e Celso Cunha) estabeleceu uma espécie de divisão esquemática dos conteúdos gramaticais, unificando e fixando, para uso escolar, a nomenclatura a ser usada pelos professores; em 1959, no governo Juscelino Kubitschek, uma portaria recomendou sua adoção em todo o território nacional. Vale ressaltar que ela foi concebida com base nos conhecimentos de 1958 e que os gramáticos da comissão, embora de renome, eram de formação tradicional e imprimiram nessa nomenclatura as suas concepções. Apesar da terminologia imposta, nossos gramáticos, pós NGB mantêm definições e classificações divergentes.

Seguindo o registro de estudos gramaticais, temos que “verbo é a palavra variável que serve para exprimir *ação*, *estado* ou *fenômeno*; declara o que acontece, como alguém ou alguma coisa é, como está ou o que faz” de acordo com a *Nova Gramática Portuguesa (Lições Práticas e Exercícios)* de Freitas (1965). O autor ainda acrescenta que “para conhecer se uma palavra é verbo, basta verificar se é possível juntar-lhe um dos pronomes pessoais (eu, tu, êle ou ela, nós, vós, êles ou elas)”.

A *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, que tem sua primeira edição publicada em 1944 por Silveira Bueno, classifica verbo, na sétima edição, como “a palavra com que declaramos *ação*, *estado* ou *qualidade*, em geral, dum sujeito” e ainda acrescenta em nota que “há verbos sem sujeito, (...), e, neste caso, não podemos dizer que a *ação*, o *estado* ou a *qualidade* sejam atribuídos a um ser

determinado qualquer” (BUENO, 1968:139).

A obra *O verbo*, de Minchillo e Cabral (1992: 01 - 03), com primeira edição em 1988, define *verbo* como “as palavras de uma língua que podem ser separadas em grupos ou classes. O VERBO é uma das dez classes do Português”. (...). “Normalmente se diz que o verbo é a palavra que pode indicar: a) uma ação (...); b) um fenômeno da natureza (...); c) um estado (...) e d) uma mudança de estado”. Assim, verbo é “a palavra que exprime ação, fenômeno natural, estado ou mudança de estado, situando tais fatos no tempo”.

Rocha Lima (2003: 122) registra que

O verbo expressa um fato, um acontecimento: o que se passa com os seres, ou em torno dos seres.
É a parte da oração mais rica em variações de forma ou acidentes gramaticais.
Estes acidentes gramaticais fazem que ele mude de forma para exprimir cinco idéias: *modo, tempo, número, pessoa e voz*.

Ao abordar *Os argumentos do verbo e a oração*, Abreu⁴ (2003:80) categoriza, em sua *Gramática Mínima*, verbo como “um dos elementos que apresentam predisposição maior para, sendo predicador, ter uma estrutura argumental. Em torno dele, constrói-se a oração, que é uma projeção dessa estrutura”.

Bechara (2004:209) entende *verbo* como “a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual se organiza o falar seu significado lexical”.

Alguns dicionários também foram consultados e trazem as definições que arrolaremos a seguir.

Dubois *et al* (1973: 611) informam que

Na gramática tradicional, o *verbo* é uma palavra que exprime o processo, isto é, a ação que o sujeito* faz (como em *A criança escreve*) ou sofre (como em *Este homem será espancado*) ou então a existência do sujeito (como em *Os maus existem*), ou seu estado (como em *As folhas amarelecem*), ou ainda a relação entre o predicativo* e o sujeito (como em *O homem é mortal*). De uma maneira puramente convencional e sem que o

⁴ A obra de Abreu aparece em meio às dos gramáticos pela natureza de seu trabalho, apesar de ser lingüista, o autor publicou, em 2003, uma gramática.

sentido o justifique realmente, admite-se que “fazer a ação” se estendia neste caso a orações como *A casa recebeu uma bomba* (onde na verdade a casa sofre a ação).

Verbo para Houaiss (2001) é

- 2 (1540) Rubrica: gramática, lingüística.
classe de palavras que, do ponto de vista semântico, contêm as noções de ação, processo ou estado, e, do ponto de vista sintático, exercem a função de núcleo do predicado das sentenças; predicador
- 3 Rubrica: gramática, lingüística.
nas línguas flexionais e aglutinantes, palavra pertencente a um paradigma de formas flexionadas, cujas flexões indicam algumas categorias, tais como o *tempo* (que localiza ação, processo ou estado em relação ao momento da fala), a *pessoa* (indica o emissor, o destinatário ou o ser sobre o qual se fala), o *número* (indica se o sujeito gramatical é singular ou plural), o *modo* (indica a atitude do emissor quanto ao fato por ele enunciado, que pode ser de certeza, dúvida, temor, desejo, ordem etc.), a *voz* (indica se o sujeito gramatical é agente, paciente ou, ao mesmo tempo, agente e paciente da ação), o *aspecto* (fornece mais detalhes a respeito do modo de ser da ação, se é unitária, momentânea, prolongada, habitual etc.)

O *Dicionário de Lingüística e Gramática* de Câmara Jr, na vigésima quarta edição, (2002: 239) registra *verbo* como

Classe de palavras que se opõem aos nomes (v. nome) pela natureza dos seus sentemas: “indicam os processos, quer se trate de ações, de estado ou da passagem de um estado a outro” (Meillet, 1921, 175). A sua significação é, pois, essencialmente DINÂMICA: referem-se aos movimentos em seu sentido lato, isto é, ao que se passa nos seres ou por intermédio dos seres. Caracterizam-se por trazerem em si uma idéia temporal, seja – a) a da duração ou do resultado do processo, seja – b) a do momento da sua ocorrência. Assim essa idéia temporal pode assumir o caráter de – a) aspecto (v.); ou – b) tempo (v.).

Trask (2004: 304), na vigésima quinta edição do *Dicionário de Linguagem e Lingüística*, considera *verbo*

a parte do discurso que inclui palavras como *ir, ver, compreender e parecer*. As classe dos **verbos** é universal: nunca foi descoberta uma língua em que os verbos não fossem uma classe à parte. Os verbos mais prototípicos denotam ações realizadas por um agente, como *correr, cantar, atirar, bater e dar*. Mas também são verbos muitos outros termos que têm significados menos típicos, por exemplo, *morrer, dormir, acreditar, compreender, escoar-se, seguir-se, tornar-se, parecer, ter/haver e ser/estar*. Os auxiliares do português, como *precisar, dever, poder, ir* também costumam ser classificados como verbos, embora haja lingüistas que gostariam de reuni-los numa classe à parte.

O que faz a unidade da classe de verbos é seu comportamento gramatical. Por exemplo, os verbos em português e em muitas outras línguas são marcados quanto a **tempo**: *Suzana bebe / bebia conhaque*. Também é comum que os verbos apresentem **concordância**, um fenômeno

onipresente em português, como em *Suzana fuma* em oposição a *Suzana e Janete fumam*.

Mas a característica mais central para um verbo é que ele sempre se faz acompanhar por um ou mais **sintagmas nominais**, seus **argumentos**, numa sentença gramatical. Por exemplo, *sorrir* e *fumar* tomam apenas um argumento (...).

Essas diferenças no comportamento gramatical são um exemplo de **subcategorização**, e envolvem diferenças de **transitividade**.

2.2 Transitividade verbal: gramáticas tradicionais

Mesmo em nossos dias, conceitos muitos semelhantes aos dos alexandrinos e latinos são encontrados em gramáticas tradicionais; a abordagem prescritiva da língua é um dos motivos pelos quais esse tipo de gramática vem sendo criticado. O que não tira o mérito de seu conteúdo, pois é a partir desse material que podemos entender a forma como a língua tem sido abordada durante séculos e, ainda, a forma como a língua vem sendo ensinada aos estudantes de diferentes níveis.

A relação entre a gramática tradicional e sua abordagem prescritiva evidencia o porquê de receber tantas críticas a forma como a transitividade verbal é tratada nessas gramáticas. Fato é que a concepção de transitividade verbal nas gramáticas tradicionais mistura conceitos semânticos e formais.

Segundo Said Ali (1964: 94-95), os verbos dividem-se em transitivos e intransitivos, porém transitivos são apenas aqueles verbos que são acompanhados de objeto direto. Said Ali (1964) não aceita a classificação de indiretos, pois o objeto indireto é apenas um “termo secundário denotador do indivíduo a quem a ação se destina, ou a quem ela aproveita ou desaproveita”. Portanto, todos os verbos transitivos indiretos seriam, para Said Ali (1964), intransitivos.

Silveira Bueno (1968: 144 -145) classifica os verbos em transitivos e intransitivos. Os transitivos podem ser simplesmente transitivos, ou podem ser transitivos-relativos - os chamados verbos bitransitivos.

De acordo com Almeida (1999: 166), os verbos transitivos diretos e indiretos não constituem uma subclasse, pois “não têm fundamento nos fatos do idioma obrigar a

pôr os dois objetos (direto e indireto) de tais verbos”.

Cunha e Cintra (2001: 136-137) dividem os verbos transitivos em diretos, indiretos e diretos e indiretos.

Luft (2002: 56), em sua segunda edição, classifica um verbo transitivo como aquele que “necessita de complemento – objeto – que lhe *complete* o sentido”. Como intransitivo, “o verbo de *predicação completa*, o que não necessita *complemento*”. Percebemos que a separação de verbos em transitivos e intransitivos segue um fator semântico, a incompletude/completude do sentido do verbo. No entanto, para definir os verbos transitivos diretos e indiretos, Luft lança mão de um fator formal, ou seja, a presença, ou não, de uma preposição. No seu entendimento, o verbo transitivo direto “tem o sentido completado por um objeto *direto*, assim chamado por se ligar ao verbo sem preposição” (LUFT, 2002: 56). Por sua vez, verbos transitivos indiretos são todos aqueles que se ligam ao verbo por meio de uma preposição.

O certo é que as gramáticas tradicionais não apresentam uma regularidade, quanto à divisão dos verbos transitivos. Rocha Lima (2003: 340) evidencia isso ao classificar o verbo quanto aos complementos: “sendo o verbo a palavra regente por natureza dos complementos por ele exigidos. O complemento forma com o verbo uma *expressão semântica*, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível, por omissos ou incompleto”. Em função do tipo de complemento que requerem para formar uma *expressão semântica*, assim podem se classificar os verbos, de acordo com Rocha Lima (2003: 340):

- a) Intransitivos;
- b) Transitivos diretos;
- c) Transitivos indiretos;
- d) Transitivos relativos;
- e) Transitivos circunstanciais;
- f) Bitransitivos.

Ainda, dentro da classificação preconizada por Rocha Lima (2003), transitivos relativos são aqueles que apresentam um complemento preposicional, chamado relativo. Transitivos circunstanciais requerem um complemento, preposicional ou não, chamado *circunstancial*. E os bitransitivos têm concomitantemente um objeto direto e um indireto, ou um objeto direto e um complemento relativo.

Com relação aos tipos de complementos verbais, Rocha Lima (2003) os divide em quatro tipos diferentes:

a) Objeto direto: “é o complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal” (ROCHA LIMA, 2003: 243). Ex.: Ana comprou uma bolsa. O autor ainda acrescenta o objeto direto preposicional e diz que na linguagem moderna o emprego da preposição é obrigatório. Ex.: Ana louva a Deus. E também o objeto direto interno, dizendo que “verbos intransitivos podem trazer complemento representado por substantivo do mesmo radical, contanto que este venha acompanhado de adjunto” (ROCHA LIMA, 2003: 248). Ex.: Ana morreu morte gloriosa.

b) Objeto indireto: “representa o ser animado a que se dirige ou destina a ação ou estado que o processo verbal expressa” (ROCHA LIMA, 2003: 248). Ex.: Ana acudiu a Mateus. O complemento da oração também é trabalhado neste tópico. O autor ilustra com “Dar esmola *a um mendigo*. / (Dar-*lhe* esmola)”, dentro outros exemplos.

c) Complemento relativo: “é o complemento que, ligado ao verbo por uma preposição determinada (*a, com, de, em, etc.*), integra *com o valor de objeto direto*, a predicação de um verbo de significação relativa” (ROCHA LIMA, 2003: 251). Ex.: Ana precisa de conselhos.

d) Complemento circunstancial: “é um complemento de natureza adverbial – tão indispensável à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos verbais” (ROCHA LIMA, 2003: 252). Ex.: Ana mora em Paquetá.

Bechara (2004) apresenta uma tipologia semelhante à proposta por Rocha Lima (2003), porém une, sob a definição de *complemento relativo*, o que Rocha Lima (2003) divide em *complemento circunstancial* e *complemento relativo*. Luft (2002: 56-

59) apresenta a tradicional separação em: *objeto direto* e *objeto indireto*, mas subdivide o *objeto indireto* em três grupos: (a) O objeto indireto deve ser precedido da preposição *a*, é substituível pelo pronome *lhe* e o verbo admite apassivação. Exemplo: Ana acudiu a Mateus. (b) O objeto indireto não é substituível pelo pronome *lhe* e o verbo que rege essa preposição não admite apassivação. Exemplo: Ana precisa de conselhos. (c) O objeto indireto é um “locativo que não pode ser considerado *adjunto* (adverbial de lugar), e sim *complemento*”. Exemplo: Ana mora em Paquetá.

Certos verbos de movimento ou de situação (como chegar, ir, partir, seguir, vir, voltar, estar, ficar, morar, etc.), quando pedem um complemento adverbial de lugar que lhes integre o sentido, embora tradicionalmente classificados como intransitivos, devem ser considerados transitivos, desde que se entenda por transitividade a necessidade de um complemento que vem acabar uma idéia insuficiente em si mesma (KURY, 1993: 32). Embora Kury (1993) parta de um critério sintático-semântico, essa proposta classificatória parece-nos interessante, uma vez que o autor observa a natureza transitiva do verbo, ainda que esse “transitar” se dê em relação a um complemento de natureza circunstancial, e não da exigência de um objeto, nos termos tradicionais.

Kury (1993), ao tratar dos complementos verbais, define o complemento adverbial como o termo de valor circunstancial que completa a predicação de um verbo transitivo adverbial. Esse complemento é expresso por um advérbio, locução ou expressão adverbial. Nessa perspectiva, um verbo como *morar*, considerado por Cegalla (1989) como “essencialmente intransitivo” é classificado tanto por Rocha Lima quanto por Kury como transitivos.

A divergência classificatória do fenômeno da transitividade pode ser vista na tabela a seguir:

VERBO	GRAMÁTICAS e DICIONÁRIOS ⁵	EXEMPLOS
Morar	VI (Cunha e Cintra; Cegalla e Said Ali) VTa (Kury) VTc Rocha Lima	Aline mora em Vila Velha.
Morar	VTc (Aurélio) ----- Vti (Houaiss)	"Conceição morava no Engenho Novo, mas nem a visitei nem a encontrei". (Machado de Assis) ----- Alice mora na rua das Acácias.

Tabela 1 – Transitividade em Gramáticas e Dicionários.

Resumindo, os traços básicos da definição de verbo transitivo o apontam como verbo de predicação incompleta e que, portanto, necessita de um complemento (objeto) para integralizar seu sentido.

Dentre os estudiosos da língua portuguesa, Said Ali (1964), Cunha e Cintra (1985), Cegalla (1989), Kury (1993) e Rocha Lima (2003) conceituam assim o verbo transitivo, cujas concepções encontram-se em suas respectivas gramáticas:

- é aquela que expressa uma ação que passa do sujeito para o objeto;
- é uma ação que se exercita num objeto;
- aquele verbo cuja forma e sentido podem transitar da voz ativa para a voz passiva.

Dessa maneira, tendo em vista a multiplicidade de abordagens sobre os verbos e a pouca abrangência desse estudo nas gramáticas de língua portuguesa, surgiu, para este trabalho, a necessidade de realizar um estudo que mostre com clareza e profundidade a questão.

⁵ Para evidenciar a incoerência taxinômica, registramos também a classificação de Aurélio (1986) e Houaiss (2001).

2.3 Transitividade verbal: Ciência Lingüística

A partir das proposições de Saussure, muitos lingüistas passaram a criticar a gramática tradicional e suas definições vacilantes porque a concepção de língua aí subjacente *língua* já não era satisfatória. A partir dessas inquietações, estudar os fenômenos lingüísticos passou a ter a qualidade de ciência empírica. Dessa forma, explicações imprecisas já não tinham tamanho espaço.

Conforme vimos anteriormente, todos os gramáticos tradicionais pesquisados classificavam os verbos intransitivos como sendo verbos de predicação completa, classificação essa que obedece a um critério semântico. Todavia, a definição de verbos transitivos indiretos é feita através de um critério formal, ou seja, um verbo transitivo indireto é aquele que necessita de um objeto introduzido por uma preposição.

Seguindo esse espírito investigativo, Perini (2001) não classifica os verbos em transitivos e intransitivos, mas sim em verbos que exigem, recusam ou aceitam livremente complementos.

De acordo com Perini (2001), os complementos verbais importantes para definir a transitividade verbal seriam: objeto direto, complemento do predicado, predicativo e adjunto circunstancial. A partir desses quatro complementos, Perini (2001) apresenta onze matrizes verbais representativas da transitividade dos verbos portugueses. Dentro dessa proposição, os verbos não são mais classificados em transitivos ou intransitivos, mas sim, em verbos mais transitivos ou menos transitivos.

A gramática de valências trabalha com o princípio da centralidade do verbo (mais detalhes no tópico 2.4) e entende que o verbo seleciona seus argumentos. A teoria funcionalista trata a transitividade a partir do estudo da cláusula e não somente centrada no verbo, ou seja, essa teoria entende que o estudo da transitividade é uma maneira de se entender como o discurso pode ser organizado de modo a tornar a mensagem mais compreensível ao receptor da mensagem e de se entender a visão de mundo do emissor.

2.4 Transitividade verbal: gramática de valências

Desenvolvimento da gramática de dependências, a *Gramática de Valências*, tem como ponto de partida de sua análise aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos do verbo. O verbo é considerado como centro dinâmico da frase pela gramática de valências e os elementos que dele dependem são tratados sob a ótica sintática e semântica, tendo como prismas de análise a sintaxe e a semântica. Não podemos deixar de acrescentar que, de acordo com Borba (1996: 16), “o ponto de partida da valência verbal é a consideração do verbo como unidade lexical portadora de características morfológicas tais que permitem isolá-lo numa seqüência.” A perspectiva valencial considera existir uma relação de dependência entre os elementos constituintes da frase, fenômeno que também é conhecido como co-ocorrência, ou seja, a possibilidade de um elemento ocorrer depende de outro elemento e pressupõe a sua presença.

Borba (1996) ressalta que a valência vem a ser uma rede de dependências contraídas pelos actantes com relação ao verbo e que essa dependência se estabelece, portanto, em nível sintático. Podemos dizer que a valência é entendida como uma rede de relações abstratas em torno de determinadas palavras e também os grupos de palavras, que são equivalentes a palavras.

Partindo da concepção de valência até aqui arrolada, podemos dizer que os complementos do verbo, por exemplo, “não são designados lexicalmente no próprio verbo, fora do seu uso na frase: são apenas apresentados como lugares vazios a ser preenchidos lexicalmente na frase”. E que os actantes são “as expressões que na frase correspondem aos lugares vazios dos lexemas”. A valência, portanto, se estabelece também em nível lexical (BUSSE; VILELA, 1986, 13 -14).

Acrescentamos ainda que, para a gramática de valências, o verbo tem função central na frase, ou seja, desempenha a função predicativa, determinando sintática e semanticamente a estrutura básica da frase. Nesse sentido, sua representação semântica é vazia. Em outras palavras, o verbo só é preenchido semanticamente na frase através da inserção das expressões actanciais, resultando em funções relacionais semânticas. É o verbo que determina o número e as propriedades morfo-

sintáticas e semânticas dos actantes, que atualizam, na frase, esses lugares vazios. É o verbo “que determina quais as possibilidades permitidas ou excluídas para cada um dos seus actantes” (BUSSE; VILELA, 1986, 45). Dessa maneira, o verbo configura e representa uma classe de estados de coisas através de um quadro de lugares vazios; os actantes estabelecem relações semânticas com o verbo; e, é o verbo que determina a classe semântica dos termos que preenchem seus lugares vazios.

A valência verbal, de acordo com Borba (1996: 75),

atinge especificamente o que se poderia chamar verbos plenos, isto é, verbos que semanticamente têm significação lexical e sintaticamente ocupam o núcleo do predicado do sintagma verbal. Entretanto, um estudo mais abrangente dos verbos deverá dar conta, ainda, os funcionais, os modais e os substitutos que, de certa forma, escapam à consideração valencial, mas que têm um estatuto sintático típico, uma vez que a funcionalidade decorre de relações contraídas no interior do sintagma verbal e não é privilégio de verbos particulares, mas de qualquer verbo que preencha determinadas condições estruturais.

Ainda ancorados na proposição de Busse e Vilela (1986: 88), podemos afirmar que a valência semântica compreende não só as restrições de seleção, isto é, que o verbo determina a classe semântica dos termos que preencherão seus lugares vazios, mas também as funções semânticas dos actantes, ou seja, os valores semântico-relacionais dos actantes em relação ao verbo; e que a valência sintática trata do preenchimento obrigatório ou facultativo dos lugares vazios e determina as propriedades morfo-sintáticas dos actantes.

funcionalidade decorre de relações contraídas no interior do sintagma verbal e não é privilégio de verbos particulares, mas de qualquer outro verbo que preencha determinadas condições estruturais.

2.5 Transitividade verbal: funcionalismo

A transitividade é, tradicionalmente, compreendida como uma atividade transferida de um agente para um paciente, envolvendo, necessariamente, pelo menos dois participantes e uma ação que é tipicamente efetiva de algum modo.

Como asseguram Furtado da Cunha e Souza (2007: 07), “a transitividade tem sido

investigada sob diferentes olhares teóricos, afiliados a correntes formalistas ou funcionalistas”. As lingüistas discutem a transitividade, dentro da perspectiva funcionalista, porque

no âmago do funcionalismo está a defesa da posição de que a estrutura reflete e é motivada pela função: formas desempenham papéis no discurso, fato que, para os funcionalistas, está subjacente à organização gramatical da língua (...) estudos que se filiam ao funcionalismo buscam identificar as múltiplas possibilidades de manifestação da transitividade em contextos variados de uso da língua, averiguando as motivações funcionais (semântico-pragmáticas, sociais, cognitivas)) subjacentes a cada situação” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007: 07).

Este estudo da transitividade filia-se à teoria funcionalista norte-americana, que vê o fenômeno da transitividade como “uma propriedade contínua, escalar (ou gradiente), da oração como um todo. É na oração que se podem observar as relações entre o verbo e seu(s) argumento(s) – a gramática da oração” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007: 29). Por concordamos com essa perspectiva funcionalista, adotamos nessa investigação a proposição de Hopper e Thompson (1980) de que “a transitividade é um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da oração” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007: 37).

As formas lingüísticas são descritas a partir de suas funções comunicativas dentro do quadro funcionalista, a transitividade verbal é classificada tal como um metafenômeno responsável pela codificação sintático-estrutural das funções de caso semântico e pragmático. A transitividade somente pode ser dada no contexto em que aparece, visto que ela está a serviço das funções que desempenha na estrutura oracional de acordo com esse olhar teórico. Como a base de entendimento dessa visão e o da não-arbitrariedade entre a instrumentalidade do uso da língua e a sistematicidade da estrutura em que ela (a língua) se codifica, a transitividade será vista como uma codificação de forças pragmáticas, sendo, portanto, a direção do movimento *discurso* > *texto* que norteará as ocorrências gramaticais, aí incluída a transitividade.

Dessa maneira, a estrutura lingüística nesse modelo é, assim, caracterizada como maleável, sujeita a pressões oriundas de diferentes situações comunicativas, indo além dos dados gramaticais, uma vez que prioriza elementos do discurso, intenções,

focos enunciativos e fatores pragmáticos. Nessa perspectiva, os funcionalistas Hopper e Thompson (1980) tratam a transitividade como uma propriedade central do uso da língua, entendendo que a classificação *transitivo* relaciona-se a toda oração e não somente ao verbo.

Bragança (2008: 99) nos mostra que “para esses lingüistas há um princípio universal que norteia o fenômeno da transitividade em todas as línguas”. Para chegar a esse princípio, os autores analisaram seqüências tipológicas narrativas, e chegaram ao modo como os componentes da noção de transitividade são codificados nessas seqüências, propondo uma série de parâmetros pelos quais a transitividade pode ser classificada.

O estudo da transitividade passou, a partir desses parâmetros, a ser observado em termos de gradiência que a oração pode assumir em termos de transitividade, sendo esta, portanto, entendida como um fenômeno escalar, que se dá em um *continuum*. Por essa proposta, quanto mais a oração estiver identificada com os traços da coluna à esquerda da tabela que segue (Tabela 2), maior será a transitividade. Hopper e Thompson (1980) assim propõem os parâmetros:

características	transitividade alta	transitividade baixa
participantes	dois ou mais participantes A e O	um participante
cinese	ação	não-ação
aspecto do verbo	perfectivo	não-perfectivo
punctualidade do verbo	punctual	não-punctual
intencionalidade do sujeito	intencional	não-intencional
polaridade da oração	afirmativa	negativa
modalidade da oração	modo <i>realis</i>	modo <i>irrealis</i>
agentividade do sujeito	agentivo	não-agentivo
afetamento do objeto	afetado	não-afetado
individuação do sujeito	individuído	não-individuído

Tabela 2: Parâmetros de transitividade propostos por Hopper e Thompson (1980).

Segundo os autores, cada componente da transitividade envolve uma faceta diferente da efetividade ou intensidade com que a ação é transferida de um participante a outro:

1. **Participantes:** refere-se à presença de participantes na cláusula (sujeito e objeto).
2. **Cinese:** refere-se à dinamicidade, ao movimento.
3. **Aspecto do verbo:** relaciona-se à conclusão (verbo perfectivo = ação acabada) ou não de uma ação (verbo imperfectivo = ação inacabada). Em *Eu comi o pão*, a atividade é completa e a transferência é realizada em sua totalidade; mas em *Eu estou comendo o pão*, a transferência só é realizada parcialmente.
4. **Punctualidade do verbo:** refere-se à duração de uma ação, presente sobretudo na semântica do verbo (ação pontual = não-durativa, não-acabada; ação não-pontual = durativa, acabada)
5. **Intencionalidade do sujeito:** refere-se à volição do sujeito.
6. **Polaridade da oração:** refere-se ao fato das orações serem afirmativas ou negativas.
7. **Modalidade da oração:** refere-se ao modo *realis* (modo indicativo) e modo *irrealis* (modo subjuntivo).
8. **Agentividade do sujeito:** refere-se à realização ou não da transferência de uma ação feita pelo sujeito ao objeto. Assim, em *Ana me assustou* há um evento perceptível com conseqüências perceptíveis; mas em *O quadro me assustou* não.
9. **Afetamento do objeto:** relaciona-se diretamente ao fato do objeto ser afetado pela ação, isto é, refere-se à transferência.
10. **Individuação do objeto:** uma ação pode ser transferida mais efetivamente para um objeto individuado (próprio, humano, animado, concreto, singular, contável e referencial) do que para um não - individuado (comum, inanimado, abstrato, plural, massivo e não-referencial). O quadro a seguir especifica mais detalhadamente as propriedades da individuação do objeto.

Individuado	Não-individuado
Próprio	Comum
Humano, animado	Não-animado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Massivo
Referencial, definido	Não-referencial

Tabela 3 – Propriedades da individuação do objeto.

Não podemos dizer que uma cláusula é transitiva ou intransitiva, visto que o verbo não é parâmetro em si. Dessa forma, cada parâmetro contribui para a ordenação das cláusulas numa escala de transitividade; e as cláusulas podem ter uma transitividade mais baixa ou uma transitividade mais alta, de acordo com a classificação atribuída a cada parâmetro na análise da cláusula. Vale ressaltar que a proposta desses dez parâmetros, conforme já mencionado, foi feita a partir de análises em textos tipologicamente narrativos. Nesta dissertação, elegemos a *relato de opinião* como *corpus*.

Nos textos narrativos, a transitividade é predominantemente alta, já que a transitividade alta é característica prototípica de textos de gênero narrativo. Dessa forma, a base dos parâmetros que compõem os princípios há pouco apresentados está relacionada ao evento causal prototípico, que é definido como um evento em que um agente animado intencionalmente causa uma mudança física e perceptível de estado ou de localização em um objeto. Podemos dizer, de acordo com Albani (2007: 26), que:

esse exemplo de evento apresenta uma correlação com a oração transitiva canônica, que é a cláusula na qual os parâmetros de transitividade aparecem de modo mais saliente no discurso de gênero textual narrativo. Segundo Hopper e Thompson (1980), as cláusulas com transitividade alta são mais dinâmicas, pois codificam eventos em que seres humanos alteram situações, ou seja, fazem referência a aspectos mais objetivos, como ações; por outro lado, as cláusulas com baixa transitividade fazem referência a comentários do autor e aspectos mais subjetivos. Portanto, levando-se em conta que os parâmetros de transitividade demonstram os elementos mais salientes do discurso, as cláusulas com transitividade mais alta representam as informações centrais do que o falante ou escritor quer comunicar ao ouvinte ou leitor; da mesma forma, as cláusulas com transitividade mais baixa tendem a expressar as informações periféricas, que ajudam a situar o ouvinte ou leitor no contexto em que as informações centrais estão colocadas.

Nos relatos de opinião, não prevemos o mesmo comportamento, pois esses textos têm caráter opinativo, ou seja, tendem a ser mais semelhantes, em seu comportamento, aos textos argumentativos do que aos textos narrativos. O estudo da transitividade em textos de natureza argumentativa foi desenvolvido por Albani (2007) ao dissertar sobre a: Ordenação do advérbio *sempre* no português arcaico e contemporâneo.

Entendemos que uma das razões da análise da transitividade é a função pragmática de princípio funcionalista:

o grau de transitividade de uma cláusula reflete, em parte, a maneira como o falante ou escritor estrutura o discurso para atingir o propósito comunicativo e, além disso, a percepção das necessidades do interlocutor. Assim, para que haja uma comunicação satisfatória, cabe ao emissor orientar o receptor na maneira como organiza o discurso (ALBANI, 2007: 25).

O subprincípio da ordenação linear, presente no princípio da iconicidade⁶, expõe que a informação mais importante tende a ocupar o primeiro lugar na cadeia sintática, ou a ordem dos elementos na estrutura morfossintática tende a refletir a ordem dos elementos no mundo real. Supomos que, nos relatos de opinião, a noção de figura apresentar-se-á ou logo no primeiro plano, ou seja, aparecerá ou no tema – que é parte de um enunciado identificado gramaticalmente ou por elementos contextuais, sobre o qual o restante do enunciado faz uma declaração (ou comentário, podendo ou não exercer a função de sujeito da frase); ou nas cláusulas que apresentam um baixo grau de transitividade.

2.6 Transitividade verbal: livros didáticos

A pertinência de se inserir uma discussão acerca de livros didáticos neste capítulo, e ainda, nesta disposição/ordem justifica-se, na medida em que apresentamos as visões tradicionais, valenciais e funcionais e consideramos relevante abordar o tradicional para termos um referencial ao compararmos os livros didáticos e as

⁶ Houaiss (2001) define iconicidade como: semelhança existente, em certos signos lingüísticos, entre a forma e a coisa representada.

gramáticas tradicionais e porque, em alguns momentos, ao comentarmos uma determinada postura a ser adotada, valer-nos-emos das duas outras formas de tratar a língua, dando destaque ao funcionalismo.

O ensino da língua portuguesa no Brasil recebe críticas e questionamentos há muitos anos. Sabemos que as discussões acadêmicas atuais priorizam a necessidade de se avaliar e pensar o ensino de maneira mais condizente com a realidade do aluno, do professor e da escola. Não podemos negar que pensar a realidade implica pensar o social, no entanto, o nosso trabalho não pretende contemplar aspectos sociológicos. Objetivamos, sim, trabalhar as concepções de transitividade de livros didáticos e ainda, de maneira tangencial, comentar a postura adotada por professores de língua materna.

Percebemos um avanço nos documentos governamentais que deveriam nortear o ensino de língua, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que preconizam a reflexão lingüística. De acordo com esses documentos, a linguagem é uma atividade de natureza reflexiva que, em última análise, depende de aspectos lingüísticos, de interação social e cognitivos. “A análise lingüística refere-se a atividades que se pode classificar em epilingüísticas e metalingüísticas. Ambas são atividades de reflexão sobre a língua, mas se diferenciam nos seus fins” (BRASIL, 1997: 38). Entretanto, sabemos que a gramática tem sido ensinada de maneira descontextualizada, o que também os Parâmetros Curriculares Nacionais afirmam ao dizer que esta se reduz a uma prática pedagógica que vai da metalinguagem à memorização de nomenclaturas.

Por maior que seja a orientação trazida pelos PCNs, notamos que ainda há falhas significativas no que diz respeito ao ensino de língua materna. Neves (2001: 10) afirma que “as aulas de gramática consistem numa simples transmissão de conteúdos expostos no livro didático em uso”. Muitos autores de livros didáticos, na tentativa de seguirem as recomendações dos PCNs, inserem em suas obras gêneros textuais como mero pretexto. Parece-nos que não existe uma preocupação de trabalhar o texto em si, e sim de “dissecar” sintaticamente, sobretudo, os dados ali presentes.

De acordo com os PCNs, nas palavras de Oliveira e Cezario (2007: 92):

as chamadas *aulas de gramática* devem passar a compor o conjunto de atividades de *análise e reflexão sobre a língua*, como suporte e subsídio das práticas de leitura, produção, revisão e reprodução de textos. Nesse realinhamento, os conteúdos gramaticais passam a ser tratados como conhecimentos de acesso ao competente e eficiente desempenho lingüístico, focados em termos de relevância e pertinência para a legibilidade e (re)elaboração dos sentidos textuais. Assim, a seleção dos conteúdos gramaticais a serem trabalhados deve levar em conta as produções textuais. Essa nova condição permite e enseja que, ao final de um projeto pedagógico ou de uma unidade de trabalho, por exemplo, se faça uma sistematização dos conteúdos gramaticais trabalhados, que terá, aí sim, sentido maior para os alunos.

Fizemos a seleção de alguns livros didáticos adotados entre 1995 e 2008 no Ensino Médio de escolas públicas e particulares dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Buscamos registrar a forma como essas obras classificam *verbo* e abordam o fenômeno da transitividade. Ressaltamos que todos os exemplares são de volume único.

Infante (1995: 145), na introdução e na conceituação sobre os *Estudos dos Verbos*, define o verbo da seguinte maneira:

Verbo significa, originalmente, “palavra”. Esse significado pode ser percebidos em expressões como “abrir o verbo” ou “deitar o verbo”, utilizadas para indicar o uso farto e desimpedido das palavras. As palavras que pertencem à classe gramatical dos verbos receberam esse nome justamente porque, devido à sua importância nas orações da língua, foram consideradas “as palavras” por excelência pelos gramáticos. Conjuguar um verbo é, portanto, exercer o direito pleno de empregar a palavra; no caso dos verbos como “sempreamar” e “pluriamar”, é, segundo o poeta, realizar-se em sua própria humanidade.

Verbo é a palavra que se flexiona em número, pessoa, modo, tempo e voz. Pode indicar ação (correr, pular), estado ou mudança de estado (ser, ficar), fenômeno natural (chover, anoitecer), ocorrência (acontecer, suceder), desejo (querer, aspirar) e outros processos.

Paschoalin e Spadoto (1996: 82) consideram verbo “a palavra que expressa ação, estado e fenômeno da natureza situados no tempo”.

A “palavra que exprime um *fato* (em geral uma *ação*, um *estado* ou um *fenômeno*, localizando-o no tempo” é considerada verbo por Amaral *et al* (2000:392).

Para Terra, Nicola e Cavallette (2002: 175), o verbo “é a classe gramatical que apresenta maior variedade de formas, admitindo flexão de pessoa, número, tempo,

modo e voz”.

Maia (2003: 193), em edição compacta de sua obra, caracteriza o verbo como a “palavra que, numa perspectiva de tempo, exprime ação, estado ou fenômeno, indicando também o modo, o número, a pessoa e a voz”.

Pereira e Pelachin (2004: 407) dizem que verbo pode ser definido como a palavra que:

- *semanticamente* expressa um processo (ação, estado, fenômeno);
- *morfologicamente* apresenta flexões de tempo e modo; número e pessoa;
- *funcionalmente* estrutura um enunciado quando expressa ação ou fenômeno, ou relaciona uma qualidade ao sujeito da oração quando expressa estado.

Trata-se da classe gramatical que acumula o maior número de flexões, uma vez que, além de tempo, modo, número e pessoa, indica ainda voz e aspecto.

Com relação aos estudos da transitividade, esses autores registram alguns dados. Verifiquemos.

Infante (1995) trata dos verbos intransitivos, dos transitivos diretos e indiretos, dos indiferentemente transitivos diretos e indiretos e dos transitivos diretos e indiretos. Ainda acrescenta o estudo de verbos cuja mudança de transitividade implica mudança de significado. Para ele, os intransitivos são aqueles que não necessitam de complemento. Os transitivos diretos são complementados por objetos diretos, ou seja, não exigem qualquer preposição para o estabelecimento da relação de regência. “Os verbos transitivos indiretos são complementados por objetos indiretos: isso significa que esses verbos exigem uma preposição para o estabelecimento da relação de regência” (1995: 475). Os verbos que podem ser usados como transitivos diretos ou indiretos, sem que isso implique alteração de sentido, são chamados de verbos indiferentemente transitivos diretos e indiretos. O autor também explica que há vários verbos cujas modificações de transitividade produzem mudança de significado.

Paschoalin e Spadoto (1996:180), nos estudos sobre a predicação do verbo, explicitam que “há verbos que expressam *ação*: são verbos significativos. Os verbos significativos classificam-se em: *intransitivos* e *transitivos*”. Definem da seguinte maneira os verbos significativos:

Verbo intransitivo é aquele que traz em si a idéia completa da ação, sem necessitar, portanto, de um outro termo para completar o seu sentido, ou seja, sua ação não transita.

(...)

Verbo transitivo é aquele que não traz em si idéia completa da ação, necessitando, portanto, de um outro termo para completar seu sentido, ou seja, sua ação transita. Por completar o sentido de um verbo, esse outro termo é um *complemento verbal* ou *objeto* (1996 : 180 – 182).

Paschoalin e Spadoto (1996:182) acrescentam que “há verbos que expressam *estado*, não são significativos. São os *verbos de ligação*”. Verbo de ligação “é aquele que, expressando estado, liga características ao sujeito, estabelecendo relações entre eles (sujeito e características) certos tipos de relações”.

Ao elencar os tipos de verbo no predicado, Amaral *et al* (2000: 425 - 426) apontam que “o verbo, palavra indispensável à constituição das orações, sempre ocorre no predicado e, dependendo das relações que se estabelecem entre eles e os demais termos, pode ser de dois tipos: **verbo de ligação** ou **verbo significativo**”.

Verbo de ligação é “todo verbo que, por si mesmo, nada informa sobre o sujeito; ele apenas liga o sujeito ao predicativo” (...) “Diferentemente dos verbos de ligação, os **verbos significativos** expressam, por si mesmos, uma informação e têm, portanto, um sentido próprio. Em geral, esses verbos expressam ações (acontecimentos) ou fenômenos da natureza”. Os autores classificam os verbos significativos em intransitivos e transitivos. Os transitivos em diretos, indiretos e diretos e indiretos.

Terra, Nicola e Cavalleto (2002: 195 – 196) asseguram que

Os verbos significativos podem ser de **significação absoluta** (quando são capazes de, sozinhos, constituir o predicado) ou de **significação relativa** (quando não são capazes de, sozinhos, constituir o predicado, exigindo um complemento).

Os verbos de significação absoluta são denominados **intransitivos** e os de significação relativa, de **transitivos**. Os verbos transitivos vão exigir, portanto, termos que completem sua significação relativa.

(...) os termos que completam a significação relativa do verbo podem estar a ele relacionados por meio de preposição ou não.

Ao abordar termos essenciais da oração e tipos de predicado, Maia (2003: 248) classifica os verbos em intransitivos – “verbo de *sentido completo*”; transitivos – “verbo de *sentido incompleto*”; e, verbo de ligação – “serve apenas para estabelecer a união entre duas palavras de caráter nominal”.

As autoras Pereira e Pelachin (2004: 452) nos expõem que "O verbo pode indicar um estado ou uma ação do sujeito. Vamos classificar (...) os que expressam **ação** (**ler, correr, dançar, sorrir**, por exemplo) ou **fenômeno da natureza** (**relampejar, nevar** etc.)".

As autoras exibem, ainda, a classificação:

- Verbo transitivo direto – pede complemento sem a presença de preposição.
(...)
- Verbo transitivo indireto – pede complemento com preposição.
(...)
- Verbo transitivo direto e indireto – pede um complemento sem e outro com preposição.
(...)
- Verbo intransitivo – não pede complemento. (PEREIRA & PELACHIN, 2004: 453)

Acrescentam, na página 462 que o verbo de ligação é caracterizado como o verbo que "semanticamente expressa um estado e sintaticamente relaciona o sujeito a uma qualidade".

No que diz respeito ao ensino da língua portuguesa e, mais particularmente, ao ensino de verbos e da transitividade verbal, podemos perceber, através da realização deste estudo, que muitas são as deficiências e as lacunas encontradas nos livros didáticos. Constatamos que há a persistência de uma prática pedagógica que mantém como unidade de estudo a palavra e a frase, fora de contextualização. Fato é que existe uma "reprodução" do que registram as gramáticas tradicionais. Pouco se percebe, quando se percebe, a influência dos estudos e avanços lingüísticos presentes nesse tipo de material, fator agravante no quadro de ensino da língua portuguesa, pois percebemos que a nomenclatura e a imposição de regras são itens priorizados nas orientações de muitos livros didáticos e, conseqüentemente, no direcionamento das aulas.

As teorias que norteiam o trabalho do professor e as concepções de linguagem e ensino de língua que estão sendo a base das aulas de língua portuguesa podem ser percebidas por meio da análise dos livros. Evidenciamos a necessidade de o professor retomar o livro como um auxílio às suas aulas e não como algo imexível. Os livros didáticos recebem muitas críticas, e estas não são recentes.

Fernanda Schneider (2008)⁷ faz um estudo sobre *O ensino da gramática: repensando o livro didático para o efetivo ensino da língua* e comenta a posição de Geraldi acerca do livro didático. Baseando-nos nas palavras de Shneider (2008), podemos dizer que Geraldi (1987: 04), ao conceder uma entrevista à revista *Leitura: teoria e prática*, apresenta-se um defensor radical da não-adoção do livro didático. Em sua entrevista, Geraldi salienta alguns aspectos que devem ser considerados. Primeiramente, o autor cita a alienação - por parte do professor, pois o mesmo não exerce seu direito de elaborar suas aulas; a predeterminação – referente aos conteúdos de ensino, às leituras, enfim a tudo o que envolve o ensino da língua, que resulta por "matar as pesquisas" e a falsificação das condições de trabalho – falsifica as condições de ensino-aprendizagem e também as condições de trabalho do professor. O autor explica que, ao serem distribuídas grandes quantidades de livro didático, aumenta-se o número de alunos nas salas de aula e o professor acaba desenvolvendo o trabalho presente no livro adotado. Assim, o professor não precisa pensar, criar e elaborar suas aulas. Segundo ele, o livro "emburrece" alunos e professores. Essa visão do autor data do ano de 1987, suas idéias podem servir para os dias de hoje, mas consideramo-nas um tanto radical. Fato é os livros didáticos melhoram consideravelmente, mas mesmo assim verificam-se muitas falhas e faz-se necessário melhorar as condições de produção do ensino-aprendizagem em sala de aula.

Nesse sentido, concordamos com Schneider (2008), ao dizer que o professor deve se libertar das amarras do livro didático e assumir seu papel. Pode utilizá-lo, mas sem segui-lo à risca. Ocupar o que tem de melhor e o restante recriar, refazer e variar seu uso. Portanto, é preciso fazer da aula de português um exercício de conhecimentos lingüísticos, através de proposições, de discussões de textos apresentados e atividades reflexivas, que desenvolvam a competência cognitiva e principalmente, a formação de um leitor/escritor de diferentes tipos de texto.

Constatamos livros didáticos, e conseqüentemente muitos dos seus fiéis seguidores – os professores apresentam uma concepção tradicional de gramática. Os livros reduzem sua concepção à classificação dos verbos em transitivos e intransitivos

⁷ Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/3675/1/o-ensino-da-gramatica-repensando-o-livro-didatico-para-o-efetivo-ensino-da-lingua/pagina1.html>. Acesso em 15 de março de 2008.

sem considerar o contexto da oração e os seus demais constituintes. Percebemos que esses conceitos são ensinados a partir da apresentação de situações-modelo com frases isoladas, fixação de regras e passos de identificação da transitividade do verbo sem levar em conta o contexto lingüístico, conclusões também apresentadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, para os quais o baixo rendimento dos alunos na aprendizagem de língua materna é devido à ineficiência das metodologias de ensino implementadas pelos professores, as quais se baseiam na concepção tradicional de linguagem e gramática, propostas pelos livros didáticos.

Acrescentamos que os livros didáticos averiguados se reduzem às exposições de parâmetros, esquemas de classes e subclasses em que não se analisam as funções ou relações entre essas classes dentro de uma oração. As atividades ou exposição do conteúdo são organizadas de forma a não se enquadrarem em situações eventuais de uso, mas em textos prontos, construídos para tal exercitação. De quando em vez, aparecem tiras, charges, peças publicitárias, no entanto, a abordagem direcionada pelos autores aos professores é meramente formal.

2.7 Transitividade verbal: a relevância da perspectiva funcionalista

Pela pesquisa empreendida até o momento, podemos perceber que o excesso de regras, definições e nomenclaturas são marcas deixadas pela lógica aristotélica. Notamos, ainda, que pouco destaque ganharam os verbos e que é nítida a falta de privilégios dos valores semânticos inerentes a eles.

Importante é dizer que estudos do histórico da linguagem com um olhar mais voltado para as questões filosóficas nos ajudam a compreender melhor a tradição de definir os fatos da língua, o que também é resquício aristotélico. A partir da obra *A Gramática: história, teoria e análise*, de Neves (2002), é possível entrever a história da tradição gramatical e as teorias lingüísticas relativas ao seu desenvolvimento. Contemplada também é a teoria de valências do verbo, comparando as propostas de L. Tesnière com as de outros lingüistas.

Com a finalidade de introduzir o estudo da sintaxe, o verbo passou a ser a estratégia

mais convincente, para professores e para os alunos. A rotina na sala de aula permitiu-nos constatar que muitos exemplos de frases apresentadas pelos próprios alunos ou mesmo por outros professores, não correspondiam ao que era proposto nos livros didáticos e nas gramáticas tradicionais. Fora do espaço escolar também é possível notar essas questões referentes à transitividade: por exemplo, quando circulamos nas ruas e deparamo-nos com placas e panfletos, em que os verbos aparecem ora como transitivos – diretos ou indiretos, ora como intransitivos; ou ainda, quando visitamos sítios da *Internet*, tal manifestação fica evidente. Seguem exemplos extraídos da *web*, em que aparecem o verbo *namorar*, sendo utilizado não como rezam os manuais tradicionais de língua portuguesa. Vejamos.

Tenho 16 anos e **namorava com** um rapaz de 19 anos até ele receber seu chamado pra missão, foi quando terminamos por esse motivo.⁸

E a irmã do Douglas Viscaíno, que era mais velha, **namorava com** um cara que, por coincidência, morava no final da minha rua. (...). E esses discos todos ficavam na casa do Douglas, porque o cara **namorava com** a irmão dele.⁹

Sandip **namora com** a estrela do cinema indiano Jesse Randhawa.¹⁰

Uma possível maneira de reduzir essas dúvidas geradas pelas abordagens que vimos, até aqui, seria tratar a transitividade no âmago do funcionalismo. Dentro dessa visão está a defesa da posição de que a estrutura reflete e é motivada pela função: formas desempenham papéis no discurso, fato que, para os funcionalistas, está subjacente à organização gramatical da língua.

A visão tradicional circunscreve a transitividade ao verbo sem levar em consideração as próprias motivações discursivas, manifestadas no quadro de traços sintático-semânticos formulado por Hopper e Thompson (1980): o número de participantes

⁸ Disponível em:

http://www.allaboutmormons.com/Questions/16_anos_namorava_rapaz_19_PORT_195.php. Acesso em 09 de janeiro de 2009.

⁹ Disponível em:

<http://www.gafieiras.com.br/Display.php?Area=Entrevistas&SubArea=EntrevistasPartes&ID=39&IDArtista=38&css=1&ParteNo=5>. Acesso em 09 de janeiro de 2009.

¹⁰ Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2009/01/46741-hacker+invade+o+site+oficial+da+cantora+britney+spears.html>.

Acesso em 09 de janeiro de 2009.

envolvidos, a idéia de ação, o aspecto perfectivo ou não perfectivo do verbo, a punctualidade do verbo, a intencionalidade do sujeito, a polaridade da frase, o modo *realis* ou *irrealis*, a agentividade do sujeito, a individuação e o afetamento do objeto.

Para o modelo teórico adotado nesta dissertação, a transitividade não é uma propriedade restrita ao verbo, mas presentificada no *continuum* de sentidos em construção, cuja codificação se dá motivada por intenções discursivas. Logo, diferentemente do modelo formalista, o funcionalismo lingüístico entende a transitividade como uma propriedade escalar, posto que as construções de uma língua apresentarão graus diferenciados de transitividade, não havendo, portanto, espaço para se opor binariamente e sumariamente transitividade à intransitividade.

Dessa forma, a transitividade poderá ser uma questão de ensino, na medida em que se acredita na existência de um sistema lingüístico e em sua estabilidade ainda que atualizado por meio do uso, discussão apresentada por Souza (2008), no capítulo *Transitividade: uma questão para o ensino?*, da obra *(In) transitividade na perspectiva funcionalista da língua*, de Amorin e Rocha (2008).

3. OS DIFERENTES FUNCIONALISMOS

Ancorados em estudos de Furtado da Cunha (2008)¹¹, podemos dizer que a abordagem funcionalista, de maneira geral, apresenta não apenas propostas teóricas distintas acerca da natureza da linguagem, mas diferentes concepções no que diz respeito aos objetivos da análise lingüística, aos métodos nela utilizados e ao tipo de dados utilizados como evidência empírica. Dessa forma,

seu interesse de investigação lingüística vai além da estrutura gramatical, buscando na situação comunicativa – que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo – a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procura explicar regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Para compreender isso melhor, vejamos dois exemplos que refletem um fenômeno relativamente comum ao nosso dia-a-dia:

a) Você é desonesto.

b) Desonesto é você.

(...) Certamente, uma análise que observasse apenas seu caráter sintático não daria conta de indicar por que o falante usaria a sentença exemplificada em (a), em lugar da exemplificada em (b). (...) Esse exemplo demonstra a essência da análise funcionalista, que amplia seu campo de visão, recorrendo ao contexto de uso o qual, por hipótese, motiva as diferentes estruturas (FURTADO DA CUNHA, 2008: 157 - 158).

Diante disso, podemos entender que os funcionalistas levam em consideração, em suas análises, o fato de os enunciados e de os textos serem relacionados às funções que desempenham na comunicação interpessoal. O funcionalismo, ainda acrescenta a autora, “procura essencialmente trabalhar com dados reais de fala ou escrita retirados de contextos efetivos de comunicação, evitando lidar com frases inventadas dissociadas de sua função no ato de comunicação”.

Duas propostas básicas caracterizam o modelo funcionalista de análise lingüística, ainda dentro do que sintetiza a lingüista acerca desse modo de trabalhar a linguagem, a saber:

I) a língua desempenha funções que são externas ao sistema lingüístico em si;

II) as funções externas influenciam a organização interna do sistema lingüístico.

¹¹ Capítulo *Funcionalismo* da obra: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008.

Vale ressaltar que

por um lado, essas propostas opõem funcionalismo às abordagens que não se interessam pela atuação de fenômenos externos à estrutura das línguas (como o estruturalismo e o gerativismo); por outro lado, elas contrastam diferentes visões funcionalistas, opondo modelos mais antigos, que focalizam as funções associadas à organização interna do sistema lingüístico (como a fonologia de Praga, por exemplo), a modelos mais recentes, que consideram as funções que a linguagem pode desempenhar nas situações comunicativas, dando maior ou menor peso aos aspectos cognitivos relacionados à comunicação. (FURTADO DA CUNHA, 2008: 158 - 159)

Funcionalismo, por Houaiss (2001), é classificado da seguinte maneira:

7 Rubrica: lingüística estrutural.

teoria segundo a qual os elementos de uma língua são analisados e descritos do ponto de vista de sua função no ato da comunicação [Conforme as *funções da linguagem* desenvolvidas pela Escola de Praga, ou conforme as relações entre os elementos da *dupla articulação*, na visão de André Martinet.]

7.1 Rubrica: lingüística.

método de análise e de descrição das unidades lingüísticas que visa definir o papel por estas desempenhado no ato da comunicação

8 Rubrica: lingüística.

em versão mais recente, teoria desenvolvida por lingüistas americanos (Givón e outros) segundo a qual a sintaxe emerge do discurso, as formas lingüísticas se originam em princípios comunicativos e possuem uma natureza pragmática

Neves (1997) destaca que a tarefa de definir o "funcionalismo" é árdua e complexa em função de que muitas das características que se atribuem ao "funcionalismo", em geral se aplicam apenas aos modelos mais radicais. Ela ainda acrescenta que, segundo Nichols (1984), há um funcionalismo conservador, um funcionalismo extremado e um funcionalismo moderado.

O tipo conservador apenas aponta a inadequação do formalismo ou do estruturalismo, sem propor uma análise da estrutura. O tipo moderado não apenas aponta essa inadequação, mas vai além, propondo uma análise funcionalista da estrutura. O funcionalismo extremado nega a realidade da estrutura como estrutura, e considera que as regras se baseiam internamente na função, não havendo, pois, restrições sintáticas (NEVES, 1997: 55 - 56).

Dentro da visão conservadora de funcionalismo aparece o nome de Susuno Kuno; a vertente moderada é composta por lingüistas como Dik, Van Valin, Halliday, Givón (em obras mais recentes), dentre outros, que admitem uma interação entre forma e função, de modo que as funções internas atuam simultaneamente com a

organização formal inerente ao sistema lingüístico, influenciando-a em certos pontos, sem fundamentalmente definir suas categorias básicas, o que resultaria na incorporação da semântica e da pragmática à análise sintática; e, Du Bois (1985), Sandra Thompson, Paulo Hopper, Erica Garcia, pela natureza de seus trabalhos, caracterizam a posição extremada, que propõe que as funções externas definem as categorias gramaticais, de forma que não existiria o nível estrutural chamado sintaxe – a língua poderia ser descrita a partir dos princípios comunicativos. Pertinente é lembrar que Hopper e Thompson (1980) tratam a transitividade como uma categoria que deriva do discurso, portanto se enquadram na posição extremada do funcionalismo.

3.1 O funcionalismo europeu

Do ponto de vista histórico, os fundamentos para o desenvolvimento do funcionalismo iniciaram-se no *Círculo Lingüístico de Praga* (CLP). Essa escola, que tanto influenciou os estudos lingüísticos, sobretudo na área fonológica, nos primeiros anos do século XX, foi criada em 1926 por lingüistas de várias nacionalidades entre eles os tchecos Mathesius e Vachek, os russos Jakobson, Karcevsky e Troubetzkoy e os franceses Tesnière, Benveniste e Martinet. Como resultado das pesquisas realizadas pelo CLP, foram editados, entre 1929 e 1938, oito volumes de trabalhos intitulados *Travaux du Circle Linguistique de Prague*. Em linhas gerais, o funcionalismo surge como um movimento particular dentro do estruturalismo. Dessa maneira, os membros da Escola Lingüística de Praga, inspirados pelo conceito saussuriano de língua como um sistema, propunham estudá-la como um *sistema funcional*. Eles se opunham à distinção saussuriana entre sincronia e diacronia e à noção de homogeneidade do sistema lingüístico. Para eles, a língua era ao mesmo tempo sistema e função, e tinha como finalidade a comunicação. Como explica Weedwood (2002:138),

O aspecto mais característico da Escola de Praga é sua combinação de estruturalismo com funcionalismo. Funcionalismo aqui entendido como uma apreciação da diversidade de funções desempenhadas pela língua e um reconhecimento teórico de que a estrutura das línguas é, em grande parte, determinada por suas funções características.

Os fundamentos para o desenvolvimento da fonologia, de modo geral, foram lançados por Troubetzkoy, destaques para as funções distintiva, demarcadora e expressiva dos fonemas. A introdução do conceito de marcação na morfologia foi introduzida por Jakobson.

Os lingüistas da Escola de Praga estenderam o funcionalismo para além da fonologia. Com relação à estrutura gramatical das línguas, Mathesius antecipou uma concepção funcional da sentença, um tipo de análise em termos da informação transmitida pela organização das palavras (FURTADO DA CUNHA, 2008: 160).

A distinção entre as análises fonéticas e fonológicas dos sons, a análise dos fonemas em traços distintivos e as noções correlatas de binário e marcado estão dentre as principais contribuições da Escola de Praga.

O funcionalismo também figurou em algumas correntes européias pós-saussurianas no século XX. As influências de Saussure chegaram a Charles Bally, Albert Sechehaye e Henri Frei, principais representantes da Escola de Genebra. Bally desenvolveu estudos voltados para a questão fala/língua, em que se baseava no fato de que não há separação intransponível entre esses dois aspectos da linguagem, o que é princípio funcionalista. Sechehaye limitou-se basicamente a discutir as idéias de Saussure. E Frei trabalhava com análise de desvios da gramática normativa e associava, assim como faz, hoje, a visão funcionalista, os fatos lingüísticos a determinadas funções a eles relacionadas. Essa influência chegou até Martinet, que manteve contato com os principais lingüistas de Praga, principalmente por Trubetzkoy, por quem foi bastante influenciado.

Michael Halliday (1994) desenvolveu a *gramática sistêmico-funcional*, influenciado pelos trabalhos etnográficos de Malinowski, de Boas-Sapir-Whorf e de seu professor John Rupert Firth; Simon Dik destaca a importância da pragmática em seus trabalhos; Tesnière propõe a teoria das valências verbais, em que o verbo é o elemento central da oração e é a partir dele que se desenvolvem as relações sintático-semânticas com os argumentos; e Dell Hymes, foi um dos primeiros estudiosos a usar a expressão *competência comunicativa*; Charles Fillmore, ainda que dentro de uma perspectiva formalista, contribuiu de forma fundamental para o funcionalismo quando desenvolve a *Gramática de casos* (casos semânticos). Esses

são alguns dos funcionalistas de cunho europeu que destacamos¹².

Em síntese, pode-se afirmar que a teoria sistêmica de Halliday é baseada na teoria de Firth, que por sua vez inspirou-se nos trabalhos de Malinowski e Worf. A teoria lingüística Firthiana provém da tradição etnográfica de Boas-Whorf-Sapir e da Escola de Praga. A teoria sistêmica tem, portanto, como base o funcionalismo etnográfico e o contextualismo desenvolvido por Malinowski .

Halliday (1974, 1975, 1976, 1985) propõe uma teoria funcionalista sistêmica, e busca estabelecer relações entre todas as escolhas semanticamente relevantes feitas na língua como um todo, procurando chegar, assim, à resposta do porquê um falante escolhe determinados itens dentre os tantos disponíveis naquela língua para fazer o seu enunciado. A abordagem sistêmico-funcional de Halliday parte de alguns princípios, a saber:

- (1) a unidade básica do processo semântico é o texto;
- (2) a linguagem é estudada em contexto;
- (3) o verbo é considerado elemento central da oração.

Para Halliday não há homem social sem linguagem, e não há linguagem sem homem social. Dentro dessa visão, a linguagem não pode deixar de ser considerada instrumento de interação social entre seres humanos. As teorias funcionalistas entendem a língua como um sistema de relações, de onde as estruturas lingüísticas se originam. Assim, para cada função lingüística é atribuído um significado e para cada significado uma função. Cada oração traz em si conteúdos semânticos ligados à três metafunções, é o que diz Halliday: a textual (a oração como mensagem); a interpessoal (a oração como troca) e a ideacional (a oração como representação).

Esses componentes são as manifestações, no sistema lingüístico, dos dois propósitos mais gerais que fundamentam todos os usos da linguagem: entender o ambiente (ideacional) e influir sobre os outros (interpessoal). Associados a esses, o terceiro componente metafuncional, o textual, lhes confere relevância. (NEVES, 1997:62)

¹² Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 09 de setembro de 2008.

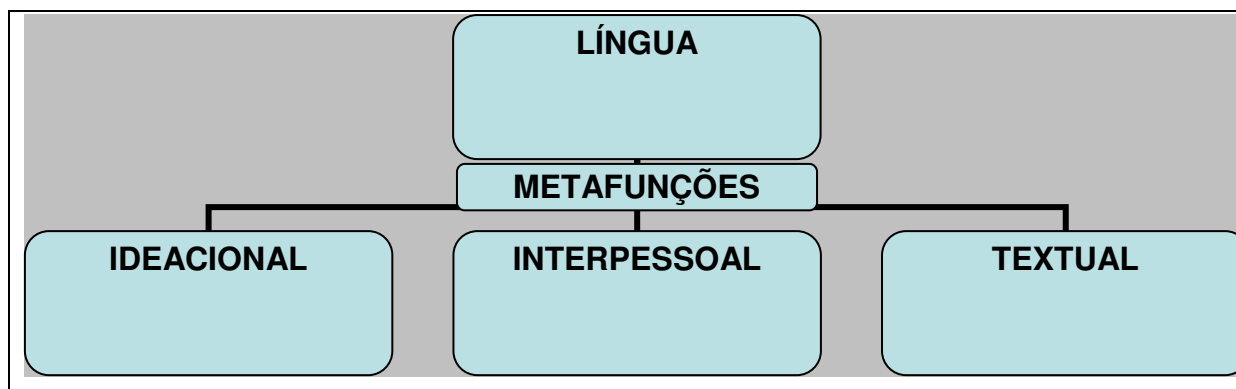


Gráfico 01 – Gramática Sistemática de Halliday

A partir do organograma, podemos perceber que a gramática sistêmica de Halliday corresponde à realização simultânea de cada uma dessas metafunções, preocupa-se com a multiplicidade funcional refletida na organização interna da língua. Dessa maneira, a função ideacional compreende a atuação de diferentes itens como nomes/ pronomes; verbos e circunstâncias para a organização semântica da frase.

Para Halliday, a transitividade especifica os papéis dos elementos das frases (dos argumentos) como ator, meio, meta; e, como já falamos, o verbo é o centro dinâmico da frase. Halliday (1994) identifica sete processos a saber: material, comportamental mental, verbal, relacional, existencial e meteorológico e todos eles são realizados por verbos em língua portuguesa. Podemos inferir que todas as mudanças giram em torno do verbo para depois chegarem aos elementos que estão posicionados à esquerda e à direita do verbo; o verbo tem a função de “selecionar” os elementos que irão acompanhá-lo, de acordo com a intencionalidade do falante.

3.2 O funcionalismo norte-americano

O termo *funcional* foi anexado a uma variedade de modelos diferentes, escolas, movimentos e metodologias, dentro e fora da lingüística. Aqui utilizamo-nos dele para fazer referência especificamente ao movimento que cresceu a partir dos trabalhos de um grupo de lingüistas centrado principalmente na Califórnia, na década de 1970, incluindo Talmy Givón, Charles Li, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Paul Hopper e outros.

Givón (1984), Hopper e Thompson (1984), e Langäcker (1987), por exemplo, apresentam concepções de categorias lexicais muito diferentes, embora não totalmente incompatíveis; os conceitos gramaticais de Hopper (1987, 1991) registram diferença da sintaxe de Givón (1995). O que eles têm em comum é a rejeição do conceito de formalismo. Como já dissemos, a lingüística formal gera explicações fora da estrutura e o conceito de linguagem está ligado a certos instrumentos com o quais o homem representa seu pensamento (Whitney, 1897:01).

A língua é um produto da história, nesse sentido, o funcionalismo não deixa de ser um retorno às nossas raízes, uma vez que sofre influências de fatores históricos, sociais, culturais. Assim, o funcionalismo pode ser considerado uma verdadeira revolução, ou melhor, uma contra-revolução, uma vez que representa um retorno a um conceito de explicação que tem sido ignorada desde os conceitos preconizados por Bloomfield.

As análises lingüísticas funcionalistas partem do pressuposto que a forma da língua deve refletir, de alguma forma, a função que exerce. Furtado da Cunha e Souza (2007: 17) citam Du Bois (1985), Bolinger (1977) e Hopper (1987) ao afirmarem que a língua é uma estrutura maleável, sujeita a pressões de uso e constituída de um código parcialmente arbitrário. As autoras complementam a idéia comentando que a “gramática de uma língua natural é dinâmica, adaptando-se a pressões internas e externas ao sistema lingüístico, que continuamente interagem e se confrontam”. De acordo com a proposta funcionalista norte-americana, a função que a língua desempenha no processo comunicativo está estreitamente ligada à forma que língua adquire em cada evento de comunicação.

A gramática estuda os fenômenos presentes na manifestação da língua - portanto, a gramática, para os funcionalistas, é a própria língua em uso. Funcionalismo norte-americano (HOUAISS, 2001) seria:

em versão mais recente, teoria desenvolvida por lingüistas americanos (Givón e outros) segundo a qual a sintaxe emerge do discurso, as formas lingüísticas se originam em princípios comunicativos e possuem uma natureza pragmática

Furtado da Cunha e Souza (2007: 18) corroboram:

A gramática é compreendida e interpretada no discurso, nos diferentes contextos de interação. A sintaxe é então concebida como efeito de cristalização ou regularização de estratégias discursivas recorrentes, na linha de Givón (1979), que afirma que a linguagem humana evoluiu do modo pragmático (ligação frouxa entre palavras, ausência de morfologia gramatical, estrutura tópico-comentário) para o modo sintático (subordinação rígida, uso elaborado de morfologia gramatical, estrutura sujeito-predicado).

A lingüística funcional norte-americana volta-se para a descrição da língua em uso, isto é. Esse ramo da lingüística entende a língua não como uma entidade arbitrária, visão postulada Saussure, e sim como um contínuo de sentidos em construção, em que sua codificação se dá motivada por necessidades de natureza discursivo-pragmática, isto é, por intenções comunicativas.

Dessa forma, a arbitrariedade do signo lingüístico e o conceito de língua calcado no abstrato não fazem parte dessa forma de trabalhar a língua, pois o falante molda a língua de acordo com suas necessidades de uso – assim, para cada função há uma forma correspondente, isso quer dizer que os códigos lingüísticos estando determinados por uma designação decorrente do próprio uso, nascem isomorficamente motivados entre função e forma.

3.3 Funcionalismos

Entender os diferentes funcionalismos é parte fundamental para o processo de compreensão do objetivo da adoção da vertente norteadora desta pesquisa. Halliday trabalha a transitividade centrada no verbo e nos seus actantes; Hopper e Thompson (1980) partem do estudo da cláusula para entender o processo de ordenação e de constituição do sentido, ou seja, para entender a relação de transitividade nos textos narrativos.

Esta dissertação busca o estudo da transitividade em relatos de opinião, a partir dos pressupostos de Hopper e Thompson (1980) aplicados a textos narrativos. Dessa forma, fundamentamo-nos no funcionalismo norte-americano.

4. METODOLOGIA

Neste capítulo abarcaremos a descrição da amostra de língua portuguesa, com a apresentação das principais características dos tipos/gêneros¹³ de textos que compõem esta amostra. Apresentaremos também a metodologia utilizada e a descrição das categorias lingüísticas e extralingüísticas averiguadas na pesquisa.

4.1 Tipo e gênero textual: concepções

Neste tópico apresentaremos algumas concepções de gêneros e de tipos textuais, além de caracterizarmos o *relato de opinião*, objeto de nossa análise.

Distinguir *tipo textual* de *gênero textual* nos desviaria muito dos objetivos da abordagem deste trabalho, por isso não vamos nos dedicar aqui à observação da diversidade terminológica existente no que tange aos estudos do texto, apenas, de forma sucinta, situaremos a natureza das discussões acerca desse assunto. Discutiremos alguns pontos que consideramos relevantes. Partiremos do pressuposto básico, apresentado por Marchuschi (2002: 22), em que ele nos mostra que

é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum *gênero*, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum *texto*. Em outros termos, partimos da idéia de que a comunicação verbal só é possível por algum *gênero textual*. Essa posição, defendida por Bakhtin [1997] e também por Bronckart (1999) é adotada pela maioria dos autores que tratam a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos, e não em suas peculiaridades formais. Esta visão segue uma noção de língua como atividade social, histórica e cognitiva. Privilegia a natureza funcional e interativa e não o aspecto formal e estrutural da língua.

Partimos da idéia de que a língua é uma forma de ação social e histórica, logo consideramos que os gêneros textuais se constituem como ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo. Ancorados na abordagem de Marchuschi, podemos acrescentar que entre os autores que defendem uma posição similar à aqui exposta estão Biber (1988), Swales (1990), Adam (1990), Bronckart (1999). Vejamos, a seguir, ainda citando

¹³ Discutiremos tipologia e gênero textual ainda neste capítulo, no ponto 4.1.

Marchuschi (2002: 22 – 23), uma breve definição das duas noções:

(a) Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de construção teórica definida pela *natureza lingüística* de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*.

(b) Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais* e assim por diante.

O autor em questão apresenta um quadro sinóptico. Fizemos a opção de reproduzi-lo aqui, tamanha a clareza com que define esses termos, muitas vezes, confundidos, até mesmo por grandes estudiosos.

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS
1. constructos teóricos definidos por propriedades lingüísticas intrínsecas;	1. realizações lingüísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
2. constituem seqüências lingüísticas ou seqüências de enunciados e não são textos empíricos	2. constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
3. sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;	3. sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
4. designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição	4. exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais etc.

Tabela 4 – Tipos e gêneros textuais.

Concordamos com Marchuschi ao dizer que trabalhar com gêneros textuais é uma oportunidade de lidar com a língua em seus mais diversos usos autênticos no cotidiano, podemos observar tanto a modalidade oral como a modalidade escrita da língua. Tal diferença pode ser observada de forma nítida no *corpus* D & G.

De acordo com Chafe (1982), dois fatos são responsáveis pelas diferenças fundamentais entre fala e escrita: a velocidade de processamento e a interação entre emissor e receptor. Ao observar o *corpora* que constituem o D&G, mesmo que de maneira pouco sistematizada, percebemos que existem diferenças, semânticas e gramaticais, entre as formas oral e escrita. A nossa hipótese é que a diferença de canal também influencie a maneira de produção de texto do entrevistado.

De acordo com a posição apresentada na tese de Cezário (2001), que versa sobre *Graus de integração de integração de cláusulas com cognitivos e volitivos* seria de tamanha vaguidão, discutir um assunto como esse e não contemplar a perspectiva de Tannen (1985) e de Biber (1988), que têm como foco esse estudo a partir da existência de um contínuo entre a fala e escrita, sem haver características exclusivas para cada canal. Dessa forma, podemos entender, assim como Cezário (2001:67), que a fala é dependente do contexto, não tem a coesão pelo uso de conectivos e a escrita depende pouco do contexto e os conectivos são mais explícitos, essas são as duas hipóteses, que afastam a fala e a escrita, apresentadas por Tannen.

4.2 Caracterização do *corpus*

Um dos passos para executar uma pesquisa com dados é o escolher o material a ser averiguado. Dentre opções de grande prestígio nacional, como os *corpora* NURC e PEUL, elegemos o *corpora* D & G, que é subdividido em cinco *subcorpora*, a saber: *corpus* do Rio de Janeiro; do Rio Grande; de Natal; de Juiz de Fora; e de Niterói. Em 1991, o Grupo de Estudos Discurso & Gramática foi fundado no Departamento de Lingüística e Filologia da Faculdade de Letras. Quatro foram os objetivos principais que nortearam o levantamento do *corpus* D & G, a saber:

- a) analisar o comportamento da iconicidade, através de diferentes fenômenos lingüísticos, em situações reais de uso da língua;
- b) criar um banco de dados com correspondência de conteúdo entre fala e escrita, de modo a viabilizar a comparação mais rigorosa entre essas duas modalidades da língua;

- c) testar em diferentes subgêneros textuais (narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião) o modo de codificação da informação;
- d) comparar o comportamento dos canais da fala e da escrita em relação a esses subgêneros. (D & G, 1995: 06)

Posteriormente, surge a tarefa de fazer um recorte para chegar ao *corpus*, portanto, recortamos e chegamos ao *corpus* do Rio de Janeiro. Esse *corpus* é composto por depoimentos de 93 informantes. Cada um destes produziu cinco tipos distintos de textos orais e, a partir destes, cinco textos escritos, para assim garantir a comparabilidade entre os canais falado e escrito, o que totaliza 928 registros, pois um informante não forneceu relato de procedimento. Os tipos de textos são:

- a) narrativa de experiência pessoal;
- b) narrativa recontada;
- c) descrição de local
- d) relato de procedimento
- e) relato de opinião

De acordo com Cezário (2001: 65),

Dos cinco *corpora* que formam o grande *Corpus* Discurso & Gramática, o de Natal é o que se mostra mais diferente, porque os informantes falam mais e não obedecem muito à tipologia. Alguns começam a contar uma história e durante algum tempo (cerca de duas ou três páginas transcritas) dão opinião sobre algum fato. Outros fazem enormes narrativas como argumentos nos relatos de opinião.

(...)

O *corpus* do Rio de Janeiro, diferentemente de todos os outros, apresenta informantes adultos na Alfabetização. O *corpus* de Niterói apresenta informantes crianças na 1a. série e não apresenta informantes na Alfabetização. Aqui os textos dos alunos da Alfabetização e os da primeira série foram computados juntos, formando o que se denominou “Série inicial”.

O grupo visava verificar se os fenômenos investigados poderiam sofrer influência do grau de escolarização do falante, portanto, selecionou falantes que estivessem cursando diferentes séries da escola regular. Dessa forma, o grupo cobriu desde o momento da alfabetização até o término do terceiro grau, sendo que na alfabetização, os informantes eram de classe infantil e de adulto. Nos demais graus de escolaridade, o grupo trabalhou com informantes das séries terminais, isto é, quarta e oitava séries do ensino fundamental, terceira série do ensino médio e último

período do ensino superior. A nomenclatura utilizada pelo grupo é primeiro, segundo e terceiro grau, manteremos a mesma nomenclatura para seguir os termos já registrados pelo grupo. Os informantes distribuem-se então, do seguinte modo:

. alunos de classe de alfabetização - infantil	- 15 informantes
. alunos de classe de alfabetização - adulto	- 8 informantes
. alunos da 4a série do primeiro grau	- 34 informantes
. alunos da 8a série do primeiro grau	- 12 informantes
. alunos da 3a série do segundo grau	- 16 informantes
. alunos do último ano do terceiro grau	- 8 informantes
. total -	93 informantes (D&G, 1995: 06).

Informantes femininos e masculinos foram distribuídos em cada um dos graus de escolarização para controlar a variante sexo. Dessa maneira, houve correlação entre idade e escolaridade. Sendo assim, as seguintes faixas etárias são assim subdivididas:

. classe de alfabetização - infantil	- 5 a 8 anos
. classe de alfabetização - adulto	- acima de 18 anos
. 4a série do Ensino Fundamental	- de 9 a 11 anos
. 8a série do Ensino Fundamental	- de 13 a 16 anos
. 3a série do Ensino Médio	- de 18 a 20 anos
. último ano do Ensino Médio	- acima de 23 anos (D&G, 1995: 06).

Adentrando mais à questão proposta pelo capítulo, acrescentamos que os entrevistadores foram treinados para fazerem perguntas ou pedidos que levassem o entrevistado a produzir os tipos de textos necessários para composição dos cinco tipos de textos presentes no *corpus* D & G. Para tanto, direcionavam sua fala de forma que se aproximasse das orientações seguintes:

- a) conte uma história interessante que tenha ocorrido com você;
- b) conte uma história que alguém tenha lhe contado;
- c) descreva o lugar onde você mais gosta de ficar;
- d) explique algo que você sabe fazer;
- e) dê a sua opinião sobre X (escola, país, família, etc.).

Vale registrar que os entrevistados não seguem as orientações conforme previsto pelo grupo, muitas vezes eles misturam tipos de textos, por exemplo, ao descrever um lugar emitem opinião sobre pessoas que também “compõem” esse espaço. Apesar disso, o que levamos em consideração foi o objetivo principal do entrevistado

e o fato de que os componentes D & G sempre mantiveram uma postura equilibrada e quando necessário refaziam as entrevistas e/ou mudavam o entrevistado para atingir o objetivo primeiro da entrevista¹⁴.

Dos cinco tipos de textos produzidos, de forma oral e escrita, dos cinco grupos de escolaridade e dos seis grupos etários, fizemos a opção de trabalhar com o relato de opinião escrito dos informantes de ensino superior e de ensino médio, ou seja, com informantes de idade igual ou superior a 18 anos. A escolha de apenas dois níveis de escolaridade indica que nossa análise é, sobretudo, qualitativa. Vale ressaltar que trabalhamos com o total de textos de 8 informantes do ensino superior e, de um total de textos de 16 informantes do ensino médio, trabalhamos com o mesmo número dos textos produzidos por alunos de ensino superior, ou seja, 8 (os oito primeiros).

O gênero relato de opinião, normalmente, traz exposições, por meio da escrita ou da oralidade, sobre ponto de vista adotado em um domínio particular (social, religioso, político, intelectual etc.). Trabalhar com esse gênero enriquece a pesquisa, porque podemos observar os tempos e modos verbais, a carga semântica que cabe às orações e toda a construção do sentido do texto. Podemos ainda comparar o comportamento das cláusulas em textos narrativos (desenvolvidos por Hopper e Thompson, 1980) e em textos opinativos (objeto de nossa análise). Trabalhar com textos do D&G é reconhecer a importância de desenvolver estudos dentro da perspectiva do funcionalismo lingüístico contemporâneo, pois este entende a linguagem como instrumento de interação social. Sabemos que seu interesse de pesquisa é a motivação para os fatos da língua nos contextos discursivos.

4.3 Procedimento de análise

Depois de selecionados, agrupamos os textos pelos dois níveis de escolaridade. A disposição apresentada é a seguinte: primeiro aparecem os textos dos informantes

¹⁴ A maioria das informações do tópico 4.2 até aqui arroladas foram extraídas de: OLIVEIRA, M.R. de. & VOTRE, S. **Corpus Discurso & Gramática - a língua falada e escrita**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

de ensino superior e, posteriormente, os textos dos informantes de nível médio. Foram mantidos os dados originais registrados pelo D&G como, por exemplo, o cabeçalho e a escrita dos informantes (inclusive com desvios da norma culta da língua).

Nos textos de cada informante, fizemos uma divisão de orações, o que chamamos aqui de divisão das cláusulas. Assim, se o texto registra:

O Brasil é um país muito rico mas não sabe disso!¹⁵

A divisão que propomos, a modelo dos lingüistas que trabalham a transitividade à luz do funcionalismo é a seguinte:

1. O Brasil é um país muito rico
2. mas não sabe disso.

O passo subsequente é o das análises à luz da gramática tradicional, à luz da teoria de valências e à luz do funcionalismo. No exemplo que vimos ilustrando, teríamos:

Análise do ponto de vista tradicional

O Brasil é sujeito simples do verbo **ser**, classificado como verbo de ligação - à luz da gramática tradicional. **Um país muito rico** é o predicativo do sujeito. O verbo **saber** tem o mesmo sujeito da oração anterior e é classificado como verbo transitivo indireto, tendo como complemento o objeto indireto **disso**. **Muito** é um adjunto adverbial de intensidade. **Mas** é uma conjunção adversativa. E **não** é um adjunto adverbial de negação.

¹⁵ Trecho retirado de relato de opinião de ensino fundamental. Dados do informante e do relato:

Informante 27: José Augusto

Sexo: masculino

Idade: 15 anos

Data da coleta: oral- 04/05/93 e 31/05/93; escrita- 05/05/93, 07/05/93 e 31/05/93

Relato de opinião

5) O Plebiscito:

Eu seria a favor da monarquia porque durante a campanha a propaganda mostrou os países que foram arrasados pela guerra e conseguiram dar a volta por cima e eu acho de deveríamos dar esta chance ao Brasil. O Brasil é um país muito rico mas não sabe disso!

Grande parte de sua produção é jogada fora devido o grande desperdício, e então se o Brasil tivesse um líder que soubesse dirigir o país a crise não seria o seu problema.

Análise do ponto de vista valencial

O verbo **saber**, nesse contexto, significa *ter conhecimento de* e seleciona os dois argumentos: **O Brasil** e **disso – que é um país rico**, portanto é bivalente.

Análise do ponto de vista funcional

E dentro da visão funcionalista devem ser aplicados os dez parâmetros de Hopper e Thompson (1980); a análise deve ser empreendida sempre levando em consideração o contexto de uso.

1. O Brasil é um país muito rico
2. mas não sabe disso.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Parâmetros	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	+	-	+	+	-	-	-	3
2	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1

Tabela 5 – Informante 27: José Augusto

A partir dessa pequena amostragem, pode-se observar que a transitividade envolve toda a cláusula e não apenas o verbo. Se fôssemos considerar as conclusões de Hopper e Thompson (1980) para essa pequena análise, poderíamos dizer que a transitividade é muito baixa, por conta dos valores totais encontrados para cada uma das cláusulas (total de 3 e 2, respectivamente), logo as duas cláusulas estariam no plano do fundo. Vale ressaltar que trabalhamos, nesta dissertação, com relatos de opinião, e que seria cedo para antecipar uma conclusão acerca do comportamento desse gênero. No próximo capítulo, certificar-nos-emos da nossa hipótese.

5. ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

5.1 Descrição e análise de dados

O propósito deste capítulo é descrever de forma objetiva, sistemática e abrangente a análise do *corpus* dentro das três perspectivas antes comentadas – a tradicional, a valencial e a funcionalista, com vistas a fazer um estudo comparativo para enfatizar ainda mais a perspectiva do funcionalismo norte-americano no que tange aos estudos da transitividade.

Num primeiro momento, aparecerão os dados do informante, seguido do relato emitido por ele. Posteriormente, a análise, dentro de cada uma das visões acompanhadas de discussões acerca do seu comportamento, ou seja, faremos um relato circunstanciado.

No livro *(In)transitividade na perspectiva funcionalista da língua* encontramos diferentes trabalhos que endossam a nossa proposta. Destacamos o capítulo escrito por Bragança e os redigidos por Amorim e Rocha. Essa obra, recém publicada, está filiada à teoria funcionalista norte-americana, assim como nossa abordagem. Não é de nosso conhecimento, a não ser o capítulo 5 dessa obra, um trabalho que enfoque a transitividade da mesma maneira que propomos, ou seja, partindo da visão tradicional e chegando ao funcionalismo, ora lançando mão de conceitos da teoria valencial. Créditos a Rocha¹⁶, de quem parte a idéia de registrar sistematicamente o raciocínio valencial, pois, por mais que utilizássemos, mesmo que de maneira intuitiva, esse conhecimento, não nos atentamos para a importância de registro dessa correlação com vistas a uma possível melhor compreensão do fenômeno.

Do ponto de vista das gramáticas tradicionais, a transitividade está circunscrita ao verbo; dentro da perspectiva valencial, a análise parte da centralidade do verbo e observa-se a natureza dos argumentos que com ele se relacionam; e a análise empreendida à luz do funcionalismo aborda o fenômeno da transitividade, a partir da observação da oração e não apenas do verbo. Na abordagem funcionalista, a

¹⁶ Orientadora desta dissertação.

transitividade é concebida não como uma característica inerente ao verbo, mas como um fenômeno que se manifesta em toda a oração, uma vez que emerge das relações estabelecidas entre os diversos elementos que a compõem.

5.2 Análise dos relatos – ensino superior

a) Informante 1: André

Informante 1: André

Sexo: masculino

Idade: 24 anos

Data da coleta: oral – 06/08/94; escrita – 06/08/93, 07/08/93, 08/08/93 e 09/08/93

Relato de opinião

A situação econômica do qual o país passa é desesperadora¹⁷, pois você vê de tudo nele: mortes, fome, miséria, desemprego etc; e o ponto para resolver tudo isso é arrumar a economia do país, pagando as dívidas externas e acertando a política. Pois só um país arrumado politicamente sem conchavos, crimes do colarinho branco etc; fará com que o Brasil se torne uma grande nação respeitada por todo o mundo, e partindo desta política econômica, atingir de imediato à saúde, a educação e à moradia é o objetivo ideal de um país que preten¹⁸ ser vitorioso. (09/08/93).

Quadro 1 – Relato de opinião do Informante 01 (André).

Análise do ponto de vista tradicional

A situação econômica é o sujeito do verbo **ser**, classificado como verbo de ligação. O predicativo do sujeito é **desesperadora**. O verbo **passar** está como núcleo de uma oração adjetiva restritiva. Trata-se aqui da relativização que consiste na anteposição de um operador anulando-se os constituintes idênticos para o encaixe

¹⁷ O vocábulo *desesperadora* foi grafado no registro do relato como *desesperadoura*.

¹⁸ A forma verbal *pretende* foi grafada no registro do relato como *preten*.

da frase (cf. A): A) O país passa por situação econômica.; B) A situação econômica do país é desesperadora.; C) A situação econômica do qual o país passa¹⁹ é desesperadora. A relativização é um mecanismo que traz vários tipos de problemas. Citaremos apenas o que se relaciona com a natureza do verbo da oração relativizada: se for verbo construído com preposição, e no excerto o é, esta antecederá o operador.

Vê tem como sujeito o pronome **você**, está empregado no sentido de *notar*; *perceber*; quanto à predicação é transitivo direto e tem como objeto direto preposicionado: **de tudo**. **De tudo** é o elemento fundamental e **mortes, fome, miséria, desemprego, etc.** é o aposto enumerativo.

O ponto para resolver tudo isso exerce a função de sujeito do verbo de ligação **ser**, que tem como predicativo **arrumar a economia do país**. Vale aqui ressaltar que há opiniões de que, na verdade, não existem orações predicativas. As assim classificadas seriam, realmente, orações **subjativas**, e o sujeito da oração principal seria um predicativo. Como o assunto é polêmico fazemos apenas a ressalva. De qualquer modo, a maioria das gramáticas escolares aceita a existência das orações predicativas. **Pagando as dívidas externas e acertando a política** são orações subordinadas adverbiais modais reduzidas de gerúndio.

Só classifica-se como adjunto adverbial de exclusão que equivale a *somente*, *apenas*. **Um país arrumado politicamente sem conchavos, crimes do colarinho branco etc; fará com que o Brasil se torne...** O verbo **fazer** tem como sujeito **um país arrumado politicamente sem conchavos, crimes do colarinho branco etc**; e pode ser classificado como transitivo direto, tendo como complemento (uma oração subordinada substantiva objetiva direta: **(com) que o Brasil se torne uma grande nação respeitada por todo o mundo**). Dentro desta oração **o Brasil** é o sujeito do verbo **tornar-se**, que pode ser classificado como transitivo direto

¹⁹ O verbo **passar** no sentido de “experimental” está consignado no dicionário de Luft (1996: 392) como transitivo direto ou indireto dependendo da presença ou não da preposição. E “viver (experiência agradável, positiva, infeliz ou problemática) pode comporta-se ora como transitivo direto, ora como indireto, como atestam os exemplos arrolados por Houaiss (2001). Em função do *corpus* escolhido para análise não teceremos comentários acerca do uso da preposição do (de + o = do) em vez de **por** .

predicativo pronominal²⁰; o objeto predicativo desse verbo é **uma grande nação respeitada por todo o mundo. Atingir de imediato à saúde, a educação e à moradia** funciona como sujeito oracional do verbo de ligação **ser**, que tem como predicativo **o objetivo ideal de um país. Um país** funciona como sujeito do verbo transitivo direto **pretender**, que tem como objeto **ser vitorioso**.

Análise do ponto de vista valencial

O verbo **passar**, empregado com o valor *de experimentar durante determinado período*, seleciona dois argumentos, um argumento é o objetivo (passivo) – **o país**, o outro argumento mostra qual é a experiência negativa – **situação econômica desesperadora. Ver**, com valência três, empregado com o sentido de *perceber, constatar*, tem como argumentos o pronome **você**, que, nesse caso, trata-se de uma pessoa não especificada; **de tudo**, que resume a idéia do que pode ser visto – mortes, fome, miséria, desemprego; e, **nele**, que faz referência a **país**. O verbo **fazer** está empregado no sentido de *poder transformar algo em*, e seus argumentos são **um país arrumado politicamente sem conchavos, crimes do colarinho branco etc e, arrumar a economia do país, pagando as dívidas externas e acertando a política**, portanto é um verbo de valência dois. **Um país e ser vitorioso** são os argumentos selecionados pelo verbo **pretender**, empregado com o sentido de *ter vontade de; aspirar a, desejar, querer*, que também é bivalente.

Análise do ponto de vista funcional

Informante 1: André

1. A situação econômica é desesperadora
2. o país passa (por situação econômica desesperadora)
3. você vê de tudo nele: mortes, fome, miséria, desemprego etc
4. o ponto para resolver tudo isso é arrumar a economia do país
5. só um país arrumado politicamente sem conchavos, crimes do colarinho

²⁰ Esta classificação é proposta por Luft (1996: 10-14).

branco etc fará

6. o Brasil se torne uma grande nação respeitada por todo o mundo
7. atingir de imediato à saúde, a educação e à moradia é o objetivo ideal de um país
8. um país preten²¹ ser vitorioso.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	+	-	+	+	-	-	-	3
2	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3
3	+	+	-	-	-	+	+	-	-	-	4
4	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
5	+	+	-	-	+	+	+	+	+	-	7
6	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
7	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
8	-	-	-	+	-	+	+	-	-	-	3

Tabela 06 – Informante 01: André.

b) Informante 2: Daniel

Informante 2: Daniel

Sexo: masculino

Idade: 22 anos

Data da coleta: oral – 14/03/93; escrita – 15/03/93 e 23/03/93

Relato de opinião

Neste momento o Brasil atravessa a maior de todas as crises econômicas pelas quais já passou. Apesar da economia estar demonstrando uma pequena

²¹ Trabalhamos, nesta análise, considerando *preten* como *pretende*.

melhoria nos últimos meses, a inflação assim como o desemprego continuam muito altos mostrando que o país não se recuperou da devastação do governo Collor.

O país perdeu dez anos em relação ao seu desenvolvimento, existem alguns setores da economia que na última década reduziu suas atividades. Isto num país cuja população não para de crescer tem efeitos catastróficos.

Hoje em em dia²² eu vejo que uma pessoa entrando no mercado de trabalho tem muito menos chances de conseguir um resultado satisfatório do que meus pais tiveram a²³ trinta anos atrás na década de sessenta. Não é nada agradável saber que a gente vai ter que trabalhar muito para ganhar um mínimo para poder viver razoavelmente.

Quadro 2 – Relato de opinião do Informante 02 (Daniel).

Análise do ponto de vista tradicional

A expressão **Neste momento** assume a função de adjunto adverbial de tempo, **o Brasil** exerce a função de sujeito do verbo transitivo direto **atravessar**, que tem como objeto direto **a maior de todas as crises econômicas**; O verbo **passar é** transitivo indireto e está como núcleo de uma oração adjetiva restritiva. Usado no sentido de *experimentar*, tem como sujeito **o Brasil**.

A economia foi empregado como sujeito da locução verbal **estar demonstrando**. **Uma pequena melhoria** funciona como objeto direto da locução verbal **estar demonstrando**. **Nos últimos meses** é adjunto adverbial de tempo. **A inflação assim como o desemprego** é sujeito composto do verbo de ligação **continuar**; **muito altos** é o predicativo do sujeito do verbo **continuar**. O verbo transitivo direto pronominal e indireto²⁴ **recuperar-se**, no sentido de **restabelecer-se**, tem como sujeito simples **o país**. **Não** é um adjunto adverbial de negação; **da devastação do governo Collor** é objeto indireto do verbo **recuperar** e **se** é o objeto direto. O sujeito do verbo **perder** é **o país**; o objeto é **dez anos**. **Existir**, empregado como verbo intransitivo, tem como sujeito simples **alguns setores da economia**, **que** é sujeito do verbo transitivo direto **reduzir** – que tem como objeto direto **suas atividades**.

²² A expressão *hoje em dia* foi grafada no registro do relato como *hoje em em dia*.

²³ *Há trinta anos* foi grafado da seguinte maneira: *a trinta anos*.

²⁴ Esta é a classificação proposta por Luft (1996: 439).

População é o sujeito de **parar de crescer**. **Isto** é o sujeito do verbo **ter**; o seu objeto direto é **efeitos catastróficos**. **Hoje em dia** funciona como adjunto adverbial de tempo. **Ver** tem como sujeito simples **eu** e como objeto direto as quatro orações subordinadas e uma justaposta: **uma pessoa entrando no mercado de trabalho tem muito menos chances de conseguir um resultado satisfatório do que meus pais tiveram a trinta anos atrás na década de sessenta**. Na primeira oração, **uma pessoa** é sujeito de **entrando**, no sentido de *ingressar, ser admitido*, comporta-se como transitivo indireto; o seu objeto indireto é **no mercado de trabalho**. Na segunda, o sujeito de **tem** é **uma pessoa** e o objeto direto é **chances**. Na terceira oração, chances **de conseguir** tem como objeto direto **um resultado satisfatório**; **meus pais** exerce a função de sujeito simples do verbo que está funcionando como intransitivo **tiveram**; **a²⁵ trinta anos atrás na década de sessenta** é uma oração justaposta (oração subordinada adverbial temporal).

A estrutura **saber que a gente vai ter que trabalhar muito para ganhar um mínimo para poder viver razoavelmente** exerce a função de sujeito do verbo **ser**, que tem como predicativo do sujeito **agradável**; o termo **não** é adjunto adverbial de negação; é nada agradável.

Análise do ponto de vista valencial

O verbo **atravessar**, com o valor de *passar, sofrer (dificuldades, crises)*, seleciona dois argumentos – verbo de valência dois – **o Brasil** é o primeiro argumento: objetivo (passivo), e o segundo argumento é **a maior de todas as crises econômicas**.

O verbo **perder**, empregado com o sentido de *não aproveitar; desperdiçar*, seleciona dois argumentos, a saber: **o país** e **dez anos**. **Alguns setores da economia** é o argumento do verbo **existir**, monovalente. O **que** e **suas atividades** são os argumentos do verbo **reduzir**, bivalente. Nesse contexto, **reduzir** foi utilizado com o sentido de *diminuir, restringir*. **Isto**, referindo-se ao trecho anterior (O país perdeu

²⁵ *Há trinta anos* foi grafado da seguinte maneira: *a trinta anos*.

dez anos em relação ao seu desenvolvimento, existem alguns setores da economia que na última década reduziu suas atividades) e **efeitos catastróficos** foram selecionados como argumentos pelo verbo **ter**, significando *gerar*. **Eu** é um dos argumentos selecionados pelo verbo **ver**, empregado com o valor de *perceber*. Um outro argumento do verbo é **que uma pessoa entrando no mercado de trabalho tem muito menos chances de conseguir um resultado satisfatório do que meus pais tiveram a trinta anos.**

Análise do ponto de vista funcional

Informante 2: Daniel

1. Neste momento o Brasil atravessa a maior de todas as crises econômicas
2. já passou.
3. Apesar da economia estar demonstrando uma pequena melhoria nos últimos meses
4. a inflação assim como o desemprego continuam muito altos
5. (mostrando que) o país não se recuperou da devastação do governo Collor
6. O país perdeu dez anos em relação ao seu desenvolvimento
7. (existem) alguns setores da economia que na última década reduziu suas atividades
8. num país cuja população não para de crescer
9. Isto tem efeitos catastróficos
10. (Hoje em dia eu vejo que) uma pessoa entrando no mercado de trabalho tem muito menos chances de conseguir um resultado satisfatório
11. do que meus pais tiveram a trinta anos atrás na década de sessenta.
12. Não é nada agradável
13. saber que a gente vai ter que trabalhar muito (para ganhar um mínimo para poder viver razoavelmente.)

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusula	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
2	-	+	+	-	-	+	+	-	-	-	4
3	+	-	-	-	-	+	+	-	-	-	3
4	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
5	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
6	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3
7	+	+	+	-	-	+	+	+	+	-	7
8	-	+	-	-	-	-	+	-	-	-	2
9	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
10	+	-	-	-	-	+	+	-	-	+	4
11	-	+	+	-	-	+	+	-	-	-	4
12	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
13	-	+	-	-	+	+	+	+	-	-	5

Tabela 07 – Informante 02: Daniel.

c) Informante 3: Erica**Informante 3: Érica****Sexo: feminino****Idade: 24 anos****Data da coleta: oral – 20/05/93; escrita – 03/04/93 e 06/04/93****Relato de opinião**

O problema da educação está piorando cada vez mais. Daqui a pouco ninguém mais vai poder cursar faculdade, porque as mensalidades estão altas demais. As universidades públicas não tem²⁶ verba e estão caindo aos pedaços, além dos professores quase não darem aulas, e as particulares, cobram um absurdo de mensalidades e, nem por isso, oferecem melhores condições ao alunos e

²⁶ O plural do verbo *ter* foi grafado *tem*.

professores. Os professores reclamam o salário baixo de um lado e os alunos reclamam as altas mensalidades do outro. As crianças que estudavam em escolas particulares estão passando para as públicas, que já não tinham condições de atender às crianças carentes. Se as coisas continuarem assim ninguém mais vai estudar nesse país.

Quadro 3 – Relato de opinião do Informante 03 (Érica).

Análise do ponto de vista tradicional

O **problema da educação** exerce a função de sujeito da locução verbal **está piorando**; **cada vez mais** desempenha a função de adjunto adverbial de intensidade. O sujeito de **vai poder** é **ninguém** e o objeto direto é **cursar faculdade** (oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo). **As mensalidades** é o sujeito do verbo **estar**, que tem como predicativo **altas**; **demais** é um adjunto adverbial de intensidade. **As universidades públicas** é o sujeito do verbo **ter** e da locução verbal na expressão **estão caindo aos pedaços**. **Verba** é objeto direto do verbo **ter**. **Não** é classificado como adjunto adverbial de negação. O sujeito do verbo **dar** é **professores**; **não** é adjunto adverbial de negação, e **além e quase**; o objeto direto do verbo **dar** é **aulas**. **As particulares** é o sujeito do verbo **cobrar** e do verbo **oferecer**. **Cobrar** tem como complemento, objeto direto, **um absurdo de mensalidades** e, o complemento de **oferecer** é **melhores condições ao alunos e professores**. **Os professores** exerce a função de sujeito do verbo transitivo direto **reclamar**, que tem como objeto direto **o salário baixo**; **os alunos** exerce a função de sujeito (também) do verbo **reclamar**, que tem como objeto **as altas mensalidades**. **Estudar**, verbo intransitivo, tem como sujeito **as crianças**; **em escolas particulares** exerce a função de adjunto adverbial de lugar. **As crianças** é sujeito da locução, que tem função transitiva indireta, **estão passando**, que tem como complemento circunstancial de lugar **para as públicas**. O pronome relativo **que** é o sujeito do verbo **ter**, que tem como objeto direto **condições de atender às crianças carentes**; **não** é adjunto adverbial de negação. **As coisas** é o sujeito do **continuarem**, que usado no sentido de *permanecer, manter-se, perdurar, persistir* pode ser verbo de ligação, como quer Macambira (1974: 203), e **assim** seria classificado como predicativo do sujeito; ou verbo intransitivo, como defende Luft

(1996:148-149), daí **assim** atuaria como adjunto adverbial de modo. O verbo **estudar**, empregado como intransitivo, tem como sujeito **ninguém** e como adjunto adverbial de lugar **nesse país**.

Análise do ponto de vista valencial

As universidades públicas e **verba** são os argumentos selecionados pelo verbo bivalente **ter**, que significa, nesta ambiência, *ter a posse de; possuir*. O verbo **dar** seleciona dois argumentos, **professores** e **aulas**. O verbo **cobrar** também é um verbo bivalente e seus argumentos são: **as particulares** e **um absurdo de mensalidade**. **As particulares** também é argumento do verbo **oferecer**, que é trivalente, e tem como argumentos: **melhores condições** e **aos alunos e professores**. O verbo **reclamar**, empregado com o sentido de *reivindicar, clamar*, tem dois argumentos: **os professores** e o **salário baixo** numa oração; e na outra tem os dois: **os alunos** e **as altas mensalidades**.

Análise do ponto de vista funcional

Informante 3: Erica

1. O problema da educação está piorando cada vez mais
2. Daqui a pouco ninguém mais vai poder cursar faculdade
3. porque as mensalidades estão altas demais.
4. As universidades públicas não tem verba
5. e estão caindo aos pedaços
6. além dos professores quase não darem aulas
7. e as particulares cobram um absurdo de mensalidades
8. e, nem por isso, oferecem melhores condições ao alunos e professores
9. Os professores reclamam o salário baixo de um lado
10. e os alunos reclamam as altas mensalidades do outro
11. As crianças que estudavam em escolas particulares
12. estão passando para as públicas

13. que já não tinham condições de atender às crianças carentes

14. Se as coisas continuarem assim

15. ninguém mais vai estudar nesse país.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
2	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3
3	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
4	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
5	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
6	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	1
7	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3
8	+	-	-	-	+	-	+	+	+	-	5
9	-	+	-	-	+	+	+	+	-	-	5
10	-	+	-	-	+	+	+	+	-	-	5
11	-	+	+	-	-	+	+	-	-	-	4
12	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
13	+	-	+	-	-	-	+	-	+	+	5
14	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	1
15	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1

Tabela 08 – Informante 03: Erica.

d) Informante 4: Jorge Luis

Informante 4: Jorge Luís

Sexo: maculino

Idade: 26 anos

Data da coleta: oral – 24/04/93 e 04/08/93; escrita – 24/04/93, 26/04/93 e 04/08/93

Relato de opinião

Infelizmente não dá pra²⁷ falar de uma situação sem tocar em outra ou seja; uma situação depende da outra. Mas no meu modo de ver o câncer do Brasil são esses políticos que iludem e roubam. E são não maior parte homens de grandes bens e fortunas que manipulam assim a situação econômica do país. Eu acho que o único meio de mudar a situação do país é incentivando a educação. Como isso não acontece, as coisas não mudam. Só se vê recessão e mais recessão. É por isso que eles adoram a recessão, pois para os pobres é ruim e para eles é ótimo pois o país é capitalista claro que eu não tenho nada contra o capitalismo, e sei de seu funcionamento. A última foi agora; os deputados aprovaram uma verba de Cr\$ 250.000.000,00 para tratamento dentário, como se o salário deles já não fosse suficiente! Eles deviam saber e contar nos dedos quem trata dos dentes no país. Chega dessas imagens de corrupção até mesmo com os nossos maiores governantes. O Brasil precisa crescer se não for agora quando será?

Vamos nos permitir, vamos valorizar a educação e pensar que a economia de um país pra ficar bem na balança primeiramente tem de exportar mais e importar menos. Como um país não pode consumir mais do que exporta. Se dá esse problema. Lógico que existe outros problemas econômicos entre eles estão: Especulação, Empresário, Sonegações de impostos etc...Acorda Brasil!!!

Quadro 4 – Relato de opinião do Informante 04 (Jorge Luis).

Análise do ponto de vista tradicional

Falar de uma situação sem tocar em outra exerce a função de sujeito do verbo **dar**. **Depender** tem como sujeito simples **uma situação** e como objeto indireto **da outra**. **O câncer do Brasil** é o sujeito do verbo de ligação **ser**, que tem como predicativo **esses políticos**. **Que iludem e roubam** é uma seqüência de orações adjetivas; coordenada entre si: **e roubam** é oração coordenada sindética aditiva. O **que** funciona como sujeito dos verbos **iludem** e **roubam**. Os verbos comportam-se de modo intransitivo.

²⁷ A preposição *para* foi grafada da seguinte maneira: *pra*.

Esses políticos também é sujeito do verbo **ser**, que tem como predicativo: **homens de grandes bens e fortunas**. **Homens de grandes bens e fortunas**. Oração subordinada adjetiva restritiva: **que manipulam assim a situação econômica do país**. O **que** funciona como sujeito do verbo transitivo direto **manipular**, que tem como objeto direto **a situação econômica do país**.

O verbo **achar**, empregado como transitivo direto, tem como sujeito o pronome pessoal **eu** e como complemento a oração subordinada substantiva objetiva direta: **o único meio de mudar a situação do país é incentivando a educação**. O verbo **ser**, presente na oração subordinada substantiva objetiva direta, tem como sujeito **o único meio de mudar a situação do país** e como predicativo **incentivando a educação**. **Acontecer** e **mudar** são empregados como intransitivos e seus respectivos sujeitos são **isso** e **as coisas**. Em **Só se vê recessão e mais recessão**, há uma passiva pronominal que corresponde a passiva analítica: **só recessão e mais recessão é vista**. E **recessão e mais recessão** funciona como objeto direto do verbo **ver**. O pronome **eles** exerce a função de sujeito do verbo transitivo direto **adorar**, que tem como objeto direto **a recessão**. **O país** é sujeito do verbo de ligação **ser**, e **capitalista** funciona como predicativo do sujeito. O verbo **ter** tem como sujeito o pronome **eu** e como complementos **nada contra o capitalismo**. **Não** exerce a função de adjunto adverbial de negação. O pronome **eu** também é o sujeito do verbo transitivo indireto **saber**; **de seu funcionamento** pode ser classificado como objeto indireto. **A última** funciona como sujeito da forma verbal predicativa **foi**, que tem como predicativo de tempo **agora**. O verbo transitivo direto **aprovar** tem como sujeito **os deputados** e como objeto direto **uma verba de Cr\$ 250.000.000,00**. **Para tratamento dentário** funciona como adjunto adverbial de finalidade. **O salário** é o sujeito do verbo **ser**, e o predicativo do sujeito é **suficiente**. **Não** funciona como adjunto adverbial de negação. O sujeito da locução verbal **deviam saber e (deviam) contar...** é o pronome **eles**. As orações **deviam saber e (deviam) contar...** são coordenadas entre si: **e (deviam) contar** é oração coordenada sindética aditiva. O verbo **chegar**, nesta ambiência lingüística, caracteriza um caso de oração sem sujeito e, portanto, **dessas imagens de corrupção até mesmo com os nossos maiores governantes** é o objeto indireto. **O Brasil** é o sujeito do verbo **precisar**, registrado como transitivo indireto. Em

vamos nos permitir, há um sujeito oculto²⁸, ou sujeito simples **nós**. **Vamos valorizar** também apresenta o mesmo tipo sujeito da locução acima descrita, recuperável pela desinência do verbo e seu objeto direto é **a educação**. O verbo **pensar** é transitivo direto, o seu complemento é a oração **que a economia de um país pra ficar bem na balança primeiramente tem de exportar mais e importar menos**. **Um país** é o sujeito da locução verbal **pode consumir**, que é antecedida pelo adjunto adverbial de negação **não**, e que tem como objeto direto **mais do que exporta**. **Outros problemas econômicos** funciona como sujeito do verbo **existir**. **Eles** é o sujeito do verbo **estar**. O verbo **Acordar** foi empregado no imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular. Tem como sujeito oculto: tu, está neste contexto como verbo intransitivo e **Brasil** é um vocativo.

Análise do ponto de vista valencial

O verbo **depende**, utilizado com o sentido de *ter relação necessária; conexão, correlação*, seleciona como argumentos, **uma situação** e **da outra** (situação), portanto o verbo em questão pode ser considerado de valência dois. Monovalente, os verbos **iludir** - *deixar de cumprir ou de executar, utilizando truques, subterfúgios; engabelar* - e **roubar** - *assenhorear-se fraudulentamente de (algo)*, selecionam o mesmo argumento - **esses políticos. Homens de grandes bens e fortunas** e a **situação econômica do país** são os argumentos selecionados pelo verbo **manipular**, empregado com o sentido de *influenciar (indivíduo, coletividade), conseguindo que se comporte de uma dada maneira, para servir a interesses outros que não os seus próprios*. **Isso** é o argumento selecionado pelo verbo, de valência um, **acontecer** (*tornar-se realidade no tempo e no espaço, seja como resultado de uma ação, ou constituindo o desenvolvimento de um processo ou a modificação de um estado de coisas, ou envolvendo ou afetando (algo ou alguém)*); e **as coisas** é o argumento selecionado pelo verbo **mudar** (*apresentar(-se) de modo diferente, física ou moralmente*). **Ver**, *chegar à conclusão de; concluir, deduzir, inferir*, seleciona como argumento **recessão**. **Eles** e **a recessão** foram selecionados pelo verbo **adorar** (*gostar muito*). O verbo **saber**, empregado com o sentido de *conhecer, ter*

²⁸ A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) não reconhece este tipo de sujeito.

conhecimento de, tem como argumentos **eu** e **de seu funcionamento**. Os argumentos **os deputados** e **uma verba de Cr\$ 250.000.000,00 para tratamento dentário** foram selecionados pelo verbo **aprovar**, empregado com o valor de *permitir a realização de; autorizar, consentir*. **Um país** é o argumento selecionado pelo verbo, monovalente, **exportar** (*vender (algo), remetendo-o para fora do país*). **Existir**, *ter existência real*, seleciona o argumento **outros problemas econômicos**, portanto é monovalente. Seguindo a mesma classificação, o verbo **acordar**, tem como argumento **tu**. **Acordar** foi empregado com o valor de *tornar mais ativo, intenso*.

Análise do ponto de vista funcional

Informante 4: Jorge Luis

1. Infelizmente não dá pra falar de uma situação sem tocar em outra ou seja
2. uma situação depende da outra
3. Mas no meu modo de ver o câncer do Brasil são esses políticos
4. que iludem
5. e roubam
6. E são não maior parte homens de grandes bens e fortunas
7. que manipulam assim a situação econômica do país
8. (Eu acho que) o único meio de mudar a situação do país é incentivando a educação
9. Como isso não acontece
10. as coisas não mudam
11. Só se vê recessão e mais recessão
12. eles adoram a recessão
13. o país é capitalista
14. eu não tenho nada contra o capitalismo
15. e sei de seu funcionamento
16. A última foi agora
17. os deputados aprovaram uma verba de Cr\$ 250.000.000,00 para tratamento dentário

18. como se o salário deles já não fosse suficiente
19. Eles deviam saber (e contar nos dedos quem trata dos dentes no país)
20. Chega dessas imagens de corrupção (té mesmo com os nossos maiores governantes)
21. O Brasil precisa crescer
22. se não for agora quando será?
23. Vamos nos permitir
24. vamos valorizar a educação
25. (e pensar que) a economia de um país (a ficar bem na balança primeiramente) tem de exportar mais e importar menos
26. um país não pode consumir mais do que exporta
27. Se dá esse problema.
28. existe outros problemas econômicos entre eles estão: Especulação, Empresário, Sonegações de impostos etc...
29. Acorda Brasil!!!!

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
2	+	+	-	-	-	+	+	-	+	-	5
3	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
4	+	+	-	-	+	+	+	+	+	-	7
5	+	+	-	-	+	+	+	+	+	-	7
6	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
7	+	+	-	+	+	+	+	+	+	-	8
8	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
9	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
10	-	+	-	-	-	-	+	-	-	-	2
11	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
12	+	-	-	-	-	+	+	-	-	-	3
13	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
14	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
15	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3
16	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
17	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+	9
18	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	1
19	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	2
20	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	1
21	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
23	+	+	-	-	+	+	+	+	-	-	6
24	+	+	-	-	+	+	+	+	-	-	6
25	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
26	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
27	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
28	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	1
29	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3

Tabela 9 – Informante 04: Jorge Luis.

e) Informante 5: Mônica

Informante 5: Mônica

Sexo: feminino

Idade: 23 anos

Data da coleta: oral – 01/04/93; escrita – 03/04/93 e 06/04/93

Relato de opinião

Situação Política

A situação política no Brasil já não era boa **mas** depois de nosso último presidente, Collor, ficou bem pior.

O Brasil não acredita em si mesmo. Seus políticos espelham uma situação de decadência em relação ao respeito e honestidade além de tantos outros princípios que são difíceis de serem encontrados nesta classe que hoje representa os “direitos” do povo.

Agora estamos na hora do plebiscito que mais parece um pano de fundo, aliás, uma cortina de teatro que fica cobrindo os bastidores, onde rolam as baixarias.

Como votar em Monarquia, República ou Parlamentarismo, e Presidencialismo quando a maioria da população não sabe nem o que cada um significa e às vezes nem sabe quem é o próprio prefeito ou governador de sua cidade ou estado respectivamente, como aconteceu com a faxineira lá de casa. O resultado desta brincadeira só pode ser um tiro no escuro. Que ganhe o mais sortudo pois é só disto que cada um vai ganhar!

Só espero que não piore pois parece que o fundo do poço ainda está longe. Haja visto Índia, África do Sul, Guatemala, etc...

Quadro 5 – Relato de opinião do Informante 05 (Mônica).

Análise do ponto de vista tradicional

A situação política é o sujeito do verbo **ser** e do verbo **ficar**, classificados como verbos de ligação. O predicativo do sujeito é **boa**. **Já** e **não** são adjuntos adverbiais, respectivamente, de tempo e negação. **Depois de nosso último presidente**, expressa uma idéia de tempo. **Collor** é um aposto de último presidente. **bem** intensifica a noção do predicativo **pio** por isso é um adjunto adverbial de intensidade. **Mas introduz** uma oração com valor aditivo, **oração coordenada aditiva**.

O Brasil funciona como sujeito simples do verbo transitivo indireto **acreditar**, que tem como objeto indireto **em si mesmo**. **Não** é adjunto adverbial de negação. **Espelhar** tem como sujeito **seus políticos**. **Uma situação de decadência** exerce a função de objeto direto. **De decadência** é adjunto adnominal. **Em relação ao respeito e honestidade** funciona como adjunto adverbial de assunto. **Além de** é um adjunto adverbial de inclusão, **que** é o sujeito do verbo de ligação **ser** e **difíceis** é o predicativo do sujeito. **Classe** é o sujeito do verbo transitivo direto **representar**, que tem como objeto direto os “**direitos**” **do povo**.

Agora é adjunto adverbial de tempo. O verbo **estar** na frase **estamos na hora do plebiscito** tem como sujeito oculto **nós**. Aqui nos parece um daqueles expedientes

em que muitos gramáticos consideram o verbo **estar** impessoal e o elemento que o segue predicativo (cf. *Está um frio de rachar*. LUFT, 1996: 280), mas isso é também discutível, pois se não há sujeito como há o predicativo? Por se tratar de um relato de opinião, em que o indivíduo posiciona-se diante de determinado assunto, a informante ao emitir sua opinião, em vez de optar pelo expediente de ausentar o sujeito sintático, ela se inclui por meio da forma verbal: **estamos**. **Que mais parece um pano de fundo** é uma oração subordinada adjetiva restritiva. **Que** é sujeito do verbo **parecer**, que é um verbo de ligação e um pano de fundo, predicativo; **aliás** é um adjunto adverbial de retificação (*diga-se a propósito; seja dito de passagem*)²⁹. Em **uma cortina de teatro que fica cobrindo os bastidores, uma cortina de teatro** é aposto de **pano de fundo** e **que fica cobrindo os bastidores** é uma oração adjetiva restritiva; o **que** é sujeito de **fica cobrindo**, que é transitivo direto. E **onde rolam as baixarias** é uma oração subordinada adjetiva restritiva. **Onde** é adjunto adverbial de lugar e **as baixarias** é o sujeito de **rolam**.

A maioria da população é o sujeito simples do verbo transitivo direto **saber**, que tem como objeto uma oração subordinada substantiva **nem o que cada um significa**. Há uma oração coordenada sindética aditiva: **e às vezes nem sabe quem é o próprio prefeito ou governador de sua cidade ou estado respectivamente**. O verbo **saber** tem como sujeito **a maioria da população** e como objeto, uma oração subordinada substantiva: **quem é o próprio prefeito ou governador de sua cidade ou estado respectivamente**. Há uma oração subordinada adverbial conformativa: **como aconteceu com a faxineira lá de casa**. O verbo **acontecer** apresenta um sujeito recuperável pelo contexto – não saber o que significa o plebiscito, não saber em quem votar e nem saber quem são os governantes – e, apresenta como objeto indireto **com a faxineira lá de casa**. **O resultado** é o sujeito simples da locução **pode ser**, que tem como complemento **um tiro no escuro**. Há uma frase optativa, em que a informante traduz o seu desejo: **Que ganhe o mais sortudo pois é só disto que cada um vai ganhar!**

Eu é o sujeito oculto do verbo **esperar**, que tem como complemento uma oração subordinada substantiva objetiva direta: **que não piore**. O verbo **parecer** tem como

²⁹ Aliás está consignado no Dicionário de Aurélio (1986: 85) como advérbio e a 4ª aceção é *diga-se a propósito; seja dito de passagem*.

sujeito a oração: **o fundo do poço ainda está longe.**

Análise do ponto de vista valencial

O verbo **acreditar**, empregado com o sentido de *pensar, sem convicção ou certeza; achar, julgar, supor*, tem como argumentos **o Brasil e em si mesmo. Seus políticos e uma situação de decadência** são os argumentos selecionados pelo verbo, utilizado com o sentido de *tornar(-se) evidente, espelhar*. O verbo **representar**, *fazer as vezes de lutar por*, tem como argumentos esta **classe e os “direitos” do povo. As baixarias** é o único argumento selecionado pelo verbo, monovalente, **rolar** (*dar-se (um fato); acontecer, ocorrer*). O verbo **saber**, seleciona um argumento comum aos dois momentos em que ele aparece no texto, esse argumento é a maioria da população; outros argumentos selecionados pelo verbo **saber**, respectivamente, são: **o que cada um significa e quem é o próprio prefeito ou governador de sua cidade ou estado. Acontecer** seleciona um argumento resgatável, através do contexto, que está associado ao fato de a população saber sobre as formas de governo ou sobre seus governantes e o outro argumento é **com a faxineira. Eu e que não piore** são os argumentos selecionados pelo verbo **esperar - torcer para.**

Análise do ponto de vista funcional

Informante 5: Mônica

1. A situação política no Brasil já não era boa
2. mas depois de nosso último presidente, Collor, ficou bem pior.
3. O Brasil não acredita em si mesmo.
4. Seus políticos espelham uma situação de decadência em relação ao respeito e honestidade
5. além de tantos outros princípios que são difíceis
6. de serem encontrados nesta classe
7. que hoje representa os “direitos” do povo.
8. estamos na hora do plebiscito
9. que mais parece um pano de fundo, uma cortina de teatro
10. que fica cobrindo os bastidores,

11. onde rolam as baixarias.
12. a maioria da população (não sabe nem o que cada um significa e às vezes) nem sabe quem é o próprio prefeito ou governador de sua cidade ou estado respectivamente,
13. como aconteceu com a faxineira lá de casa.
14. O resultado desta brincadeira só pode ser um tiro no escuro.
15. Que ganhe o mais sortudo
16. pois é só disto que cada um vai ganhar!
17. Só espero que não piore
18. pois parece que o fundo do poço ainda está longe.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	+	-	-	-	+	-	-	-	2
2	-	-	+	-	-	+	+	-	-	-	3
3	+	-	-	-	-	-	+	-	+	-	4
4	+	-	-	-	-	+	+	-	-	-	3
5	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
6											passiva
7	+	-	-	-	+	+	+	+	+	+	7
8	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
9	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
10	+	+	-	-	-	+	+	-	-	-	4
11	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3
12	+	+	-	-	-	-	+	-	-	-	3
13	-	-	+	-	-	+	+	-	-	-	3
14	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
15	-	+	-	-	-	+	-	-	-	-	2
16	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
17	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
18	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
19	-	-	+	-	-	-	+	-	-	-	2

Tabela 10 – Informante 05: Mônica.

f) Informante 6: Rafaela**Informante 6: Rafaela****Sexo: feminino****Idade: 24 anos****Data da coleta: oral – 01/04/93; escrita – 03/04/93 e 06/04/93**Relato de opinião

Uma das coisas que está mais em voga no atual momento do Brasil é a política, e acho que eu não poderia falar de outra coisa senão isso.

É incrível a alienação³⁰ de toda a nação e é um absurdo pensar que estamos às vésperas de um plebiscito que não vai servir para nada.

O que tem que mudar nesse país não é o sistema de governo, mas sim, a cabeça das pessoas, através da educação séria e não através de um falso moralismo e de um paternalismo falido.

Esse plebiscito para a escolha da forma de governo é totalmente sem sentido. E o pior de tudo é que têm pessoas que irão votar na monarquia assumidamente.

Conheço uma pessoa que faz parte de um movimento anti-racista dos negros que disse que se é para haver monarquia temos que ter na concorrência um rei Zumbi. Concordo plenamente: os negros tem tanto direito quanto os portugueses de exigir seu espaço, já que o sistema está indo por esse caminho.

Fica aqui registrada a minha revolta e eu espero algum dia ter voz e espaço para mostrar às pessoas o que e que isso tenha algum valor. Não por mim, mas por toda essa miséria que está a nossa volta e que nós fingimos o tempo todo que não vemos.

Espero que tudo mude e que nós sejamos um povo realizado politicamente. A política do mundo inteira está falida. Mas isso não é motivo para nos acomodarmos. Temos mais é que crescer e não ficar usando recursos do gênero desse plebiscito.

Quadro 6 – Relato de opinião do Informante 06 (Rafaela).

³⁰ *Alienação* foi grafado como alienação.

Análise do ponto de vista tradicional

Uma das coisas é o sujeito do verbo **ser** da oração principal: **Uma das coisas é a política**. **A política** é o predicativo do sujeito. Na frase: **Que está mais em voga no atual momento do Brasil**, o **que** é o sujeito, **em voga** é o predicativo. A oração **que eu não poderia falar de outra coisa senão isso** funciona como objeto direto (oração subordinada substantiva objetiva direta) do verbo **achar**, que apresenta sujeito oculto **eu**. **A alienação de toda a nação** exerce a função de sujeito do verbo **ser**, que tem como predicativo **incrível**. A oração **pensar que estamos às vésperas de um plebiscito que não vai servir para nada** tem o papel de sujeito do verbo **ser**, seu predicativo é **um absurdo**. Oração subordinada substantiva objetiva direta: **que estamos às vésperas de um plebiscito** e uma oração subordinada adjetiva restritiva: **que não vai servir para nada**. O **que** é o sujeito de (não) **vai servir**.

O que tem que mudar nesse país atua como sujeito e **o sistema de governo** como predicativo do verbo **ser**; **não** é adjunto adverbial de negação; **a cabeça das pessoas** funciona como predicativo.

Esse plebiscito para a escolha da forma de governo é o sujeito de verbo **ser** e **sem sentido** é o seu predicativo. **O pior de tudo** exerce a função de sujeito do verbo **ser**, que tem a oração subordinada substantiva predicativa **que têm pessoas que irão votar na monarquia assumidamente**. O **que** é sujeito de **irão votar**, **votar** é verbo transitivo indireto: **na monarquia**.

Sujeito oculto, elíptico ou desinencial – eu – tem o verbo **conhecer**, tem como complemento uma oração subordinada substantiva objetiva direta: **uma pessoa que faz parte de um movimento anti-racista dos negros que disse que se é para haver monarquia temos que ter na concorrência um rei Zumbi**. Oração subordinada adjetiva restritiva: **que faz parte de um movimento anti-racista dos negros**. O **que** é sujeito de **fazer**. Oração subordinada adjetiva restritiva: **que disse**. O **que** é sujeito de **dizer**. Oração subordinada substantiva objetiva direta: **que se é para haver monarquia temos que ter na concorrência um rei Zumbi**. Oração

subordinada adverbial condicional: **se é para haver monarquia**. O verbo **ter** tem como sujeito oculto: nós.

O verbo **concordar** apresenta sujeito oculto. E apesar de a preposição não estar explícita na frase, ele pode ser considerado transitivo indireto. Oração subordinada adverbial comparativa: **os negros tem tanto direito quanto os portugueses de exigir seu espaço**. Oração coordenada sindética explicativa: **já que o sistema está indo por esse caminho. O sistema** é sujeito do verbo **ir**.

A minha revolta é sujeito de **fica registrada**. **Aqui** é um adjunto adverbial de lugar. **Eu** é o sujeito do verbo transitivo direto **esperar**, que tem como complemento **algum dia ter voz e espaço** uma oração subordinada substantiva objetiva direta. Oração subordinada adverbial final: **para mostrar às pessoas o que e que isso tenha algum valor**. O verbo **mostrar** comporta-se como transitivo direto e indireto: oração subordinada substantiva Objetiva direta – o que e que isso tenha algum valor; e o objeto indireto é **às pessoas**.

O verbo **esperar** tem um sujeito oculto. E é transitivo direto. As orações **que tudo mude e que nós sejamos um povo realizado politicamente** são subordinadas substantivas objetivas diretas e são coordenadas entre si. O sujeito do verbo **estar** é **a política do mundo inteira** e seu predicativo é **falida**. Oração coordenada sindética adversativa: **mas isso não é motivo para nos acomodarmos**. O predicativo do verbo **ser** é **motivo** e seu sujeito é **isso**. Sujeito oculto **nós** para o verbo **ter que crescer**.

Análise do ponto de vista valencial

O verbo **achar** – “ter determinado pensamento ou avaliação acerca de” – apresenta dois argumentos, são eles: **eu e não poderia falar de outra coisa senão isso**. **Eu e uma pessoa** são os argumentos selecionados pelo verbo, bivalente, **conhecer - sentir como sendo familiar**. **Uma pessoa** também é argumento do verbo **dizer**, que apresenta, além desse, mais um argumento: **disse que se é para haver monarquia**

temos que ter na concorrência um rei Zumbi. O verbo **concordar** seleciona dois argumentos: **eu** e **(que) os negros tem tanto direito quanto os portugueses de exigir seu espaço, já que o sistema está indo por esse caminho.** O verbo **fingir**, empregado com o valor de *ocultar sentimento, intenção, pensamento; dissimular*, apresenta dois argumentos: **nós** e **que não vemos.** O verbo **esperar** seleciona os argumentos **eu, que tudo mude** e **que nós sejamos um povo realizado politicamente.**

Análise do ponto de vista funcional

Informante 6: Rafaela

1. Uma das coisas que está mais em voga no atual momento do Brasil é a política
2. acho que eu não poderia falar de outra coisa senão isso
3. É incrível a alienação de toda a nação
4. é um absurdo pensar que estamos às vésperas de um plebiscito
5. O que tem que mudar nesse país não é o sistema de governo
6. mas sim, a cabeça das pessoas, através da educação séria e não através de um falso moralismo e de um paternalismo falido
7. Esse plebiscito para a escolha da forma de governo é totalmente sem sentido
8. (E o pior de tudo é que têm) pessoas que irão votar na monarquia assumidamente
9. Conheço uma pessoa (que faz parte de um movimento anti-racista dos negros que disse que se é para haver monarquia temos que ter na concorrência um rei Zumbi)
10. Concordo plenamente: os negros tem tanto direito quanto os portugueses de exigir seu espaço
11. já que o sistema está indo por esse caminho
12. Fica aqui registrada a minha revolta
13. eu espero algum dia ter voz e espaço para mostrar às pessoas
14. Não por mim, mas por toda essa miséria que está a nossa volta
15. que nós fingimos o tempo todo que não vemos.
16. Espero que tudo mude

17. que nós sejamos um povo realizado politicamente
 18. A política do mundo inteira está falida
 19. Mas isso não é motivo para nos acomodarmos
 20. Temos mais é que crescer
 21. e não ficar usando recursos do gênero desse plebiscito

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
2	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
3	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
4	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
5	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
6	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
7	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
8	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
9	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	3
10	-	-	-	-	+	+	+	-	-	-	3
11	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
12	-	+	-	-	+	+	+	+	-	-	5
13	-	-	-	-	+	+	+	-	-	-	3
14	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	3
15	-	+	-	-	+	+	+	-	-	-	4
16	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
17	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	7
18	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
19	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
20	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
21	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1

Tabela 11– Informante 06: Rafaela.

g) Informante 7: Regina

Informante 7: Regina

Sexo: feminino

Idade: 23 anos

Data da coleta: oral – 04/08/93; escrita – 10/08/93 e 12/08/93

Relato de opinião

A situação em que o país se encontra é vergonhosa. Corrupção por todos lados, criação de impostos absurdos... enfim, é uma baderna geral. Temos que reconhecer que o mundo todo está sofrendo uma grande crise, mas o Brasil é sempre a mesma piada, o que nos salva por muitas vezes é o espírito esperançoso do povo, sempre com aquele “jeitinho brasileiro” pra contornar as situações. O Collor saiu, mas a corrupção sempre existiu e duvido que pare por aqui, os métodos é que serão aprimorados e melhor encobertos para o escândalo não se repetir. O que falta no povo para a situação poder mudar realmente é a tão abandonada educação. Só com educação e conscientização poderemos mudar alguma coisa. Mas falar é fácil. Vários fatores sociais impedem que isso aconteça. Dentre a população miserável, marginalizada e com fome, não encontraremos quem queira deixar de trabalhar para comer, para estudar ou filosofar sobre a situação econômico-social do país. Alguma coisa tem que ser feita, e sem dúvida tem que começar por nós, mesmo sabendo que o resultado não virá tão cedo. Daqui a 20, 50 anos, quem sabe...

Quadro 7 – Relato de opinião do Informante 07 (Regina).

Análise do ponto de vista tradicional

A situação é sujeito simples do verbo **ser**. O predicativo do sujeito é **vergonhosa**. **Em que o país se encontra** é uma oração subordinada adjetiva restritiva. O sujeito **o país**, do verbo **ser**, pode ser recuperável pelo contexto. O seu predicativo é **uma baderna geral**. O sujeito de **temos que reconhecer** é oculto. Uma **grande crise** é o complemento da locução **está sofrendo**, que tem como sujeito **o mundo**; **o Brasil** é o sujeito do verbo **ser** e o predicativo do sujeito desta oração é **a mesma piada**; **o que nos salva** exerce a função de sujeito do verbo **ser** e **o espírito esperançoso**

do povo exerce a função de predicativo. **Sair**, empregado como verbo intransitivo, tem como sujeito **o Collor**; **existir** também foi empregado como intransitivo e tem como sujeito **a corrupção**. **Eu** é o sujeito oculto do verbo transitivo indireto³¹ **duvidar** que tem como complemento **que pare por aqui**. **Os métodos** é o sujeito de **serão aprimorados**, houve aqui um apagamento da agente da passiva. **O** é sujeito do verbo **ser**, que tem como predicativo **a tão abandonada educação**. Oração subordinada adjetiva restritiva **que falta no povo**. Oração subordinada adverbial **para a situação poder mudar**. **A situação** é o sujeito de **poder mudar**. **Poderemos mudar** tem um sujeito oculto **nós**. **Alguma coisa** funciona como objeto direto. Oração coordenada sindética adversativa: **mas falar é fácil**. O verbo **impedir** tem como sujeito **vários fatores sociais** e como objeto direto, a oração subordinada substantiva objetiva direta: **que isso aconteça**. **Encontrar** tem como objeto direto **quem queira deixar de trabalhar para comer, para estudar ou filosofar sobre a situação econômico-social do país** e como sujeito oculto o pronome **nós**. **Alguma coisa** é o sujeito da locução **tem que ser feita**.

Que o resultado não virá tão cedo é o complemento do verbo **saber**, é uma oração subordinada substantiva objetiva direta. **O resultado** é o sujeito da forma verbal **virá**, que foi empregado como verbo intransitivo.

Análise do ponto de vista valencial

O país e **em uma situação vergonhosa** são os argumentos selecionados pelo verbo **encontrar** (*estar em determinada condição, situação ou estado*). **Temos que reconhecer** seleciona dois argumentos, portanto é bivalente, **nós** e **que o mundo todo está sofrendo uma grande crise**. **O** e **nos** são os argumentos selecionados pelo verbo **salva** (*tirar ou livrar (alguém, algo ou a si mesmo) de perigo, dificuldades; conservar (-se) salvo ou intacto*). O verbo, empregado com valor de *distanciar-se de* (*poder, governo*), **sair**, de valência um, tem como argumento **Collor**. **A corrupção** é o argumento selecionado pelo verbo monovalente **existir**. O verbo **duvidar** foi empregado com o valor de *não acreditar; considerar impossível*, apresenta **eu** e **que pare por aqui** como seus argumentos. Os argumentos **Nós** e **alguma coisa** foram

³¹ Luft (1996: 223): considera a transitividade duvidosa em *duvidar que*, que pode ser variante de *duvidar de que*, com a usual elipse da preposição diante da conjunção integrante.

selecionados pela locução **poderemos mudar**. O verbo **impedir** (*dificultar a ação, tornar impraticável*) caracteriza-se como bivalente por selecionar dois argumentos: **vários fatores sociais** e **que isso aconteça** (mudança no Brasil). E, **o resultado** foi selecionado como argumento pelo verbo monovalente **vir**.

Análise do ponto de vista funcional

Informante 7: Regina

1. A situação (em que o país se encontra) é vergonhosa
2. é uma baderna geral
3. o mundo todo está sofrendo uma grande crise
4. o Brasil é sempre a mesma piada
5. o que nos salva por muitas vezes é o espírito esperançoso do povo, (sempre com aquele “jeitinho brasileiro” pra contornar as situações)
6. O Collor saiu
7. a corrupção sempre existiu
8. e duvido que pare por aqui
9. os métodos é que serão aprimorados e melhor encobertos
10. O que falta no povo (para a situação poder mudar realmente) é a tão abandonada educação.
11. Só com educação e conscientização poderemos mudar alguma coisa
12. Mas falar é fácil
13. Vários fatores sociais impedem que isso aconteça
14. (Dentre a população miserável, marginalizada e com fome,) não encontraremos quem queira deixar de trabalhar (para comer, para estudar ou filosofar sobre a situação econômico-social do país)
15. Alguma coisa tem que ser feita
16. e sem dúvida tem que começar por nós
17. o resultado não virá tão cedo
18. quem sabe

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
2	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
3	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
4	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	2
5	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
6	-	+	+	+	-	+	+	-	-	-	5
7	-	+	+	-	-	+	+	-	-	-	4
8	-	+	-	-	-	+	-	-	-	-	2
9	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3
10	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
11	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3
12	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
13	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3
14	+	+	-	-	-	-	+	-	-	-	3
15	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
16	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	5
17	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
18	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2

Tabela 12 – Informante 07: Regina.

h) Informante 8: Valéria**Informante 8: Valéria****Sexo: feminino****Idade: 23 anos****Data da coleta: oral – 21/05/93; escrita – 29/05/93, 30/05/93 e 31/05/93**Relato de opinião

A respeito da situação política do País, acho que as pessoas estão se conscientizando de que cada um, é, de algum modo, responsável pela “vida” do

País. Os meios de comunicação perceberam a arma que tem nas mãos e com a dita democracia ficou mais fácil deles desempenharem a função de informantes, que informam o que as pessoas estão interessadas em ser informadas e não aquela “incheção de língua³²” que não nego ainda existi³³, mas que a cada dia que passa vem sendo mais criticada, acho que as pessoas estão mais acordadas, principalmente os jovens, que foram às ruas e tiveram a sensação de tirar um Presidente do governo.

Hoje, a sujeira está mais as claras, todos ficam sabendo. Antes quando tudo era mais censurado, as coisas aconteciam mas ninguém ficava sabendo.

Tenho esperança de que um dia as coisas entrem nos eixos, que esta tão falada moralização, definitivamente impere e tenho certeza de que se todos fizessem sua parte seria bem mais fácil, faço a minha, mas sei que posso fazer mais. Acho que é por aí.

Quadro 8 – Relato de opinião do Informante 08 (Valéria).

Análise do ponto de vista tradicional

O verbo **achar**, transitivo direto, tem como sujeito oculto o pronome **eu**, tem como objeto direto **que as pessoas estão se conscientizando de que cada um, é, de algum modo, responsável pela “vida” do País. Os meios de comunicação** exerce a função de sujeito do verbo transitivo direto **perceber**, que tem como objeto a oração **a arma que tem nas mãos. Que tem nas mãos** é uma oração subordinada adjetiva restritiva. **Eles**, pronome que faz referência a **os meios de comunicação**, exerce a função de sujeito do verbo **desempenhar**, que tem como objeto direto **a função de informantes**. Oração subordinada adjetiva explicativa: **que informam o que as pessoas estão interessadas em ser informadas e não aquela “incheção de língua”**. Oração subordinada adjetiva restritiva: **que não nego ainda existi**. Oração coordenada sindética adversativa: **mas que a cada dia que passa vem sendo mais criticada**. O verbo **achar** apresenta sujeito oculto **eu** e pode ser classificado como transitivo direto tendo como complemento oração subordinada substantiva objetiva direta: **que as pessoas estão mais acordadas,**

³² A expressão *incheção de língua* foi grafada da seguinte maneira: *incheção de língua*.

³³ *Existi* pode ser entendido como *existe* ou como *existir*.

principalmente os jovens. Oração subordinada adjetiva explicativa: **que foram às ruas e tiveram a sensação de tirar um Presidente do governo.** **Hoje** é um adjunto adverbial de tempo. **A sujeira** é o sujeito simples do verbo **estar** e **as claras** é um adjunto adverbial de modo. A locução verbal **ficam sabendo** tem como sujeito **todos.** **Tudo** é o sujeito do verbo **ser censurado.** **as coisas** é o sujeito simples do verbo intransitivo **acontecer**; e, a locução verbal **ficava sabendo** tem como sujeito **ninguém.**

O verbo **ter** tem como sujeito oculto o pronome **eu** e como objeto direto **esperança.** **De que um dia as coisas entrem nos eixos, que esta tão falada moralização, definitivamente impere** são orações subordinadas substantivas completivas nominais. **Certeza** é o objeto direto do verbo **ter**, **eu** é o seu sujeito oculto e, **de que se todos fizessem sua parte seria bem mais fácil** é uma oração subordinada substantiva completiva nominal. E **se todos fizessem sua parte** é uma oração subordinada adverbial condicional. O sujeito do verbo **fazer** está oculto e é o pronome **eu**; a minha (parte) é o objeto direto do verbo **fazer**. Também com sujeito oculto **eu** o verbo transitivo direto **sei** tem como complemento **que posso fazer mais.** **Achar** também verbo transitivo direto, com sujeito oculto **eu.**

Análise do ponto de vista valencial

O verbo **achar** (*ter determinado pensamento ou avaliação acerca de*) seleciona como argumentos **eu** e **que as pessoas estão se conscientizando de que cada um, é, de algum modo, responsável pela “vida” do País**; portanto, é bivalente ou de valência dois. Os argumentos **os meios de comunicação** e **a arma que tem nas mãos** foram selecionados pelo verbo **perceber**, que foi utilizado com valor de *tomar consciência, notar, reparar*. Novamente, aparece o verbo **achar** e seleciona dois argumentos: **eu** e **que as pessoas estão mais acordadas, principalmente os jovens, que foram às ruas e tiveram a sensação de tirar um Presidente do governo.** **As coisas** é o único argumento selecionado pelo verbo **acontecer**. Os argumentos **eu** e **a minha** (parte) foram selecionados pelo verbo **fazer** - *produzir através de determinada ação*.

Análise do ponto de vista funcional

Informante 8: Valéria

1. (A respeito da situação política do País, acho que) as pessoas estão se conscientizando de que cada um, é, de algum modo, responsável pela “vida” do País.
2. Os meios de comunicação perceberam a arma que tem nas mãos
3. e com a dita democracia ficou mais fácil
4. deles desempenharem a função de informantes,
5. (que informam o que) as pessoas estão interessadas em ser informadas e não aquela “incheção de linguiça”
6. que (não nego) ainda existi,
7. que (a cada dia que passa) vem sendo mais criticada,
8. (acho que) as pessoas estão mais acordadas,
9. os jovens, que foram às ruas
10. e tiveram a sensação de tirar um Presidente do governo.
11. a sujeira está mais as claras,
12. todos ficam sabendo.
13. tudo era mais censurado,
14. as coisas aconteciam
15. ninguém ficava sabendo.
16. (Tenho esperança de que) um dia as coisas entrem nos eixos,
17. que esta tão falada moralização, definitivamente impere
18. (e tenho certeza de que) se todos fizessem sua parte seria bem mais fácil,
19. faço a minha,
20. sei
21. que posso fazer mais.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cíausulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	-	+	+	+	-	-	-	3
2	-	-	+	-	-	+	+	-	-	-	3
3	-	-	+	-	-	+	+	-	-	-	3
4	+	-	-	-	-	+	+	+	+	-	5
5	-	+	-	-	+	+	+	+	-	-	5
6	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
7	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
8	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
9	-	+	+	-	+	+	+	-	-	-	5
10	-	-	+	+	-	+	+	+	-	-	5
11	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
12	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
13	-	-	+	-	-	+	+	-	-	-	3
14	-	-	+	-	-	+	+	-	-	-	3
15	-	-	+	-	-	+	+	-	-	-	3
16	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	5
17	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	1
18	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	1
19	+	+	-	-	+	+	+	+	+	+	8
20	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
21	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3

Tabela 13 – Informante 08: Valéria.

5.3 Análise dos relatos – ensino médio

a) Informante 9: Carlos

Informante 9: Carlos

Sexo: masculino

Idade: 18 anos

Data da coleta: oral – 11/93; escrita – sem registro

Relato de opinião

Devido à baixa remuneração³⁴ os professores perdem um pouco do estímulo para dar aula mas é preciso que do material didático, os professores tem³⁵ que perceber que eles constroem o futuro e é preciso que esse serviço seja bem feito. O problema do material didático é muito importante, porque a forma como a matéria é passada interfere na aprendizagem se você se utiliza de material que chama a atenção do aluno.

É preciso que os professores e os alunos tenham interesse em ensinar³⁶ e aprender para que a aprendizagem fique completa.

Quadro 9 – Relato de opinião do Informante 09 (Carlos).

Análise do ponto de vista tradicional

Os professores funciona como sujeito do verbo transitivo direto **perder**, que tem como objeto direto **um pouco de estímulo**. **Tem que perceber** tem como sujeito **os professores** e como complemento a oração subordinada substantiva objetiva direta **que eles constroem o futuro**. O **e** em **e é preciso que esse serviço seja bem feito** introduz uma coordenada sindética aditiva. **Que esse serviço seja bem feito** é uma oração subordinada substantiva subjetiva. O verbo de ligação **ser** tem como sujeito **o problema do material didático** e como predicativo do sujeito **importante**. **Muito** é um adjunto adverbial de intensidade. **A forma** é o sujeito do verbo transitivo indireto **interferir**, que tem como objeto indireto **na aprendizagem**. **A matéria** é o

³⁴ O vocábulo *remuneração* foi grafado da seguinte maneira no relato: *renuneração*.

³⁵ O plural do verbo *ter* foi grafado da seguinte maneira no relato: *tem*.

³⁶ *Ensina* pode ser lido como *ensinar*.

sujeito da estrutura de passiva. **Se você se utiliza de material** é uma oração subordinada adverbial condicional. E **que chama a atenção do aluno** é uma oração subordinada adjetiva restritiva.

Análise do ponto de vista valencial

Os professores e um pouco do estímulo funcionam como argumentos do verbo de valência dois **perder**, empregado com o valor de *cair em estado de desânimo*. A locução verbal, também de valência dois, **tem que perceber** tem como argumentos **os professores e que eles constroem o futuro e (que) é preciso que esse serviço seja bem feito**. O verbo, empregado com o sentido de *afetar, interferir*, seleciona dois argumentos **a forma como a matéria é passada e na aprendizagem**.

Análise do ponto de vista funcional

Informante 9: Carlos

1. os professores perdem um pouco do estímulo
2. é preciso que do material didático,
3. os professores tem que perceber
4. que eles constroem o futuro
5. é preciso que esse serviço seja bem feito.
6. O problema do material didático é muito importante
7. a forma (como a matéria é passada) interfere na aprendizagem
8. se você se utiliza de material
9. que chama a atenção do aluno.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	+	+	-	-	-	+	+	-	-	-	4
2	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
3	+	+	-	-	-	+	+	-	+	-	5
4	+	+	-	-	+	+	+	+	+	+	8
5	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
6	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
7	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	4
8	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3
9	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2

Tabela 14 – Informante 09: Carlos.

b) Informante 10: Claire**Informante 10: Claire****Sexo: feminino****Idade: 17 anos****Data da coleta: oral – 10/06/93; escrita – 14/06/93 e 17/06/93****Relato de opinião**

Minha família é pequena e composta por quatro pessoas; eu, meu pai, minha mãe e meu irmão.

O meu irmão tem dez anos, é um saco e só serve para me chatear. A minha mãe é super legal, é amiga, carinhosa, às vezes exigente...

Ela é bem liberal e procura sempre me abrir os olhos em relação ao mundo. O meu pai que é radical, e muitas vezes antiquado. Tem idéias absurdas, acha que tudo está errado, o mundo está perdido.

Apesar disso os meus pais só visualizam o meu bem e querem o melhor para mim, por isso que às vezes eles impõem tantas regras.

Eu os amo e é isso que importa.

Quadro 10 – Relato de opinião do Informante 10 (Claire).

Análise do ponto de vista tradicional

Minha família é o sujeito simples da estrutura de passiva analítica: **ser composta por quatro pessoas. Eu, meu pai, minha mãe e meu irmão** são apostos de **quatro pessoas**. O verbo **ter** apresenta como sujeito **o meu irmão** e como objeto direto **dez anos**. **O meu irmão** também exerce a função de sujeito simples do verbo **ser**, que tem como predicativo do sujeito **um saco**. O verbo **servir** tem como sujeito **o meu irmão**. **Para me chatear é uma oração subordinada adverbial final**. **A minha mãe** exerce a função de sujeito simples do verbo **ser**. Os predicativos do sujeito **a minha mãe** são: **super legal, amiga, carinhosa, exigente**. A expressão **às vezes** funciona como um adjunto adverbial de tempo.

Ela funciona como sujeito do verbo **ser**. O predicativo do sujeito (ela) **liberal, bem** é um adjunto adverbial de intensidade. **Ela** também é o sujeito do verbo **procurar**, que tem como complemento **me abrir os olhos em relação ao mundo**, que é uma oração subordinada substantiva objetiva direta. **O meu pai** é o sujeito simples do verbo de ligação **ser**; o predicativo do sujeito (pai) é **radical e antiquado; muitas vezes**, neste contexto, parece funcionar como adjunto adverbial de tempo. O sujeito do verbo transitivo direto **ter** é **o meu pai** e o complemento (objeto direto) é **idéias absurdas**. **O meu pai** também é sujeito do verbo transitivo direto **achar**, que tem como complementos as duas orações subordinadas substantivas objetivas diretas: **que tudo está errado, o mundo está perdido**. **Os meus pais** exerce a função de sujeito simples do verbo transitivo direto **visualizar**, que tem como objeto direto **o meu bem**; o verbo **querer** apresenta o mesmo sujeito (os meus pais) e seu objeto direto é **o melhor para mim**. O verbo **impor** tem como sujeito simples **eles** e como objeto direto **tantas regras**. **Eu** funciona como sujeito simples do verbo **amar**, que tem como complemento – objeto direto - **os** (meus pais); **importar**, verbo intransitivo, tem como sujeito simples **isso** (amar os pais).

Análise do ponto de vista valencial

Contar de idade ou de existência é um sentido que pode ser atribuído ao verbo **ter** na ambiência em que aparece. Esse verbo é bivalente e seus argumentos são: **o**

meu irmão e dez anos. O verbo **servir**, utilizado com o valor de *produzir (determinado efeito)*, é de valência um, apresenta como argumento **o meu irmão**. **Ela e me abrir os olhos em relação ao mundo** são argumentos do verbo bivalente **procurar** (*buscar, tentar, objetivar*). **O meu pai** é argumento dos verbos **ter** e **achar**. O primeiro verbo seleciona, ainda, **idéias absurdas** como argumento. E, o segundo, **que tudo está errado e (que) o mundo está perdido**. O verbo **visualizar**, empregado com o valor de *querer, desejar*, tem como argumentos **os meus pais e o meu bem; os meus pais** também desempenha a função de argumento do verbo **querer**, que tem também outros argumentos: **o melhor e para mim. Eles e tantas regras** são os argumentos do verbo bivalente **impor** - *tornar (algo) obrigatório ou indispensável (para alguém)*. O verbo **amar**, de valência dois, tem como argumentos **eu e os** (pais); amar foi utilizado com o sentido de *demonstrar amor a; sentir grande afeição, ternura ou paixão por*.

Análise do ponto de vista funcional

Informante 10: Claire

1. Minha família é pequena
2. e composta por quatro pessoas; eu, meu pai, minha mãe e meu irmão.
3. O meu irmão tem dez anos,
4. é um saco
5. e só serve para me chatear.
6. A minha mãe é super legal,
7. é amiga, carinhosa, às vezes exigente...
8. Ela é bem liberal
9. e procura sempre me abrir os olhos em relação ao mundo.
10. O meu pai que é radical, e muitas vezes antiquado.
11. Tem idéias absurdas,
12. acha que tudo está errado,
13. que o mundo está perdido.
14. os meus pais só visualizam o meu bem
15. e querem o melhor para mim,

16. eles impõem tantas regras.

17. Eu os amo

18. e é isso que importa.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
2	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
3	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
4	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
5	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
6	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
7	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
8	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
9	+	-	-	-	+	+	+	+	+	+	7
10	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
11	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
12	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
13	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
14	+	-	-	-	+	+	+	-	+	-	5
15	+	-	-	-	+	+	+	-	+	-	5
16	-	+	-	-	+	+	+	+	-	-	4
17	+	-	-	-	-	+	+	-	-	+	4
18	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2

Tabela 15 – Informante 10: Claire.

c) Informante 11: Cristina

Informante 11: Cristina

Sexo: feminino

Idade: 17 anos.

Data da coleta: oral – 27/05/93; escrita – 01/06/93 e 02/06/93

Relato de opinião

Minha opinião sobre família³⁷.

A minha visão, sobre família hoje em dia não é a das melhores, primeiro porque tomo como exemplo a minha própria família.

Meu avô paterno nem sabe que eu existo; meu pai, pouco o vejo, pois trabalho demais, e varios tantos exemplos de outras famílias que tenho tirado. O amor e semsibilidade³⁸ da família morreu junto com a esperança.

Quadro 11 – Relato de opinião do Informante 11 (Cristina).

Análise do ponto de vista tradicional

A minha visão sobre família é o sujeito simples do verbo **ser**; **hoje em dia** é um adjunto adverbial de tempo; **não** é um adjunto adverbial negação, e **a das melhores** é predicativo do sujeito. O verbo **tomar** tem como sujeito oculto: eu e como objeto direto **a minha própria família**. O verbo transitivo direto **saber** tem como sujeito simples **meu avô paterno** e um complemento, que é oração subordinada substantiva objetiva direta: **que eu existo**. **Eu** exerce a função de sujeito do verbo **ver**, que tem como objeto direto – **o**. O sujeito do verbo intransitivo **trabalhar** está oculto e pode ser resgatado pela desinência verbal – sujeito é o pronome **eu**. O adjunto adverbial de intensidade - **demais** - enfatiza a idéia de se ter pouco tempo. **Eu** também funciona como sujeito de **tenho tirado**, que tem como complemento **exemplos de outras famílias**. **O amor, sensibilidade da família** exercem a função de sujeito do verbo intransitivo **morrer**.

Análise do ponto de vista valencial

Os argumentos **meu avô paterno** e **que eu existo** foram selecionados pelo verbo **saber**, verbo de valência dois. O verbo **existir** seleciona um argumento: eu. O verbo **ver** seleciona dois argumentos, portanto também é bivalente: **meu pai** e **eu**. **Eu** também exerce a função de argumento do verbo monovalente **trabalhar**. E, **o**

³⁷ Família foi grafado família no relato.

³⁸ Sensibilidade foi grafado semsibilidade.

amor e sensibilidade da família foram os argumentos selecionados pelo verbo **morrer** - *perder gradualmente a força*.

Análise do ponto de vista funcional

Informante 11: Cristina

1. A minha visão, sobre família hoje em dia não é a das melhores
2. porque tomo como exemplo a minha própria família.
3. Meu avô paterno nem sabe que eu existo;
4. meu pai, pouco o vejo,
5. pois trabalho demais,
6. O amor e sensibilidade da família morreu junto com a esperança.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
2	-	-	-	-	-	+	+	-	-	+	2
3	+	-	-	-	-	-	+	-	+	+	4
4	+	+	-	-	-	+	+	-	+	+	6
5	-	+	-	-	+	+	+	+	-	-	5
6	-	+	+	+	-	+	+	-	-	-	5

Tabela 16 – Informante 11: Cristina.

d) Informante 12: Dario

Informante 12: Dario

Sexo: masculino

Idade: 20 anos

Data da Coleta: oral – 11/93; escrita – sem registro

Relato de opinião

Os políticos não fazem nada só querem ganhar dinheiro na custa dos outros sem se preocupar com a situação do povo, pois só pensão em si proprio. Eu acho que isso não vai melhorar nunca se continuar no jeito que está.

Quadro 12 – Relato de opinião do Informante 12 (Dario).

Análise do ponto de vista tradicional

Os políticos é o sujeito simples, **não** é adjunto adverbial de negação, **fazer** é verbo transitivo direto, **nada** é objeto direto. **Só** é adjunto adverbial de exclusão. **Querem ganhar** tem como sujeito simples: **os políticos**. **Dinheiro** é o objeto direto. **Sem se preocupar com a situação do povo** é uma oração subordinada adverbial modal. O sujeito do verbo **preocupar** é **os políticos**. **Com a situação do povo** é objeto indireto. **Pensar** tem como sujeito simples **os políticos** e como **objeto indireto**: em si próprio. O verbo **achar** tem como sujeito simples **eu**, e como objeto direto: **que isso não vai melhorar nunca**, que por sua vez é uma **oração subordinada substantiva objetiva direta**. **Isso** é o sujeito de **vai melhorar**. O verbo **continuar** tem como sujeito **isso**.

Análise do ponto de vista valencial

O verbo **fazer**, no sentido de *efetuar, executar* seleciona dois argumentos: um é o sujeito agente e o outro é um complemento, logo o verbo é bivalente. O verbo **preocupar**, empregado no relato de opinião no sentido de *inquietar-se* indica processo e é bivalente, seleciona os dois argumentos, a saber: **os políticos** e **com a situação do povo**. **Pensar** é um verbo de ação e nesse contexto significa *dirigir o pensamento*, seleciona os dois argumentos: **os políticos** e **em si próprio**. **Achar** é um verbo de ação cujo sentido é *supor, presumir*, seleciona dois argumentos.

Análise do ponto de vista funcional

Informante 12 – Dario

1. Os políticos não fazem nada
2. só querem ganhar dinheiro na custa dos outros
3. sem se preocupar com a situação do povo,
4. pois so pensão em si proprio.
5. (Eu acho que) isso não vai melhorar nunca
6. se continuar no jeito que está.

Aplicação dos parâmetros

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	+	+	-	-	+	-	+	-	+	-	5
2	+	-	-	-	+	+	+	+	-	+	6
3	+	+	-	-	+	-	-	+	+	-	5
4	-	+	-	-	+	+	+	-	-	-	4
5	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
6	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	1

Tabela 17 – Informante 12: Dario.

e) Informante 13: Fábio

Informante 13: Fábio

Sexo: masculino

Idade: 18 anos

Data da coleta: oral – 28/04/93; escrita – 29/04/93 e 30/04/93

Relato de opinião

Dar a minha opinião a respeito da amizade, namoro, família, ou qualquer outro tipo de relacionamento.

- Eu vou falar sobre o namoro. Tenho uma namorada que se chama Daniela ao qual namoro há um ano e oito meses. Não tenho do que queixar-me, gosto muito dela e muitos colegas meus falam que estou errado por que me prendo a uma garota só, acontece que não acho que isso seja uma prisão, muito pelo contrário, acho que é o começo de tudo, a pessoa passa a se conhecer mais, entrega-se ao amor e acaba gostando. Isso depende de cada um, eu gosto muito de namorar, de ter uma pessoa confiante e amiga ao meu lado, muitos dizem que primeiro deve-se aproveitar a vida, mas aí questiono o porque de não se aproveitar a vida à dois, por quê não? É uma coisa que é muito importante: a fidelidade.

Quadro 13 – Relato de opinião do Informante 13 (Fábio).

Análise do ponto de vista tradicional

Eu exerce a função do sujeito simples de **vou falar**, que tem como objeto indireto **sobre o namoro**. Recuperável pelo contexto, novamente **eu** exerce a função de sujeito oculto do verbo **ter**; seu complemento – objeto direto – é **uma namorada**. **Que se chama Daniela** é uma oração subordinada adjetiva restritiva. O **que** funciona como sujeito do verbo transitivo direto pronominal predicativo **chamar (-se)**, que tem como predicativo o nome próprio **Daniela**. **Namorar** tem como sujeito (oculto) o pronome **eu** e como complemento (objeto direto) o nome **Daniela**. **Há um ano e oito meses** caracteriza-se como oração sem sujeito. Na oração **Não tenho do que queixar-me**, o **não** é adjunto adverbial de negação; o verbo **ter** está por **haver** e é um verbo transitivo direto: introduzido por uma preposição meramente enfática: **(d)o que queixar-me**, verbo pronominal. **Eu**, também oculto, exerce a função de sujeito do verbo **gostar**, que tem como objeto indireto **dela**. **Muito** funciona como adjunto adverbial de intensidade. **Muitos colegas meus** é o sujeito do verbo transitivo direto **falar**, que tem como complemento, a oração subordinada substantiva objetiva direta: **que estou errado**. Sujeito oculto: **eu**; **estar** é verbo de ligação e **errado**, predicativo do sujeito. **Por que me prendo a uma garota só** é uma oração subordinada adverbial causal. O verbo **prender** tem um sujeito oculto: **eu**, é transitivo direto e indireto, **me** é o objeto direto e **a uma garota só**, o objeto indireto. Nas orações **não acho que isso seja uma prisão**, o **não** funciona como adjunto adverbial de negação, o verbo **achar** tem como sujeito oculto: **eu**; como

oração subordinada substantiva objetiva direta: **que isso seja uma prisão. Isso** é sujeito do verbo **ser e uma prisão**, predicativo do sujeito. Nas orações **acho que é o começo de tudo**, o verbo **achar** tem como sujeito oculto: **eu**; como oração subordinada substantiva objetiva direta: **que é o começo de tudo, o começo de tudo** é o predicativo.

Na oração **a pessoa passa a se conhecer mais, a pessoa** é o sujeito de **passa a se conhecer** e **mais** é adjunto adverbial de intensidade. As orações **entrega-se ao amor e acaba gostando** são coordenadas entre sim, e **acaba gostando** é oração coordenada sindética aditiva. O verbo **entrega-se** tem como sujeito: **a pessoa**, está empregado como verbo transitivo direto e indireto, que tem como objeto direto o **se e** o indireto: **ao amor**. O sujeito de **acaba gostando** é **a pessoa. Isso** é o sujeito do verbo **depender**, que tem como objeto indireto **de cada um**; o verbo transitivo indireto **gostar, muito** é adjunto adverbial de intensidade, tem como sujeito simples **eu** e como objeto indireto, as duas orações subordinadas substantivas objetivas indiretas (reduzidas de infinitivo) **de namorar** e **de ter uma pessoa confidente e amiga ao meu lado. Muitos** é o sujeito simples do verbo **dizer**, que tem como complemento, a oração subordinada substantiva objetiva direta **que primeiro deve-se aproveitar a vida. Eu** é o sujeito oculto verbo transitivo **questionar**, que tem como complemento **o porque de não se aproveitar a vida à dois**. Na oração **é uma coisa que é muito importante: a fidelidade**, **uma coisa** é o sujeito de **ser muito importante**, **muito** é adjunto adverbial de intensidade; **importante** é predicativo do sujeito; **a fidelidade** é aposto de **uma coisa**.

Análise do ponto de vista valencial

Os argumentos **eu** e **uma namorada** foram selecionados pelo verbo **ter**, de valência dois. **Ela** (a namorada) e **Daniela** são os argumentos do verbo **chamar** cujo sentido é *ter por nome; ter sido batizado e/ou registrado (com tal nome)*. O verbo **namorar**, bivalente, apresenta dois argumentos: **eu** e **Daniela. Eu** e **dela** são argumentos do verbo **gostar**, de valência dois. O verbo **falar**, nesse contexto significa *dizer, declarar*, seleciona dois argumentos **muitos colegas meus** e **que estou errado por que me prendo a uma garota só. Eu** e **que isso seja uma prisão** são argumentos do verbo bivalente **achar**. O verbo **achar** tem como argumentos: **eu** e **que é o**

começo de tudo. O verbo **depender** tem como argumentos **isso** e **de cada um**. **Gostar** seleciona os argumentos **eu** e **de namorar, de ter uma pessoa confidente e amiga ao meu lado**. Os argumentos **muitos** e **que primeiro deve-se aproveitar a vida** foram selecionados pelo verbo bivalente **dizer**. E, o verbo empregado com o sentido de *pôr em questão; fazer objeção a*, **questionar** tem como argumentos **eu** e **o porque de não se aproveitar a vida à dois**.

Análise do ponto de vista funcional

Informante 13: Fabio

1. Eu vou falar sobre o namoro.
2. Tenho uma namorada
3. que se chama Daniela
4. ao qual namoro
5. há um ano e oito meses.
6. Não tenho do que queixar-me
7. gosto muito dela
8. e muitos colegas meus falam que estou errado
9. por que me prendo a uma garota só,
10. não acho que isso seja uma prisão,
11. acho que é o começo de tudo,
12. a pessoa passa a se conhecer mais,
13. entrega-se ao amor (e acaba gostando.)
14. Isso depende de cada um,
15. eu gosto muito de namorar,
16. de ter uma pessoa confidente e amiga ao meu lado,
17. (muitos dizem que) primeiro deve-se aproveitar a vida,
18. (questiono o) porque de não se aproveitar a vida à dois
19. uma coisa que é muito importante: a fidelidade.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	+	-	-	+	+	+	+	-	-	5
2	+	-	-	-	+	+	+	+	-	+	6
3	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
4	+	-	-	-	+	+	+	-	-	+	5
5	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
6	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
7	+	-	-	-	-	+	+	-	-	+	3
8	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3
9	+	+	-	-	+	+	+	+	-	+	7
10	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
11	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
12	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
13	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
14	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
15	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
16	+	-	-	-	+	+	+	-	-	+	5
18	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
19	-	+	-	-	-	-	+	-	-	-	2

Tabela 18 – Informante 13: Fabio.

f) Informante 14: Flavia**Informante 14: Flavia****Sexo: feminino****Idade: 19 anos****Data da coleta: oral – 11/93; escrita – sem registro**Relato de opinião

Eu acho que não estão dando prioridade à escola nenhuma para os alunos. É um absurdo o aluno disputar vagas nos colégios de segundo grau e faculdades! São pouquíssimos colégios para muitas pessoas, que acabam ficando sem estudar.

Só os mais favorecidos estudam em universidades pagas, e às vezes, tem que trabalhar para pagar um colégio ou uma faculdade porque não passaram nas provas. Acho que todo ensino deveria ser gratuito, poi³⁹ estudar é um direito de todos, mas hoje em dia, infelizmente, se tornou direito dos mais favorecidos, pois as vagas são pouquíssimas para o número de pessoas que querem estudar

Quadro 14 – Relato de opinião do Informante 14 (Flávia).

Análise do ponto de vista tradicional

O verbo transitivo direto **achar** tem como sujeito **eu** e como complemento, a oração subordinada substantiva objetiva direta **que não estão dando prioridade à escola nenhuma para os alunos. O aluno disputar vagas nos colégios de segundo grau e faculdades** exerce a função de sujeito (oração subordinada substantiva subjetiva) do verbo de ligação **ser**; o predicativo do sujeito é **um absurdo**. O verbo **ser**, empregado com o valor do verbo **haver** forma oração sem sujeito em: **são pouquíssimos colégios para muitas pessoas. Muitas pessoas** exerce a função de sujeito da locução verbal **acabam ficando sem estudar. Os mais favorecidos** exerce a função de sujeito do verbo intransitivo **estudar, em universidades pagas** funciona como adjunto adverbial de lugar; **os mais favorecidos** funciona como sujeito de **tem que trabalhar para pagar um colégio ou uma faculdade; os mais favorecidos** também exerce a função de sujeito do verbo **passar**, que tem como objeto indireto **nas provas; não** funciona como adjunto adverbial de negação. **Eu** funciona como sujeito oculto do verbo **achar**, que tem como complemento **que todo ensino deveria ser gratuito** (oração subordinada substantiva objetiva direta). **Estudar**, forma nominal do verbo, exerce a função de sujeito do verbo **ser**, o predicativo é **um direito de todos; estudar** exerce também a função de sujeito do verbo de ligação **tornar-se**, o predicativo é **direito dos mais favorecidos. As vagas** exerce a função de sujeito do verbo de ligação **ser**; o predicativo do sujeito é **pouquíssimas**.

³⁹ *Pois* foi grafado como *poi*.

Análise do ponto de vista valencial

Os argumentos **eu** e **que não estão dando prioridade à escola nenhuma para os alunos** foram os argumentos selecionados pelo verbo, de valência dois, **achar**. O verbo **estudar**, empregado com o valor de *cursar aulas ou freqüentar cursos*, tem como argumentos **os mais favorecidos** e **em universidades pagas**, portanto, nesse contexto, o verbo **estudar** é de bivalente. **Os mais favorecidos** e **nas provas** são os argumentos do verbo **passar**, utilizado com o valor de *ser aprovado ou promovido em (exame, concurso, carreira etc.)*. O verbo **achar** seleciona dois argumentos: **eu** e **que todo ensino deveria ser gratuito**.

Análise do ponto de vista funcional

Informante 14: Flavia

1. (Eu acho que) não estão dando prioridade à escola nenhuma para os alunos.
2. É um absurdo o aluno disputar vagas nos colégios de segundo grau e faculdades!
3. São pouquíssimos colégios para muitas pessoas,
4. que acabam ficando sem estudar.
5. Só os mais favorecidos estudam em universidades pagas,
6. tem que trabalhar para pagar um colégio ou uma faculdade
7. porque não passaram nas provas.
8. (Acho que) todo ensino deveria ser gratuito,
9. poi estudar é um direito de todos,
10. mas hoje em dia, infelizmente, se tornou direito dos mais favorecidos,
11. pois as vagas são pouquíssimas.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
2	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
3	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
4	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	3
5	-	+	-	-	-	+	+	+	-	-	4
6	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
7	-	+	+	+	-	-	+	-	-	-	4
8	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
9	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
10	-	-	+	-	-	+	+	-	-	-	3
11	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2

Tabela 19 – Informante 14: Flavia.

g) Informante 15: Flávia Regina**Informante 15: Flávia Regina****Sexo: feminino****Idade: 18 anos****Data da coleta: oral – 10/06/93; escrita – 11/06/93 e 12/06/93**Relato de opinião

Eu no momento estou passando por uma fase que eu nomei⁴⁰ de “crise religiosa”, pois eu estou a procura de uma religião voltada para Deus e com alguns objetivos meus sobre religião mas eu tenho muito que aprender e compreender para eu definir o que é certo do que é errado. Eu acho que Religião é aquilo em que a gente bota fé e tem fé que tudo que você quer vai acontecer. Resumindo, sua própria religião e sua própria fé.

⁴⁰ *Nomie* pode ser lido como *nomeei*.

É eu tenho fé que deus existe e ele está sempre dentro de mim. Está e minha Religião.

Quadro 15 – Relato de opinião do Informante 15 (Flávia Regina).

Análise do ponto de vista tradicional

Eu exerce a função de sujeito da locução verbal **estou passando**, que tem como objeto indireto: **por uma fase**. **Que eu nomei de “crise religiosa”** é uma oração subordinada adjetiva restritiva. **Eu** exerce a função de sujeito do verbo **nomear**, que é verbo transitivo direto predicativo, que tem objeto direto **que** e como predicativo do objeto **de “crise religiosa”**. **Eu** exerce a função de sujeito da locução **estou a procura**, que tem como complemento objeto indireto: **de uma religião voltada para Deus**. **Ter que aprender e ter que compreender** utilizados intransitivamente tem como sujeito simples **eu**. O verbo **achar** tem como sujeito: **eu** e como complemento: a oração subordinada substantiva objetiva direta - **que a Religião é aquilo**. As orações **em que a gente bota fé e tem fé que tudo que você quer vai acontecer** são coordenadas entre si. A expressão **botar fé** tem como sujeito: **a gente**. **Eu** sujeito do verbo transitivo direto **ter**, que apresenta como objeto direto **fé**. O verbo **existir** na oração **Que Deus existe** tem como sujeito **Deus**. **E Ele está sempre dentro de mim** é uma oração coordenada sindética aditiva. O verbo **está** tem como sujeito **ele**, **dentro de mim** é um adjunto adverbial de lugar.

Análise do ponto de vista valencial

Os argumentos **eu** e **de “crise religiosa”** foram selecionados pelo verbo **nomear**, empregado com o valor de *atribuir qualidade ou característica a (outrem ou a si mesmo); considerar (-se), classificar (-se), chamar (-se)*. **Eu** e **que Religião é aquilo em que a gente bota fé e tem fé que tudo que você quer vai acontecer** são os argumentos selecionados pelo verbo **achar**. O verbo **ter** tem como argumentos **eu** e **fé**.

Análise do ponto de vista funcional

Informante 15: Flávia Regina

1. Eu no momento estou passando por uma fase
2. que eu nomiei de “crise religiosa”,
3. pois eu estou aprocura de uma religião
4. mas eu tenho muito que aprender e compreender
5. (Eu acho que) Religião é aquilo em que a gente bota fé (e tem fé que tudo que você quer vai acontecer.)
6. eu tenho fé que deus existe
7. e ele está sempre dentro de mim.
8. Está e minha Religião.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	-	-	+	+	-	-	+	3
2	-	+	+	-	+	+	+	+	-	-	6
3	-	-	-	-	+	+	+	-	-	-	3
4	-	-	-	-	+	+	+	-	-	-	3
5	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
6	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
7	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
8	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2

Tabela 20 – Informante 15: Flávia Regina.

h) Informante 16: Isabel

Informante 16: Isabel

Sexo: feminino

Idade: 18anos

Data da coleta: oral – 11/93; escrita – sem registro

Relato de opinião

A crise educacional do Brasil é grave em todos os níveis. Enquanto não houver uma conscientização por parte da população e mesmo dos professores, as escolas continuarão sendo construções sem função.

É dever de todos principalmente de nós futuros professores não esperarmos um futuro melhor e sim fazer este futuro melhor. Desenvolvendo um trabalho de humanização e conscientização dos deveres e direitos de nossos alunos. Para que estes sejam os primeiros da “sociedade” em construção.

Quadro 16 – Relato de opinião do Informante 16 (Isabel).

Análise do ponto de vista tradicional

A crise educacional do Brasil tem como predicativo **grave em todos os níveis** e exerce a função de sujeito do verbo de ligação **ser**. **Uma conscientização por parte da população e mesmo dos professores** exerce a função de objeto direto do verbo **haver**, caso de oração sem sujeito. **As escolas** exerce a função de sujeito de **continuarão sendo, construções sem função** é o predicativo do sujeito.

As orações **não esperarmos um futuro melhor e sim fazer este futuro melhor** são coordenadas entre si e funcionam como sujeito de (oração subordinada substantiva subjetiva) **É dever de todos principalmente de nós futuros professores**. A oração **Desenvolvendo um trabalho de humanização e conscientização dos deveres e direitos de nossos alunos** é subordinada adverbial modal reduzida de gerúndio. E a oração **Para que estes sejam os primeiros da “sociedade” em construção** é subordinada adverbial final.

Análise do ponto de vista valencial

O verbo **haver** seleciona um argumento: uma conscientização por parte da população e mesmo dos professores. O verbo **esperar** seleciona como argumentos: **nós** e **um futuro melhor**. O verbo **fazer** seleciona os argumentos, a saber: **futuros professores** e **este futuro melhor**.

Análise do ponto de vista funcional

Informante 16: Isabel

1. A crise educacional do Brasil é grave em todos os níveis.
2. as escolas continuarão sendo construções sem função.
3. não esperarmos um futuro melhor e
4. sim fazer este futuro melhor.
5. Para que estes sejam os primeiros da “sociedade” em construção.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
2	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
3	-	-	-	-	+	-	-	-	-	-	1
4	-	+	-	-	+	+	-	-	-	-	3
5	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	1

Tabela 21 – Informante 16: Isabel.

5.4 Discussão dos dados

Para os funcionalistas, uma língua é um conjunto de construções dentro do discurso. Dessa forma, a construção pode ser considerada uma junção de forma e função. Os usuários da língua utilizam ferramentas para organizar e comunicar representações mentais, e, como acontece com qualquer ferramenta, a sua forma só pode ser compreendida em relação à sua função. Vale ressaltar que, como qualquer artefato, a sua forma não é totalmente determinada pela sua função. Qualquer ferramenta é o produto de uma cultura particular, e reflete a concepção histórica, estética, nomeadamente tecnológicos e as necessidades e desejos da cultura e do indivíduo “criador”.

A maioria das construções na língua é em grande parte funcionalmente motivada, ou seja, motivada pela semântica e pela pragmática, assim recebemos influências das gerações atuais e também das gerações mais antigas da linguagem. A teoria funcionalista não trabalha com o pressuposto de que existe um fixo, universal conjunto de funções e de possíveis padrões estruturais, ou seja, não existe uma estrutura adequada para cada função predefinida, pois, poderíamos dizer que todas as línguas seriam bastante parecidas. O funcionalismo adota a visão de que não existe um conjunto predefinido de funções, porém de que há funções que são relevantes para todas as comunidades humanas - existem padrões recorrentes (porque são modelos eficazes), encontrados em línguas de todo o mundo.

A (in)transitividade tem sido estudada sob várias perspectivas. Do ponto de vista tradicional, esse fenômeno é considerado apenas uma propriedade diretamente ligada ao verbo, conforme já mostramos anteriormente. Busca-se nesse panorama a análise da transitividade. Houaiss (2001) define transitividade como *propriedade de alguns verbos necessitarem de um ou mais complementos no seu sintagma verbal, para formar uma frase com sentido completo*.

Dessa forma, ao se analisar um texto, por exemplo, busca-se saber se o verbo é intransitivo, transitivo ou verbo de ligação. Conseqüentemente observam-se os seus complementos e predicativos. Geralmente, não se faz uma relação dos “complementadores” dos verbos com seus aspectos, ou seja, com o modo de ser da

ação - se é unitária, momentânea, prolongada, habitual. A análise da voz, normalmente, é feita na estrutura e pela estrutura – não há uma preocupação em perceber as motivações de uso de uma ou de outra voz verbal. Nas escolas de ensino fundamental e médio e em muitas faculdades, o estudo de verbos tem ficado bastante centrado nas observações de flexões que indicam algumas categorias (tempo, pessoa, número, voz). Outro fator que não é comumente levado em consideração, ao partir para a análise, é o gênero do texto trabalhado. Por exemplo, em muitos livros didáticos aparecem as tiras - *segmento ou fragmento de história em quadrinhos, geralmente com três ou quatro quadros, e apresentado em jornais ou revistas numa só faixa horizontal* (HOUAISS, 2001) – como mero pretexto para atender às orientações dos PCNs, pois muitos aspectos poderiam ser considerados ao se trabalhar com um texto dessa ordem. No entanto, parece-nos que o objetivo central é fazer com que o aprendente localize os verbos e classifique-os de acordo com as nomenclaturas sugeridas pelas gramáticas tradicionais.

Nas análises tradicionais empreendidas nesta dissertação, pode-se perceber exatamente isso. Poderíamos dizer que se trata de uma análise da estrutura pela estrutura, tendo como prioridade os aspectos morfológicos e, numa escala maior, os sintáticos. Com o objetivo de ilustrar o nosso comentário, reproduziremos parte da análise tradicional do texto produzido pela informante 5: Mônica.

(...)

Agora é adjunto adverbial de tempo. O verbo **estar** na frase **estamos na hora do plebiscito** tem como sujeito oculto **nós**. Aqui nos parece um daqueles expedientes em que muitos gramáticos consideram o verbo **estar** impessoal e o elemento que o segue predicativo (cf. *Está um frio de rachar*. LUFT, 1996: 280), mas isso é também discutível, pois se não há sujeito como há o predicativo? Por se tratar de um relato de opinião, em que o indivíduo posiciona-se diante de determinado assunto, a informante ao emitir sua opinião, em vez de optar pelo expediente de ausentar o sujeito sintático, ela se inclui por meio da forma verbal: **estamos**. **Que mais parece um pano de fundo** é uma oração subordinada adjetiva restritiva. **Que** é sujeito do verbo **parecer**, que é um verbo de ligação e um pano de fundo, predicativo; **aliás** é

um adjunto adverbial de retificação (*diga-se a propósito; seja dito de passagem*)⁴¹. Em **uma cortina de teatro que fica cobrindo os bastidores, uma cortina de teatro** é aposto de **pano de fundo** e **que fica cobrindo os bastidores** é uma oração adjetiva restritiva; o **que** é sujeito de **fica cobrindo**, que é transitivo direto. E **onde rolam as baixarias** é uma oração subordinada adjetiva restritiva. **Onde** é adjunto adverbial de lugar e **as baixarias** é o sujeito de **rolam**.

Quadro 17 – Trecho do Relato de opinião do Informante 5 (Mônica).

Podemos perceber que não foram discutidos, por exemplo, os valores expressos pelos verbos e suas possíveis justificativas de uso. Não se leva em consideração a relação das palavras em todo o texto, apenas observam-se os elementos mais tangenciais. Não existe, dentro dessa proposta de análise, uma preocupação com a ordem em que as sentenças aparecem. E ainda, não há uma discussão sobre o que o texto diz. O foco principal é a análise das partes que compõem o texto sem buscar uma relação estreita entre elas.

Posição um pouco diferente pode/pôde ser percebida na perspectiva de análise valencial. Observamos que o verbo é ponto de partida para análise da frase – vale lembrar que a gramática de valências é uma gramática da frase. Parte-se do verbo para analisar, posteriormente, os constituintes oracionais. O estudo feito, a partir da perspectiva valencial, utiliza uma classificação funcional (e não categorial), que prioriza a função sintática na diversidade de realizações morfológicas. A análise do relato do informante 12 (Dario) ilustra o parágrafo:

O verbo **fazer**, no sentido de *efetuar, executar* seleciona dois argumentos: um é o sujeito agente e o outro é um complemento, logo o verbo é bivalente. O verbo **preocupar**, empregado no relato de opinião no sentido de *inquietar-se* indica processo e é bivalente, seleciona os dois argumentos, a saber: **os políticos** e **com a situação do povo**. **Pensar** é um verbo de ação e nesse contexto significa *dirigir o pensamento*, seleciona os dois argumentos: **os políticos** e **em si próprio**. **Achar** é um verbo de ação cujo sentido é *supor, presumir*, seleciona dois argumentos.

Quadro 18 – Trecho do Relato de opinião do Informante 12 (Dario).

⁴¹ Aliás está consignado no Dicionário de Aurélio (1986: 85) como advérbio e a 4ª acepção é *diga-se a propósito; seja dito de passagem*.

Percebe-se que a carga semântica do verbo é considerada e, que no lugar de dar primazia às nomenclaturas, prioriza-se a compreensão dos argumentos selecionados pelo verbo para entender seu funcionamento. Dentro dessa perspectiva, a natureza verbal determina a classe semântica de seus actantes, ou seja, exige que seus actantes, para ocupar determinada posição estrutural, apresentem tal ou qual traço sêmico. Dessa forma, o verbo define os papéis temáticos desempenhados pelos seus actantes, isto é, o verbo institui um determinado estado-de-coisas e, de acordo com essa circunstância, os seus actantes cumprem um determinado papel temático. Vale ressaltar que a teoria valencial parte do princípio de que a matriz lógico-semântica da oração é o verbo, isso se justifica por conta do princípio da centralidade do verbo.

Essa teoria reconhece o verbo como uma espécie de nó central responsável pela organização da frase, ou seja, pelo preenchimento de “casas” vazias por necessidade comunicativa, semântica ou sintática, dessa maneira, classificam-se os elementos obrigatórios, facultativos e livres. Parece-nos que a proposta de necessidade de um complemento é definida por fatores comunicativos e, até mesmo, pragmáticos. Não seria, então, apenas o fator gramatical que rege a construção da frase - a escolha de um ou de outro verbo para representar um determinado sentido ou uma determinada experiência pode ocasionar diferentes configurações de valência, e, essa escolha parece estar vinculada a fatores comunicativos e pragmáticos. Dessa forma, a valência é uma propriedade que se detecta no funcionamento do verbo, em sua realização discursiva. Ou seja, não é uma propriedade dada aprioristicamente, mas que surge das e nas relações enunciativas.

Analisar a transitividade em textos narrativos, como fizeram Hopper e Thompson (1980), a partir da perspectiva funcionalista norte-americana, é ter alguns preceitos em mente. É importante considerar que: (a) cada componente da transitividade envolve uma faceta diferente do modo como a ação *transita*, ou transfere-se, de um argumento para outro; (b) as sentenças com alto grau de transitividade caracterizam-se por apresentar um maior número dos traços descritos (tem dois ou mais participantes; contém um verbo de ação; o verbo é télico (indica ação concluída); a ação é pontual, intencional (voluntária) e ocorre num mundo real e

apresentada na forma afirmativa; seu sujeito é agente (humano ou animado) e seu objeto é sintagma nominal singular e definido); (c) nem todas as sentenças reúnem todos esses traços, ou, pelo menos, a maioria deles - daí advém a noção de níveis de transitividade e a descrição das sentenças como sendo de alta ou baixa transitividade. Analisar a transitividade em textos argumentativos nos fez perceber que existem diferenças significativas, em termos de transitividade, entre os textos narrativos e os opinativos.

Seguindo o exemplo de Hopper e Thompson (1980), isolamos as sentenças para análise, para a determinação das propriedades das cláusulas, consideramos as funções comunicativas ali presentes, para que pudéssemos observar e descrever a atuação da transitividade na formação dos planos do discurso e na interação autor/leitor. Para esses autores, a transitividade está associada a uma função discursivo-comunicativa: o grau de transitividade de uma sentença reflete a forma como o usuário organiza o discurso para atingir seus propósitos comunicativos, já que os usuários moldam seus enunciados de acordo com seus objetivos de comunicação e com sua percepção das necessidades dos ouvintes e que alguns enunciados são mais importantes/relevantes do que outros.

Hopper e Thompson (1980: 280) ressaltam que certas informações são mais relevantes que outras em qualquer situação de fala. Os autores apontam, na página 282, que a recorrência de um ou outro elemento gramatical relacionado ao relevo discursivo sugere que alguma limitação psicológica no processamento do discurso deve estar envolvida, já que os falantes aparentemente necessitam sinalizar morfossintaticamente aquelas partes do discurso que devem ser tomadas como mais relevantes, ou seja, o relevo do discurso se dá a partir dos usos morfológicos e sintáticos. Dessa forma, a parte do discurso que não contribui imediatamente ou crucialmente para os objetivos do falante, mas simplesmente auxilia, amplifica ou comenta, é chamada de fundo (*background*) e, o material que embasa os pontos principais do discurso é conhecido como figura (*foreground*). Os autores acrescentam que essas análises de relação de figura e fundo devem ser feitas a partir de um conjunto de propriedades, e não de uma só. Para os autores, essas propriedades são as mesmas que caracterizam alta e baixa transitividade. Uma cláusula recebe uma interpretação como figura ou como fundo proporcionalmente à

escala que recebe de transitividade. Vale dizer que num estudo feito pelos autores em texto narrativo, cláusulas-figura apresentaram uma média 8 de transitividade, enquanto que cláusulas-fundo apresentaram uma média 4 de transitividade, numa escala de 0 a 10.

Nesta dissertação trabalhamos com relatos de opinião, e não com textos narrativos. O comportamento das cláusulas mostrou-se um pouco diferente do comportamento apresentado nos textos narrativos. Nas análises aqui empreendidas, há poucas cláusulas com uma transitividade mais elevada. De maneira geral, os números encontrados variam entre 02 e 05. A tabela que segue ilustra a nossa explicação.

Na primeira coluna da esquerda, aparece a abreviação *inf.* junto a um número, o que representa *informante 01*, *informante 02* e assim por diante. Dentro dos parênteses, ainda na coluna da esquerda, aparecem números. Estes representam o número de cláusulas do relato. Por exemplo, o relato do informante 01 foi dividido em oito cláusulas, portanto *inf.1 (08)*. Os números da primeira linha representam as vezes em que o número total de parâmetros foi encontrado. Assim, o informante 01, teve três ocorrências, dentro de todas as cláusulas, de dois parâmetros e teve três ocorrências, também contemplando todas as cláusulas, de três, e uma ocorrência de quatro parâmetros respectivamente.

Inf./ Par.	0	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
Inf. 01 (08)			03	03	01			01			
Inf. 02 (13)		01	05	02	03	01		01			
Inf. 03 (15)		04	04	02	01	04					
Inf. 04 (29)	01	13	05	03		01	02	02	01	01	
Inf. 05 (19)			10	05	02			01			
Inf. 06 (21)		04	10	04	01	01		01			
Inf. 07 (18)		01	10	04	01	02					
Inf. 08 (21)		02	06	07		05			01		
Inf. 09 (09)			04	01	02	01			01		
Inf. 10 (18)			13		02	02		01			
Inf. 11 (06)		01	01		01	02	01	01			
Inf. 12 (06)		02			01	02	01				
Inf. 13 (19)		02	09	02		03	01	01			
Inf. 14 (11)		01	06	02	02						
Inf. 15 (08)			04	03			01				
Inf. 16 (05)		02	02	01							
Total: 226	01	33	92	39	17	24	06	09	03	01	0
%	0,44	14,60	40,70	17,25	7,52	10,61	2,65	3,98	1,32	0,44	0

Tabela 22 – Marcação de parâmetros nas cláusulas.

O gráfico abaixo ilustra a tabela. Vejamos:

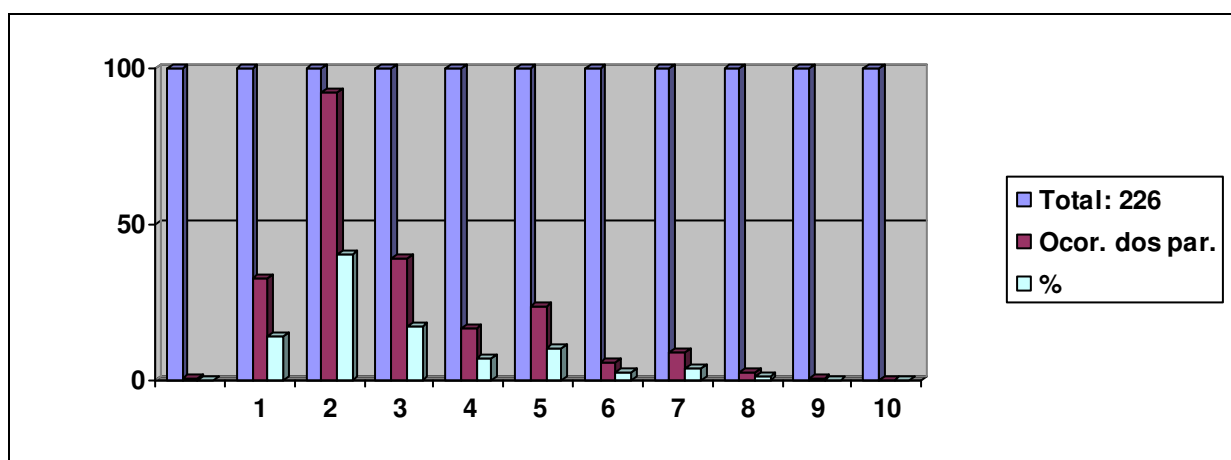


Gráfico 02– Marcação de parâmetros nas cláusulas.

Percebemos que em apenas uma cláusula e de um relato, das 226 cláusulas, dos 16 relatos, aparecem nove parâmetros assinalados e que em apenas cláusulas de relatos diferentes aparecem oito parâmetros assinalados. E que a maioria das cláusulas não ofereceu “material” para que assinalássemos os parâmetros. Observemos que as colunas de número 02 e 03 apresentam o maior índice de ocorrência. Isso quer dizer que na maioria das cláusulas apenas dois dos parâmetros foram marcados com sinal +.

De acordo com Hopper e Thompson (1980), as partes do discurso (figura e fundo) devem ser analisadas a partir de um conjunto de propriedades, e não apenas de uma; assim como em análise de transitividade. Para os autores, a figura está relacionada aos fatos do discurso e o fundo é responsável por comentar os fatos presentes no plano da figura. Acrescentamos que Silveira (1990), ao propor uma revisão do conceito de figura, afirma que, além do fato de cláusulas-figura serem caracterizadas pela seqüencialidade, há um outro fator característico dessas cláusulas: a importância. Silveira (1990:84) assegura que para Hopper (1979) nem todos os fatos possuem o mesmo grau de importância; Hopper faz essa observação para textos narrativos, nós concordamos que o “grau” de importância também existe nos relatos de opinião analisados.

McCleary (1982) e Kálmar (1983), de acordo com Silveira (1990: 85), fizeram um estudo considerando a seqüencialidade e a importância e constataram que

transitividade se relaciona mais fortemente com o aspecto seqüencialidade. Vale acrescentar que a autora destaca, na página 86, a seguinte idéia de Kálmar: seqüencialidade e importância se comportam de maneiras distintas - as cláusulas seqüenciais são consideradas importantes, mas também há cláusulas importantes que não são seqüenciais.

Observação relevante foi feita por Silveira (1990), ao propor uma revisão do conceito de fundo, pois a autora afirma que a definição dada por Hopper (1979) de que essas cláusulas ampliam e comentam as afirmações feitas pela figura é muito abrangente e necessita de uma especificação maior. Para ela há diferentes tipos de cláusulas - fundo, com diferentes funções por isso propôs uma hierarquia de análise na fundo e constatou dezessete tipos dessas cláusulas.

Por conta do gênero textual analisado nesta dissertação, lançaremos mão tanto das proposições de Hopper e Thompson (1980), Thompson (1979) e como das proposições de Silveira (1990). Percebemos que os valores mais baixos da escala de transitividade representam as cláusulas que trazem informações mais categóricas, ou seja, parece-nos que, de fato, a verdadeira opinião do informante encontra-se centrada nas cláusulas que apresentam um menor grau de transitividade. Também observamos que, a partir da idéia central lançada, outras idéias são agregadas a ela dando seqüência ao que foi explicitado, para sustentar a sua argumentação. Dessa maneira, nas porções que representam a figura, estaria a tese – uma proposição que se apresenta ou expõe para ser defendida; e, nas porções que representam o fundo, estaria a seqüência, o decoro.

Reconhecemos que não podemos considerar que o fenômeno observado por Hopper e Thompson (1980) se repete aqui. Entendemos que existem diferenças semelhanças e diferenças significativas, a começar pelos valores de transitividade das cláusulas encontrados. Nos textos narrativos, as cláusulas apresentam uma transitividade extremamente alta, enquanto que nos relatos de opinião, a transitividade das cláusulas é extremamente baixa. Não podemos estabelecer, como Hopper e Thompson (1980), uma relação direta de alta transitividade – figura, baixa transitividade – fundo. Podemos entender que existem cláusulas que têm uma

transitividade um pouco mais elevada das demais, mas se comparadas com a transitividade de textos narrativos seriam consideradas fundo.

Na nossa ambiência de análise, portanto, a figura está na tese apresentada e o fundo está na sustentação dos argumentos, das idéias apresentadas. Normalmente, a tese é apresentada, justamente, nas cláusulas que apresentam menor transitividade, ou ainda, no início da produção do texto – o que é menos comum, visto que, em sua maioria, os entrevistados, iniciam sua produção a partir do que foi apresentado, portanto não há emissão de opinião. Observemos a análise do relato do informante 12 – Dario.

Informante 12 – Dario

1. Os políticos não fazem nada
2. só querem ganhar dinheiro na custa dos outros
3. sem se preocupar com a situação do povo,
4. pois só pensão em si proprio.
5. (Eu acho que) isso não vai melhorar nunca
6. se continuar no jeito que está.

Aplicação dos parâmetros

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	+	+	-	-	+	-	+	-	+	-	5
2	+	-	-	-	+	+	+	+	-	+	6
3	+	+	-	-	+	-	-	+	+	-	5
4	-	+	-	-	+	+	+	-	-	-	4
5	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
6	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	1

Tabela 23 – Informante 17: Dario.

Nesse exemplo, a tese foi apresentada no final do texto e, o embasamento, a introdução da idéia foi feita ao longo do texto. Podemos perceber que a transitividade, de fato, é escalar. Nos demais relatos, verificamos um comportamento semelhante. Para ilustrar a nossa colocação, segue mais um trecho de análise. Desta vez, o relato do informante 13: Fabio.

Informante 13: Fabio

1. Eu vou falar sobre o namoro.
2. Tenho uma namorada
3. que se chama Daniela
4. ao qual namoro
5. há um ano e oito meses.
6. Não tenho do que queixar-me
7. gosto muito dela
8. e muitos colegas meus falam que estou errado
9. por que me prendo a uma garota só,
10. não acho que isso seja uma prisão,
11. acho que é o começo de tudo,
12. a pessoa passa a se conhecer mais,
13. entrega-se ao amor (e acaba gostando.)
14. Isso depende de cada um,
15. eu gosto muito de namorar,
16. de ter uma pessoa confiante e amiga ao meu lado,
17. (muitos dizem que) primeiro deve-se aproveitar a vida,
18. (questiono o) porque de não se aproveitar a vida à dois
19. uma coisa que é muito importante: a fidelidade.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	+	-	-	+	+	+	+	-	-	5
2	+	-	-	-	+	+	+	+	-	+	6
3	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
4	+	-	-	-	+	+	+	-	-	+	5
5	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
6	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
7	+	-	-	-	-	+	+	-	-	+	3
8	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3
9	+	+	-	-	+	+	+	+	-	+	7
10	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	1
11	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
12	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
13	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
14	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
15	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
16	+	-	-	-	+	+	+	-	-	+	5
18	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
19	-	+	-	-	-	-	+	-	-	-	2

Tabela 24 – Informante 18: Fabio.

As cláusulas seguintes foram as que menos traços de transitividade apresentaram.

Não tenho do que queixar-me
 não acho que isso seja uma prisão,
 acho que é o começo de tudo,
 a pessoa passa a se conhecer mais,
 entrega-se ao amor (e acaba gostando.)
 Isso depende de cada um,
 eu gosto muito de namorar,
 (questiono o) porque de não se aproveitar a vida à dois
 uma coisa que é muito importante: a fidelidade.

Quadro 19 – Cláusulas com menos traços de transitividade.

Podemos perceber que prevalece o uso da primeira pessoa no singular nesse trecho e que a toda opinião do informante gira em torno das idéias apresentadas (nessas cláusulas, sobretudo, nas duas primeiras). Na tentativa de ilustrar o que discutimos, segue mais um exemplo, desta vez da informante 15: Flávia Regina.

Informante 15: Flávia Regina

1. Eu no momento estou passando por uma fase
2. que eu nomiei de “crise religiosa”,
3. pois eu estou aprocura de uma religião
4. mas eu tenho muito que aprender e compreender
5. (Eu acho que) Religião é aquilo em que a gente bota fé (e tem fé que tudo que você quer vai acontecer.)
6. eu tenho fé que deus existe
7. e ele está sempre dentro de mim.
8. Está e minha Religião.

Aplicabilidade dos parâmetros:

Cláusulas	Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	T
1	-	-	-	-	-	+	+	-	-	+	3
2	-	+	+	-	+	+	+	+	-	-	6
3	-	-	-	-	+	+	+	-	-	-	3
4	-	-	-	-	+	+	+	-	-	-	3
5	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
6	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
7	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
8	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2

Tabela 25 – Informante 19: Flávia Regina.

De acordo com as análises realizadas nesta dissertação, os fatores envolvidos para determinação das cláusulas mais transitivas são: modalidade da oração, polaridade da oração, cinese, participantes e intencionalidade do sujeito.

Part.	Cin.	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.
40	62	23	07	39	182	212	29	22	18

Tabela 26 – Ocorrências dos parâmetros.

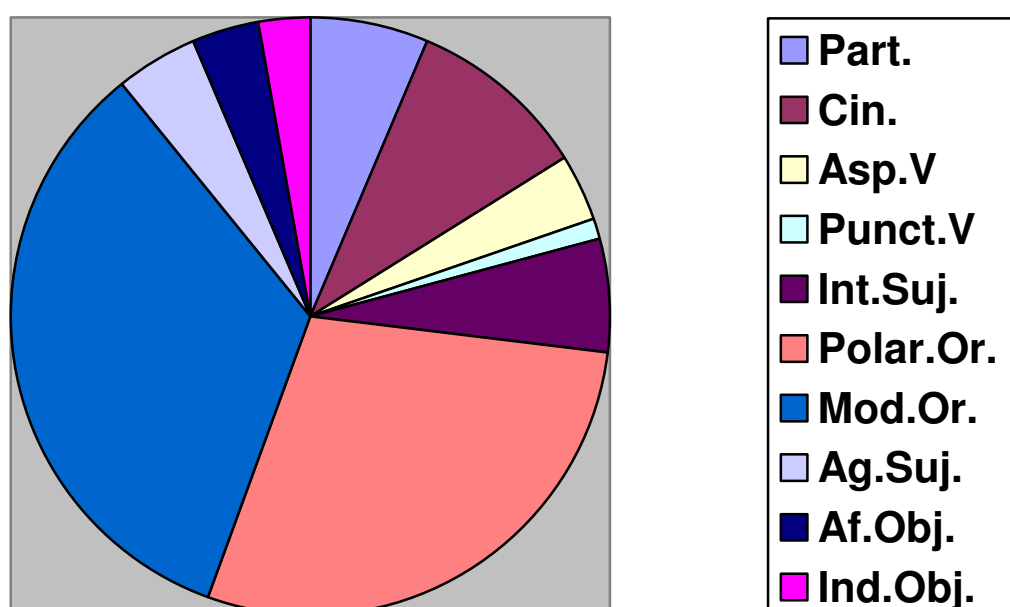


Gráfico 03– Ocorrências dos parâmetros.

De um total de 226 cláusulas, os parâmetros mais assinalados, com o sinal +, foram: modalidade da oração e polaridade da oração, ou seja, nos artigos de opinião analisados o modo indicativo sobressaiu-se aos demais; as orações afirmativas também foram mais presentes que as negativas. Percebemos ainda que em muitas orações, era possível transferir a ação do agente para o objeto e, que a volição do sujeito também foi um fator determinando das cláusulas-figura e das cláusulas-fundo.

6. CONCLUSÃO

Nesta dissertação desenvolvemos o estudo da transitividade verbal. Por ser uma questão bastante controvertida em manuais de gramática da língua portuguesa, fizemos uma revisão da literatura, com vistas a melhor fundamentar a pesquisa.

Diferentes teorias foram contempladas na fase de embasamento teórico, dentre elas a semântica, a pragmática, teorias textuais. Trabalhamos as características gerais do formalismo, do funcionalismo e da gramática de valências, ou seja, fizemos um contraponto entre essas maneiras de trabalhar a língua.

Registramos muitas das diversas acepções para os termos língua e linguagem. Norteamo-nos pela visão funcionalista dos termos; a teoria funcionalista estuda a língua na interação social, fato que a leva a rejeitar a autonomia da língua em face ao discurso. Registramos também estudos sobre a transitividade e sobre o verbo, numa ordem cronológica, contemplando a visão de gramáticos e lingüistas de diversas ramificações, inclusive abordamos a perspectiva da teoria de valência.

Partimos da teoria funcionalista norte-americana para estudar a transitividade, ou seja, concordamos com a idéia de que o fenômeno da transitividade é “uma propriedade contínua, escalar (ou gradiente), da oração como um todo. É na oração que se podem observar as relações entre o verbo e seu(s) argumento(s) – a gramática da oração” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007: 29). Adotamos nessa investigação a proposição de Hopper e Thompson (1980) de que “a transitividade é um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da oração” (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007: 37). Dessa forma, a transitividade é compreendida como uma propriedade central do uso da língua, entendendo que a classificação *transitivo* relaciona-se a toda oração e não somente ao verbo.

Inserimos uma discussão sobre o tratamento da transitividade em livros didáticos e, podemos afirmar que é necessário ir além do tratamento tradicional, é preciso considerar, no processo educativo, a dinamicidade da organização do texto, é preciso considerar a existência de um *continuum*, sobretudo nas reflexões sobre

transitividade. Observamos que por maior que seja a orientação trazida pelos PCNs, notamos que ainda há falhas significativas no que diz respeito ao ensino de língua materna.

Expusemos as ramificações da teoria funcionalista e chegamos à conclusão de que entender os diferentes funcionalismos é parte fundamental para o processo de compreensão do objetivo da adoção da vertente norteadora desta pesquisa. Halliday trabalha a transitividade centrada no verbo e nos seus actantes; Hopper e Thompson (1980) partem do estudo da cláusula para entender o processo de ordenação e de constituição do sentido, ou seja, para entender a relação de transitividade nos textos narrativos. Neste trabalho buscamos estudar a transitividade, a partir dos pressupostos de Hopper e Thompson (1980), em relatos de opinião.

Para caracterizarmos relato de opinião, levamos em consideração os estudos desenvolvidos por Marchuschi (2002) sobre tipo e gênero textual; normalmente o gênero relato de opinião traz exposições, por meio da escrita ou da oralidade, sobre ponto de vista adotado em um domínio particular (social, religioso, político, intelectual etc.). Trabalhamos com a modalidade escrita de dois níveis de escolaridade: ensino superior e ensino médio. Comparamos os resultados de transitividade das cláusulas em textos narrativos (desenvolvidos por Hopper e Thompson, 1980) e em textos opinativos (objeto de nossa análise).

Elucidamos que o comportamento das cláusulas mostrou-se um pouco diferente do comportamento apresentado nos textos narrativos. Nas análises aqui empreendidas, há poucas cláusulas com uma transitividade mais elevada. Acrescentamos que os valores mais altos da escala de transitividade representam as cláusulas que trazem informações mais periféricas e, que as demais cláusulas apresentam informações mais centrais.

Ancorados em Neves (2004), podemos dizer que o tratamento da gramática deveria respeitar a natureza da linguagem. A autora enfatiza que a língua é dinâmica e variável, é um sistema adaptável, de tal modo que só na face sociocultural se poderá admitir a existência de modelos. Portanto, a gramática de uma língua não pode ser

oferecida como algo estanque.

Esperamos que a contribuição deste trabalho seja relevante, tanto no sentido de haver mudança nos estudos sobre a transitividade, seja na metodologia adotada, seja no próprio processo de compreensão do fenômeno da transitividade e da língua, enquanto um *continuum* de sentidos em construção, cuja codificação lingüística se dá motivada por intenções comunicativas; como no sentido de abrir novas possibilidades de estudos e de compreensão sobre o tema.

7. REFERÊNCIAS

ABREU, A. S. **Gramática mínima para o domínio da língua padrão**. São Paulo: Ateliê, 2003.

ALBANI, F. V. L. **Ordenação do advérbio *sempre* no português arcaico e no contemporâneo**. Dissertação de Mestrado em Lingüística na UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática metódica da língua portuguesa (curso único e completo)**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Livres Editores, 1952.

_____. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

AMARAL, E. *et al.* **Novas palavras: português**. São Paulo: FTD, 2000. (Coleção Novas Palavras - Série Ensino Médio).

AMORIM, C. M. da S.; ROCHA, L. H. P. da (Orgs.). **(In) transitividade na perspectiva funcionalista da língua**. Vitória: Edufes, 2008.

BALDINI, L. A **Nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BARBOSA, J. S. **Grammatica philosophica da lingua portugueza**. Lisboa : Typographia da Academia Real das Sciencias, 1861.

BARROS, J. de. **Gramática da língua portuguesa**. Organizada por José Pedro Machado. 3. ed. Lisboa, 1957.

BECHARA, E. Gramática funcional: natureza, funções e tarefas. *In*: NEVES, M. H. M. (org.). **Descrição do Português II**. Publicação do Curso de Pós-Graduação e Língua Portuguesa, Ano V, n. 1, UNESP – Campus de Araraquara, 1991.

_____. **Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus**. 19. ed. rev. São Paulo: Nacional, 1975.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BORBA, F. da S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo, Ática, 1996.

BRAGANÇA, M. L. L. O fenômeno escalar da transitividade no funcionalismo. *In*: AMORIM, Carmelita Minélio da S.; ROCHA, Lúcia Helena P. da (Orgs.). **(In) transitividade na perspectiva funcionalista da língua**. Vitória: Edufes, 2008. p. 93-113.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares**

nacionais – Língua portuguesa. Rio de Janeiro: MEC/DP&A, 2000.

BUENO, F. da S. **Gramática Normativa da língua portuguesa:** curso superior. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1968.

BUSSE, W.; VILELA, M. **Gramática de Valências.** Coimbra: Almedina, 1986.

CAMARA Jr., J. M. **História e estrutura da língua portuguesa.** 2 ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1976.

_____. **Dicionário de lingüística e gramática.** Petrópolis: Vozes, 2002.

CÂNDIDO FILHO, J. **Gramática brasileira do português contemporâneo.** Rio de Janeiro: Edições Epasa, 1945.

CARVALHO, C. de. **Para compreender Saussure.** 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTILHO, A. de. **Fundamentos teóricos da gramática do português culto falado no Brasil: sobre o segundo volume, classes de palavras e as construções gramaticais.** Alfa, São Paulo, 51 (1): 99-135, 2007. Disponível em: <http://www.alfa.ibilce.unesp.br/download/v51-1/05-Castilho.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** São Paulo: Nacional, 1989.

CEZÁRIO, M. M. da C. **Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos.** Tese (Doutorado em Lingüística) - Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

CHAFE, W. (1982). "Integration and involvement in speaking, writing, and oral literature". In: TANNEN, D.(ed.) (1982). **Spoken and written language: exploring orality and literacy,** Norwood, N. J., p. 35-53

CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe.** São Paulo: Abril, 1978.

CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. 2001. **Nova gramática do português contemporâneo.** 3 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, C. F. da. **Gramática do português contemporâneo.** 3ed, Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares S.A., 1972

DILLINGER, M. Forma e função na lingüística. **D.E.L.T.A.** São Paulo, v.7, n.1, p. 395-407, 1991,

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de lingüística.** São Paulo: Cultrix, 1973

FÁVERO, L. L., KOCH, I. G. V. **Lingüística textual: introdução.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FERREIRA, A. B. H., **Novo Dicionário (Aurélio) da Língua Portuguesa**, 2 ed revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIORIN, J. L. A linguagem em uso. *In*: José Luiz Fiorin. (Org.) **Introdução à lingüística**. São Paulo: Contexto, 2002.

FREITAS, G. de. **Nova Gramática Portuguêsa (Lições Práticas e Exercícios)**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1965.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; MARTELOTA, M. E.; OLIVEIRA, M. R. de. **Lingüística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A, 2003.

_____ ; SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GERALDI, J. W. **LEITURA: teoria e prática**. Ano 6, nº 9. Junho, 1987, p. 3 - 7.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GOMES, A. **Grammatica portugueza**.. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

HALLIDAY, M. A. K. Os Usuários e os Usos da Língua. *In*: **As ciências lingüísticas e o ensino de línguas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

_____. **Learning how to mean: explorations in the development of language**. London: Edward Arnold, 1975.

_____. Estrutura e função da linguagem. *In*: LYONS, John (org.). **Novos horizontes em lingüística**. São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1976.

_____. **An introduction to functional grammar**. New York: Edward, 1985.

_____. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Routledge, 1994.

HOPPER, P. Aspect and foregrounding in discourse: *In*: GIVÓN, T. **Syntax and Semantics (V. 12)**: Discourse and Syntax. New York : Academic Press, 1979.

_____. & THOMPSON, S. A. Transitivity in Grammar and Discourse. *In*: **Language**, Volume 56, number 2, 1980.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM. Configuração mínima: PC Pentium 166 Mhz, 180 Mb de espaço livre no disco rígido, 32 Mb de memória RAM, monitor SVGA color, drive CD-ROM, kit multimídia, Windows 95, 98, ME, NT, 2000 ou XP.

IGNÁCIO, S. E. **Para uma tipologia dos complementos verbais do português contemporâneo do Brasil**. Tese (Livre docência em Letras) – Programa de Pós-

Graduação em Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1994.

_____. **Análise sintática em três dimensões: uma proposta pedagógica.** Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2002.

INFANTE, U. **Curso de gramática aplicada aos textos.** São Paulo Scipione, 1995.

JAKOBSON, R. **Lingüística e comunicação.** São Paulo: Cultrix, 2005.

KURY, A. da G. **Novas lições de análise sintática.** 9 ed. São Paulo: Ática, 1993.

LEVINSON, S. C. **Pragmática.** São Paulo: Martins Fontes: 2007.

LINS, M. da P. P. Mas, afinal, o que é mesmo pragmática? *In: Revista Fala palavra*, Aracruz, n. 2, p. 43 - 51, v.1, 2002.

LUFT, C.P. **Dicionário de regência verbal.** São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Moderna gramática brasileira.** 2 ed., São Paulo: Globo, 2002.

MACAMBIRA, J. R. **A estrutura morfo-sintática do português.** São Paulo: Pioneira, 1974.

MACIEL, M. **Grammatica descriptiva.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922.

MAIA, J. D. **Português:** série novo ensino médio. São Paulo: Ática, 2003. (Edição compacta. Volume único).

MARÇALO, M. J. B. M. **Introdução à lingüística funcional.** Lisboa: ICALP, 1992.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. Gêneros textuais & ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Aspectos lingüísticos, sociais e cognitivos da produção de sentido.** 1998. (mimeo).

_____. **Manual de lingüística.** São Paulo: Contexto, 2008.

MATEUS *et al.* **Gramática da língua portuguesa.** Coimbra: Almedina, 1989.

_____. *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa.** 5ed. rev. e aum. Lisboa: Caminho, 2003.

_____.; VILLALVA, A. **O essencial sobre lingüística.** Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

MENDES, M. A. A. R.. **Formalismo e funcionalismo lingüísticos.** Disponível em <<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=43783&cat=>

Artigos&vinda=S>. Acesso em: 13 jun. 2007.

MINCHILLO, C. A. C.; CABRAL, I. C. M. **O verbo**: teoria e prática. São Paulo: Atual, 1992.

NEVES, M. H. de M. Estudos das construções com verbo-suporte em português. In: KOCH, Ingedore G. V. **Gramática do português falado**: desenvolvimentos. 2. ed. Vol. 6. Campinas: Unicamp/FAPESP, 1996. p. 209-238.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Gramática de usos do português**. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. **Gramática na Escola**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A gramática escolar no contexto do uso lingüístico**. In: Revista de Estudos Lingüísticos, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 233-253, jul./dez. 2002.

_____. **Que Gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2004.

NEWMAYER, F. J. Iconicity and generative grammar. **Language**, Baltimore, v. 68, n. 4, p. 756-766, 1992.

OLIVEIRA, F. de. **Gramática da linguagem portuguesa**. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1536.

OLIVEIRA, M.R. **Repetição em diálogos: análise funcional da conversação**. Niterói: Eduff, 1998.

OLIVEIRA, R. P. Formalismos na lingüística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. p. 219-250, vol. 3.

OLIVEIRA, M.R. de. & VOTRE, S. **Corpus Discurso & Gramática - a língua falada e escrita**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, M. R. de; WILSON, V. Lingüística e ensino. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 235-242.

OLIVEIRA, M. R. de; CEZARIO, M. M. PCN à luz do funcionalismo lingüístico. IN: **Linguagem & ensino**, Pelotas, v. 10, n. 1, p. 87-108, jan. – jun., 2007.

PASCHOALIN, M. A.; SPADOTO, N. T. **Gramática**: teoria e exercícios. São Paulo: FTD, 1996.

PAVEAU, M.; SARFATI, G. **As grandes teorias da lingüística**: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Clara Luz, 2006.

PEREIRA, H. B.; PELACHIN, M. M. **Português na trama do Texto**. Volume único. São Paulo: Editora FTD, 2004.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1995.

———. **A Sintaxe portuguesa: metodologia e funções**. São Paulo: Ática, 2001.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna C. (Orgs.). **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 165-219, v. 3.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

———. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

ROCHA, L. F. M. O beijo no assalto: a dêixis no discurso direto sob enfoque cognitivista. In: Recorte – revista de linguagem, cultura e discurso. Três Corações, ano 3, n. 5, jul./dez. 2006.

SAID ALI, M. **Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa**. 3. ed. Brasília: ed. da Universidade de Brasília, 1964.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. Trad de A. Chelini, José P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix; USP, 1969.

SCHNEIDER, F. **O ensino da gramática: repensando o livro didático para o efetivo ensino da língua**. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/3675/1/o-ensino-da-gramatica-repensando-o-ivro-didatico-para-o-efetivo-ensino-da-lingua/pagina1.html>. Acesso em: 15 mar 2008.

SILVEIRA, E. S. da. **Relevância em narrativas orais**. Tese (Doutorado em Lingüística) - Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

SOUZA, C. M. de. Transitividade: uma questão para o ensino?. In: AMORIM, C. M. da S.; ROCHA, L. H. P. da (Orgs.). **(In) transitividade na perspectiva funcionalista da língua**. Vitória: Edufes, 2008, p. 162-176.

TERRA, E.; NICOLA, J. de; CAVALLETE, F. T. **Português para o ensino médio: língua, literatura e produção de textos**. São Paulo: Scipione, 2002 (Série Parâmetros. Volume único.).

TESNIÈRE, L. **Éléments de syntaxe structurale**. Paris: Klincksieck, 1969.

TRASK, R. L. **Dicionário de Linguagem e Lingüística**. São Paulo: Contexto, 2004.

WEEDWOOD, B. **História concisa da lingüística**. São Paulo: Parábola, 2002.

WHITNEY, W. D. **The life and growth of language**. New York: Appleton, 1897.